



UNIVERSIDADE DE ÉVORA  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURAS  
MESTRADO EM ESTUDOS LUSÓFONOS

**DIÁLOGOS E IMPASSES: *AS FARPAS* E O BRASIL, UM RISO QUE PELEJA**

**Adriana Mello Guimarães**

**Orientadora:  
Profª. Doutora Ana Luísa Vilela**

**ÉVORA, 2009**

Adriana Mello Guimarães

**DIÁLOGOS E IMPASSES: AS *FARPAS* E O BRASIL, UM RISO QUE PELEJA**

Dissertação apresentada ao  
Departamento de Linguística e  
Literaturas da Universidade de Évora,  
como um dos requisitos para a obtenção  
do grau de Mestre em Estudos  
Lusófonos, sob a orientação da Prof.  
Doutora Ana Luísa Vilela.



171 801

## **Agradecimentos**

À minha família, em especial ao Luiz Alberto; sem ele esta reflexão não teria sido possível.

À Professora Ana Luísa Vilela pelas sugestões, pela disponibilidade que sempre me dispensou e pelo seu olhar atento.



R. ORTIÇÃO.

SOBRE O QUE OS  
DEUS  
FAZEM.

MACEDO

TP

## **Diálogos e impasses: *As Farpas* e o Brasil, um riso que peleja**

### **Resumo**

Neste trabalho, investigamos o significado de Eça de Queirós como jornalista - e não como romancista - na história da modernização cultural no Brasil, considerando especialmente os seus textos publicados entre 1871 e 1872, em Lisboa, nas edições mensais d'*As Farpas*.

O nosso ponto de partida é a hipótese de que as críticas ao Brasil impressas n'*As Farpas* provocaram uma reacção polémica no outro lado do Atlântico porque o Brasil estava a atravessar uma situação histórica decisiva: a criação de sua própria identidade cultural.

Para nós, a vasta influência que o escritor português passou a exercer sobre o leitor brasileiro excede a controvérsia iniciada n'*As Farpas*, cuja imagem do Brasil, projectada por ele, é ambígua e fundamentada no seu conhecimento circunstancial.

Assinalamos, portanto, que, através do seu humor sarcástico, o jornalismo de Eça de Queirós introduz um sentido da crítica moderna que leva o homem a pensar e a rir de si mesmo.

**Palavras-chave:** Eça de Queirós, Jornalismo, *As Farpas*, Relações luso-brasileiras.

## **Dialogues and deadlocks: Brazil and *As Farpas*, a belligerent laughter**

### **Abstract**

In this study, we have inquired into the meaning of Eça de Queirós as a journalist, and not as a novelist, in the history of cultural modernization in Brazil, considering in particular his texts published between 1871 and 1872, in Lisbon, in the monthly issues *As Farpas*.

Our starting point is the hypothesis that the critics to Brazil printed in *As Farpas* provoked a controversial reaction in the other side of Atlantic because Brazilian people were living a decisive historical situation: the creation of their own cultural identity.

For us, the vast influence that the Portuguese writer has placed on Brazilian reader exceeds the initiated controversy in *As Farpas*, whose image of Brazil, designed by him, is ambiguous and based on his own circumstantial knowledge.

We therefore note that, through his sarcastic humor, the journalism of Eça de Queirós introduces a sense of modern criticism which leads one to think and laugh at himself.

**Key Words:** Eça de Queirós, Journalism, *As Farpas*, Luso Brazilian relations.

# Índice

Introdução .....	2
1 Eça de Queirós Jornalista.....	4
1.1 Uma era de transformação .....	5
1.2 A imprensa como factor de liberdade em Portugal.....	6
1.3 A imprensa como factor de liberdade no Brasil.....	9
1.4 Revistas e Gazetas.....	13
1.5 A fusão do útil e do fútil: o folhetim.....	15
1.6 A visão queirosiana do jornalismo: um laboratório de ideias .....	21
1.7 Breve percurso jornalístico .....	26
2 Singularidades de um país trigueiro.....	35
2.1 Notas familiares .....	36
2.2 Diálogo de titãs .....	39
2.3 Vozes do Brasil .....	42
3 <i>As Farpas</i> e a polémica com o Brasil .....	48
3.1 <i>As Farpas</i> e a modernização de Portugal.....	49
3.2 A polémica com o Imperador.....	54
3.3 O imperador cidadão .....	60
3.4 O brasileiro.....	63
3.5 Controvérsias impressas.....	73
3.6 Um fado tropical: o Brasil na ficção .....	81
3.7 Uma redacção inquieta.....	84
3.8 Reescritas na oficina do escritor .....	87
Conclusão.....	89
Bibliografia .....	92

## Introdução

Pretendemos investigar as relações entre Portugal e o Brasil, tendo como ponto de partida alguns textos d'*As Farpas* elaborados por Eça de Queirós. O assunto já despertou o interesse de alguns filósofos. Em 1898, Eça ainda era vivo, o português Sampaio Bruno alertava:

*(...) quando um país existe que, naturalmente, parece que deveria captar, desde o primeiro momento, todas as atenções e promover entre nós as mais vivas e permanentes curiosidades [...] Esse país, evidentemente, é o Brasil [...] mas, explícita ou implicitamente, o facto é [...] a nossa ignorância a respeito dele [...] Do Brasil nada se sabe em Portugal.*<sup>1</sup>

Quase um século depois, o brasileiro Miguel Reale, ao repensar a origem cultural brasileira, afirmava: “Um dia o Brasil se tornou independente, mas a independência é um facto político, e não um facto espiritual. Quanto mais se é independente, mais se sente a necessidade de uma vida em comum”<sup>2</sup>. Mais recentemente, assinalou-se uma relação de reciprocidade única e exclusiva entre as culturas portuguesa e brasileira, a partir de uma tradição filosófica comum — o aristotelismo conimbricense no Brasil<sup>3</sup>. O facto é que, teoricamente, surge o seguinte questionamento: existe uma relação especial de reciprocidade entre Portugal e o Brasil inerente à sua originária convivência histórico-cultural?

O que é certo é que desde 1822, ano em que o Brasil proclamou sua emancipação política, as relações de reciprocidade entre os dois países entraram num estado de quase estagnação, apenas sendo revolvida, aqui e acolá, por viagens de Estado nem sempre bem sucedidas. De facto, essa relação de reciprocidade luso-brasileira ficou prejudicada, e se de algum modo reapareceu no imaginário de portugueses e brasileiros, isto aconteceu não por estratégia dos Estados, mas por obra e iniciativa de indivíduos culturalmente notáveis em ambos os lados do Atlântico. Dentre muitas personalidades — a exemplo do Padre António Vieira, mais remotamente, e de Agostinho da Silva, mais recentemente — chamamos a atenção para José Maria Eça de Queirós. O Brasil adoptou-o num momento delicado, quando, depois da emancipação política, consolidava sua emancipação cultural. E tal adopção literária significou, para nós, luso-

<sup>1</sup> BRUNO, Sampaio. *O Brasil mental*. Porto. Lello Editores, 1997, pp. 38,39.

<sup>2</sup> REALE, Miguel: “Portugal e Brasil mais próximos” (5 de Julho de 1990). *O Dia*, Lisboa, p. 6.

<sup>3</sup> CERQUEIRA, Luiz Alberto. *Filosofia brasileira – Ontogênese da consciência de si*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. cap.1.



brasileiros, uma maneira de ressuscitar o originário sentido da relação de reciprocidade entre culturas consideradas irmãs. Por esta razão, não deixa de ser notável o facto de ter sido publicado no Rio de Janeiro, ainda em 1911, o primeiro estudo de conjunto sobre a obra de Eça de Queirós, antes de qualquer crítico português.

Para além de alguma consideração que ainda se possa fazer, como um acréscimo, à estética da ficção de Eça de Queirós, a sua obra jornalística tem uma dupla virtude: além da preocupação com a verdade dos factos de uma sociedade, ela é, sobretudo, a consciência dessa sociedade no âmbito universal das transformações da vida humana. Desse último ponto de vista, pretendemos descortinar a relação histórico-cultural entre Portugal e o Brasil, no fim do século XIX, através da análise dos textos publicados no periódico *As Farpas* da autoria de Ramalho Ortigão e de Eça de Queirós.

O trabalho irá apoiar-se na tentativa de compreensão imagológica, que passa pela história das mentalidades e, nelas, da construção e difusão de clichés recíprocos, assentes numa teia complexa de fenómenos de emissão, recepção, reacção e, por vezes, incompreensão e mal-entendidos. Assim, vamos procurar enumerar e integrar diferentes elementos sociais e históricos para tentar esclarecer as relações de Eça de Queirós com o Brasil. Retenha-se ainda, que Eça, ao escrever sobre o Brasil, acaba por veicular também a imagem de si próprio: um autor lusófono, que sempre utilizou a língua portuguesa como agenciadora da sua mundividência para comunicar as inquietações e sublimações do seu espírito: mas, sempre e antes de tudo, um homem europeu e civilizado.

Note-se, ainda, que procuramos desenvolver uma investigação enquadrada no âmbito do mestrado em Estudos Lusófonos. A partir desse enquadramento, com o nosso modesto contributo, procurar-se-á atentar na participação de Eça de Queirós nas modificações ocorridas na forma da vida brasileira no fim do século dezanove.

Esclareça-se também que actualizámos, ao longo deste trabalho, a grafia dos textos oitocentistas, mas mantivemos a sua pontuação original.

## CAPÍTULO I

### Eça de Queirós Jornalista

Notícias e imagens são assim extractos fortemente concentrados da vida ambiente, que, caindo na nossa imaginação, desenvolvem nela toda a imaginação viva que em si contêm, - exactamente como essas gotas de essências, que, entornadas num vaso de água, o repassam do seu sabor, do seu aroma, da sua virtude nociva ou benéfica.<sup>4</sup>

Eça de Queirós.

---

<sup>4</sup> Queirós, Eça de. *Textos e Imprensa V (da Revista Moderna)*. Edição de Elena Losada Soler. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p. 48.

## 1.1 Uma era de transformação

Ao longo do século XIX, numa época em que só a imprensa escrita existia como meio de comunicação de massa, os jornais desempenharam um papel revolucionário na vida social. Em ambos os lados do Atlântico, no “velho” e no “novo” mundo, o jornalismo logo tornou-se num factor de transformação. Evidência dessa constatação é o caso especialíssimo de Portugal e Brasil, tanto comparativamente ao passado quanto em relação a possibilidades futuras. Em Portugal, um artigo da *Revista Universal Lisbonense* registava a seguinte observação: “A imprensa cinge o mundo. Dantes reinava a espada – hoje governa a pena (...) A antiga civilização estava nas guerras, a nova está na imprensa”<sup>5</sup>. No Brasil, o jovem escritor Machado de Assis ressaltava, em 1859, que o jornal “faz tremer as aristocracias”<sup>6</sup>, chamando a atenção para as qualidades democráticas da imprensa enquanto difusora de ideias, a suscitar a discussão e a participação política. Nesse contexto oitocentista, marcado pela exigência de uma consciência social, cabe a interrogação: qual era o conceito de jornalismo?

No mundo europeu industrializado, a melhoria dos transportes, o alargamento da vida escolar e a evolução das técnicas gráficas foram determinantes para fazer do jornalismo uma actividade sustentável. A inserção da acção jornalística como factor de produção cultural na vida moderna logo se fez reflectir em Portugal:

*O jornalismo desempenhava na difusão das atitudes inovadoras papel de relevo, condicionado embora pelo analfabetismo generalizado e pelo baixo poder de compra dos possíveis leitores. Mas a imprensa de então é, apesar de tudo, uma realidade cultural de peso (...) só de 1869 a 1871 surgiram em todo o país, 45 novas tentativas. São, sobretudo, folhas políticas, literárias, de anúncios, religiosas, humorísticas, pedagógicas.<sup>7</sup>*

De facto, o jornalismo oitocentista conferiu à vida do espírito uma presença social mais intensa, e marcou a mentalidade nacional de toda uma geração como um espaço de formação da opinião e da consciência do cidadão. Nesse espaço, literatos como Machado de Assis, no Brasil, e Eça de Queirós, em Portugal, ocuparam, desde sempre, um lugar de destaque:

---

<sup>5</sup> SILVA, M. A. “Uma Lenda de Montrose”, *Revista Universal Lisbonense*, Tomo I, ano 1841-1842, Lisboa: Imprensa Nacional (pp. 344-346), p. 345.

<sup>6</sup> ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Volume III. Rio de Janeiro: Editora Aguillar, 1962, p. 963.

<sup>7</sup> SERRÃO, Joel. *Temas de cultura portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1983, pp. 67-68.

*Os jornais eram, à época, importantes centros sociais. Era ali – e Eça recordá-lo-á em várias obras – que se faziam amigos, se discutia política, se ficava a par das intrigas do dia. Um periódico oitocentista era o centro do mundo.*<sup>8</sup>

Eça de Queirós, em particular, nos chama a atenção porque a sua actuação jornalística se repercutiu simultaneamente nos dois lados do Atlântico. Através do jornalismo, o escritor expressou ideias e atitudes de forma inovadora, e até mesmo revolucionária, se considerarmos o efeito corrosivo e transformador de seu *humour* crítico e caricatural sobre o imaginário dos leitores. Como explicar, entretanto, que a sua presença jornalística tivesse o mesmo êxito em contextos tão distanciados entre si, depois de o Brasil se ter emancipado de Portugal? Acreditamos que, pelo menos em parte, a resposta pressupõe, além da origem cultural comum dos leitores portugueses e brasileiros, uma mesma aspiração de transformações modernizadoras tanto em Portugal como no Brasil. Nestas condições, o jornalismo de Eça abriu um diálogo entre os dois países em vista da liberdade e do futuro, e não do passado.

## 1.2 A imprensa como factor de liberdade em Portugal

Em 1828, o contexto histórico português não era nada favorável à actividade livre. Logo após D. Miguel ser proclamado rei, passou-se a exercer um controlo absoluto sobre tudo o que se imprimia em Portugal. Tal situação só foi alterada após a Convenção de Évora Monte, em Maio de 1834, com a promulgação da Lei de 22 de Dezembro, que estabeleceu a liberdade de imprensa, originando um notável desenvolvimento dos periódicos.

No entanto, como a vida política portuguesa não se estabilizou com a vitória liberal de 1834<sup>9</sup>, o ritmo de desenvolvimento da imprensa de opinião também foi variável: “à medida que entra em progressiva decadência o democrático setembrismo, até à sua completa morte com a restauração da Carta por Costa Cabral, no início de 1842, vai diminuindo o movimento jornalístico”<sup>10</sup>. Ou seja, entre 1840 até 1851, a repressão contra a Imprensa vai agravando-se progressivamente.

---

<sup>8</sup> MÓNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. Lisboa: Quetzal Editores, 2001, p. 33.

<sup>9</sup> D. Pedro morreu no ano da sua vitória deixando no trono D. Maria II, sua filha de 15 anos. Houve um enfraquecimento político dos liberais diante da nobreza conservadora.

<sup>10</sup> TENGARRINHA, José. *A história da imprensa periódica portuguesa*. (2ª edição). Lisboa: Caminho, 1989, p. 152.

*Entre as medidas repressivas então postas em prática pelas autoridades destacavam-se: impostos mais elevados e rigorosos cumprimento no pagamento da décima; cauções, habilitações cada vez mais difíceis e pesadas impostas aos editores; frequentes pronunciamentos e multas em consequência de sucessivas querelas promovidas pelo Ministério Público e condenações em tribunal a pretexto de abusos de liberdade de Imprensa (...) Um outro factor de maior importância é a dificuldade crescente com a expedição e os portes, tendo o governo a ordenar aos Correios que não dessem expediente às folhas oposicionistas.<sup>11</sup>*

O culminar desta série de medidas repressivas acontece com a promulgação da Carta de Lei de 3 de Agosto de 1850, que ficou conhecida como a “Lei das Rolhas”.

*Havia penas desde o mínimo de 1 a 4 meses de prisão e 150 000 a 300 000 réis de multa em dinheiro. Os jornais poderiam ser condenados até pela ironia mais subtil. As próprias Câmaras dos Pares e dos Deputados é que julgavam verbal e sumariamente as infracções da Lei de Imprensa que lhes diziam respeito, vindo assim ao mesmo tempo a ser partes e juizes e não havendo qualquer recurso das suas decisões. Podia julgar-se ou decretar-se a suspensão de qualquer periódico quando este ou o seu editor tivesse incorrido em segunda ou ulterior condenação no mesmo ano. O governo ficava com o poder de proibir, por um prazo determinado, a divulgação pelas ruas de toda a classe de impressos a pretexto de julgar necessário para a conservação da ordem pública.<sup>12</sup>*

Todas estas medidas suscitaram vários protestos dos homens de letras, autores, jornalistas, estudantes e dos tipógrafos. Por outro lado, o número de publicações periódicas decresce.

No entanto, ao longo desta fase da chamada “imprensa de opinião”, as empresas jornalísticas contaram com a participação de grandes nomes da literatura e caracterizaram-se por manter, em termos de recursos humanos, uma estrutura centralizada:

*O chefe da redacção era o verdadeiro espírito e a alma da publicação. O jornal, geralmente, era um homem, mais até do que um partido. (...) Era o redactor responsável com a sua personalidade, quem, dentro das coordenadas gerais, imprimia ao jornal uma vida própria.<sup>13</sup>*

Ideologicamente, devemos lembrar que “a imprensa da época é, em primeiro lugar política, em segundo lugar, literária e só acidentalmente noticiosa dos

---

<sup>11</sup> TENGARRINHA, José. *op.cit.*, 162.

<sup>12</sup> TENGARRINHA, José. *op.cit.*, pp. 178-179.

<sup>13</sup> TENGARRINHA, José. *op.cit.*, pp. 190-191.

acontecimentos da vida quotidiana”<sup>14</sup>. No que diz respeito à circulação da informação, uma característica importante desta fase é assinalada por Tengarrinha: “Em voz alta liam-se (...) os editoriais dos jornais mais importantes: de tal maneira, assim, a Imprensa e a oratória andavam intimamente ligadas”.<sup>15</sup>

Finalmente, com a Regeneração, e através de várias disposições como a Lei de 17 de Maio de 1866, que aboliu todas as restrições à Imprensa, houve um novo desenvolvimento do jornalismo que se estendeu até o início do reinado de D. Carlos (1890), quando regressaram algumas medidas restritivas.

Por outro lado, cabe assinalar o surgimento de novos processos comunicacionais que deram origem à chamada fase da imprensa industrial. De facto, segundo José Tengarrinha, “só entre 1865 e 1885 é que se estabeleceram em Portugal as condições propícias à transformação industrial da imprensa”<sup>16</sup>, o que deu ênfase à informação como preocupação e objectivo. Justamente nessa fase industrial, os jornais passaram a dispor do auxílio do telégrafo e, então, surgiram as agências noticiosas:

*O progresso das técnicas e o aparecimento de uma imprensa barata, diversificando o seu conteúdo para deixar mais espaço à relação de informações, em vez de se dedicar apenas à expressão de opiniões, permitiram – causa e consequência ao mesmo tempo – a criação das agências.*<sup>17</sup>

Desta forma, o sistema de comunicações melhorou, tornou-se mais rápida a circulação de notícias e ampliou-se o hábito de ler jornais. Assim, “o jornal lançado romanticamente pelo indivíduo isolado que nele fazia quase tudo deixava, passo a passo, de ter condições para competir e subsistir. As redacções alargaram-se”.<sup>18</sup> Será útil relembrar, ainda, as influências que o jornalismo luso recebeu:

*O jornalismo português nasceu e evoluiu sintonizado com o que se fazia na Europa, em particular em França, país que até ao século XIX ditou «as modas» em Portugal. No entanto, as guerras napoleónicas (em que Portugal alinhou pelos britânicos) e, posteriormente, as lutas liberais (...) e o liberalismo permitiram que a imprensa portuguesa se abrisse ao*

---

<sup>14</sup> SERRÃO, Joel. *Temas Oitocentistas II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978, p. 41

<sup>15</sup> TENGARRINHA, José. *op. cit.*, p. 150.

<sup>16</sup> TENGARRINHA, José. *op. cit.*, p. 127.

<sup>17</sup> DERIEUX, Emmanuel, “Agências Noticiosas”, *Guia alfabético das comunicações de massa*. Direcção de Jean Cazeneuve, tradução Licínio Martins, Cascais Franco, Orlando Neves e Raquel Silva. Lisboa: Edições 70, 1978, p. 11.

<sup>18</sup> SOUSA, Jorge Pedro. “Uma História do Jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974”. *Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa, perspectivas luso-brasileiras*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, p.106.

*modelo britânico de jornalismo, assente no princípio da liberdade de imprensa.*<sup>19</sup>

Enfim, não há dúvida de que o século XIX foi um período de expansão da imprensa portuguesa, um legado rico, marcado por um carácter idealista e doutrinário que serviu para o estabelecimento das coordenadas ideológicas de toda uma memória colectiva.

### 1.3 A imprensa como factor de liberdade no Brasil

O começo da imprensa no Brasil tem suas peculiaridades. No continente americano, o Brasil foi um dos últimos países a consolidar o uso oficial da tipografia<sup>20</sup>. No entanto, é necessário enfatizar que, apesar do atraso, da censura e do oficialismo, o lançamento dos primeiros periódicos no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural. Como afirma Marco Morel, “havia uma tradição de atividades impressas da nação portuguesa (...) sem esquecer a possibilidade de os primeiros redatores brasileiros terem aprendido e convivido com a imprensa de outros países”<sup>21</sup>. Além disso, é necessário levar em conta a pluralidade de escritos que “circulavam de formas variadas, através de correspondências particulares, cópias de textos, papéis e folhas que se pregavam na paredes e muros ou rodavam de mão em mão”<sup>22</sup>.

Cabe salientar também o contexto político e ideológico. O primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, fundado em Junho de 1808, era impresso em Inglaterra para evitar a censura que coarctava as obras publicadas no reino. Até então, ao Brasil só chegavam alguns periódicos portugueses, como a *Gazeta de Lisboa*. O *Correio Braziliense* ou *Armazém Literário* publicou-se semanalmente sem interrupções de Junho de 1808 a Dezembro de 1822, e logo na declaração de princípios, feita na “Introdução” ao primeiro número, deixava claros os objectivos do seu redactor, Hipólito

---

<sup>19</sup> SOUSA, Jorge Pedro. *op. cit.*, p. 117.

<sup>20</sup> cf. CARVALHO, Alfredo. *Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821 – 1903: dados históricos e bibliográficos*. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1908, p.15.

<sup>21</sup> MOREL; Marco. “Os Primeiros Passos da Palavra Impressa”, *História da imprensa no Brasil*. Orgs. e prefácio de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2008, 23- 43, (p. 28).

<sup>22</sup> MOREL, Marco. *op. cit.* (p. 28)

José da Costa Pereira<sup>23</sup>: “desejando aclarar os meus compatriotas sobre os factos políticos, civis e literários da Europa, empreendi este projecto”<sup>24</sup>.

Como observa Manuel Chaparro: “O *Correio Braziliense*, (...) circulava também em Portugal, onde, aliás, enquanto existiu e pôde ser distribuído, provavelmente provocou mais incómodos do que no Rio de Janeiro.”<sup>25</sup> De facto, o jornal tinha um carácter doutrinário e lutava a favor da reestruturação das instituições políticas da monarquia lusitana, bem como em prol da emancipação do Brasil.

Com a transferência da Corte para o Brasil, em 1808, foi suspensa a proibição da publicação de materiais impressos na então colónia, que permanecera ao longo de três séculos, oficialmente, sem tipografias. A partir da instalação da Impressão Régia, em Maio de 1808, o Brasil inicia uma nova fase. A Impressão Régia visou atender a necessidade de divulgação da legislação e actos governamentais, sendo também facultada a impressão de obras variadas. A Impressão Régia monopolizou a actividade tipográfica no Rio de Janeiro até 1821, quando começaram a surgir tipografias particulares. A principal actividade da Impressão Régia era produzir o periódico *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808-1822), importante instrumento de comunicação da coroa com os súbditos tanto no Brasil como em Portugal. Ou seja, a *Gazeta do Rio de Janeiro* funcionava nos dois lados do Atlântico como uma das instituições do poder.

Distintos no formato e na periodicidade (o *Correio Braziliense* era mensal, enquanto a *Gazeta* era publicada semanalmente e, depois, bissemanal; o *Correio* possuía em cada edição cerca de 140 páginas - a *Gazeta do Rio de Janeiro* continha quatro páginas), contudo, no essencial, há muito em comum entre os dois periódicos:

*Tanto a Gazeta como o Correio defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projecto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa (...) Além desses factores, (...) a partir de meados de 1821 (após a Revolução do Porto e com o ministério de José Bonifácio e a convocação da*

---

<sup>23</sup> Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu na Colónia do Sacramento, então domínio da colónia portuguesa, (actual Uruguai) em 25 de Março de 1774. Com a tomada da Colónia do Sacramento pelos espanhóis, mudou-se para o Rio Grande do Sul, onde passou a infância e a adolescência. Frequentou a Universidade de Coimbra, concluindo a formatura em Leis em 5 de Julho de 1798. Recém-formado, esteve nos Estados Unidos da América. De volta a Portugal, foi nomeado director literário da Junta da Imprensa Régia; ao serviço desta instituição, deslocou-se a Londres; no regresso, foi preso sob a acusação de exercer a profissão de “pedreiro livre”; exilado em Londres, executou importantes funções na maçonaria. Após a independência do Brasil, foi nomeado como encarregado de negócios interino, cônsul geral em Londres e conselheiro honorário. Não desempenhou, contudo, os últimos cargos. Faleceu a 11 de Setembro de 1823.

<sup>24</sup> COSTA, Hipólito José da. “Introdução”, *Correio braziliense ou armazém literário*. (Junho) Nº 1, Londres: W. Lewis, 1808 (p. 4).

<sup>25</sup> CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar. Percursos e géneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém: Edições Jortejo, 1998. p. 21.



*Constituinte brasileira), a Gazeta do Rio (o título é reduzido) passa a defender o liberalismo e a modernidade e a modernidade política (...) E acompanha de perto o processo de separação entre Portugal e o Brasil, posicionando-se a favor da independência deste antes mesmo da do Correio Braziliense, que levava a desvantagem da distância geográfica (...) Ou seja, é possível enxergar nuances nesta polarização maniqueísta entre esses dois jornais luso-brasileiros.<sup>26</sup>*

Ainda no período joanino, circularam no Brasil outros periódicos, como *A idade d'Ouro do Brazil* (1811-1823) e *O Patriota* (1813-1814), jornal que funcionou como o primeiro espaço de manifestação da intelectualidade brasileira.

Assim sendo, o início da imprensa brasileira está associado a um jornalismo de discurso ideológico, propagador de transformações sociais e políticas.

A evolução do jornalismo lusitano também não foi linear. Aqui cabe apenas destacar que até 1820 “as notícias eram dadas secamente, sem comentários, discussão ou crítica”<sup>27</sup>. Com a Revolução Liberal de 1820, começam a ser questionados os constrangimentos à liberdade de imprensa. Assim, após muitas discussões, em 12 de Julho de 1821, foi promulgada a primeira lei de imprensa, que estabelecia o fim da censura prévia. Essa iniciativa afectou directamente o Brasil, onde ficava a sede da monarquia lusa.

*A partir daí, poderia se afirmar que a liberdade de imprensa estaria instalada no Brasil. Mas o que se verifica em seguida não é uma linha progressiva e ascendente de crescimento dessa liberdade. Houve um crescimento da imprensa, sim, mas a questão do controle desta actividade seguiria uma linha sinuosa, com recuos e expansões: os dilemas, vividos pelos redactores de diversas correntes políticas, se cruzariam com as preocupações governamentais e com as constantes alterações dessa legislação pelos parlamentares.<sup>28</sup>*

A independência do Brasil ocorreu na altura em que a monarquia lusa procurava consolidar as definições constitucionalistas. De facto, em Portugal, com a revolução de 1820, foram criadas as condições para a instauração da chamada “imprensa romântica ou de opinião”: o número de publicações de periódicos disparou; porém, ainda surgiram várias restrições à liberdade de imprensa, e a censura prévia não se extinguiu totalmente.

---

<sup>26</sup> MOREL, Marco. *op. cit.* pp. 31-32.

<sup>27</sup> TENGARRINHA, José. *op. cit.*, p.116.

<sup>28</sup> MOREL, Marco. *op. cit.*, p. 34.

Na altura da independência do Brasil (1822) existiam centenas de títulos de publicações periódicas, localizadas essencialmente em pólos geopolíticos activos como: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. Neste sentido, a liberdade de imprensa é intrínseca à construção do Brasil moderno:

*A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colónia em Império e participar intensamente no processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira.*<sup>29</sup>

O estilo panfletário domina os primeiros passos da imprensa brasileira, que está mais voltada para causas políticas. Paulatinamente, vão surgindo modificações. No reinado de D. Pedro II<sup>30</sup> podemos identificar, no discurso da imprensa, dois grandes momentos: o primeiro, de 1841 a meados da década de 1860, em que predomina o discurso conservador e palaciano; o segundo, a partir de 1868, que reuniu uma grande polifonia de discursos que defendiam as causas abolicionistas, a liberdade de religião, e a implementação da República. De destacar a atitude do monarca brasileiro, sempre “tolerante para com as manifestações irreverentes da imprensa nativa, generoso para com os arroubos de parte de seus súbditos, não obstante o carácter centralizador de seu governo.”<sup>31</sup>

Ao longo do Segundo Império, várias foram as dissonâncias que figuraram na imprensa e que se agrupavam consoante os vínculos aos principais partidos políticos da altura: Conservador ou Liberal. De facto, ainda durante o período das Regências (1831-1840), várias vozes exprimiram as suas contradições na imprensa.

*Esse quadro de tensões deve ser marcado, de um lado, por grupos de interesse que fizeram a Independência, os quais não eram naturalmente “brasileiros” e estavam forjando tal identidade; de outro lado, havia as tensões internas sobre quem assumiria o sentido principal de ser “brasileiro.” Tipografias, pasquins, periódicos, folhetos e impressos em geral eram instrumentos de luta, que tornavam a política algo público, algo a ser discutido nas ruas, botequins, teatros e quartéis, o que*

---

<sup>29</sup> MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tânia “Prefácio”, *História da imprensa no Brasil*. Orgs. e prefácio de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca São Paulo: Contexto, 2008, 7-19, p.8.

<sup>30</sup> Ver páginas 59-63.

<sup>31</sup> MARTINS, Ana Luiza “Imprensa em tempos de Império”, *História da imprensa no Brasil*. Orgs. e prefácio de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca São Paulo: Contexto, 2008, 45-80, p. 47.

*implicava uma vulgarização muitas vezes malvista por alguns sectores não tão liberais quanto se imaginava.*<sup>32</sup>

Em 1847, Alexandre Herculano publicou na *Revista Universal Lisbonense* um artigo sob o título “Futuro Literário de Portugal e Brasil”, que assinalava a situação ímpar do Brasil, enquanto consumidor, no domínio das letras, daquilo que se publicava em Portugal:

*A imprensa na antiga América portuguesa, balbuciante há dois dias, já ultrapassa a imprensa da terra que foi metrópole. As publicações periódicas, primeira expressão de uma cultura intelectual que se desenvolve, começam-se a associar-se as composições de mais alento – os livros. Ajunte-se a este facto outro, o ser o Brasil o mercado principal do pouco que entre nós se imprime.*<sup>33</sup>

No último quartel do século XIX, a imprensa brasileira questionava tanto as crises existentes entre a Igreja e o Estado, como a insatisfação dos militares com o Império, como também divulgava as ideias abolicionistas.

Servindo aos mais diversos propósitos, o jornalismo deste tempo actuou na formação de pensamentos e opiniões. Neste contexto, o ano de 1870 vem carregado de significados. Afinal, esta data assinala a fundação do *Partido Republicano*, a criação do jornal *A República* e o lançamento do Manifesto republicano.

Todo esse espírito de época, de uma sociedade em mudança onde o jornal passa a fazer parte do quotidiano brasileiro e português, é retomado a partir de diferentes perspectivas no jornalismo literário queirosiano. Desejamos, ainda, esclarecer que a acepção que damos ao termo “jornalismo literário” não se refere à imprensa especializada em literatura. Entendemos que o jornalismo literário é, antes, um estilo que caracterizou a participação dos escritores na imprensa generalista oitocentista.

#### 1.4 Revistas e Gazetas

Lembremos, em primeiro lugar, aquilo que é fundamental no que respeita à participação de Eça e Queirós na imprensa periódica do seu tempo. Esta presença

---

<sup>32</sup> LIMA; Ivana Stolze. “Imprensa, língua, nação e política nas Regências”, Entre *a monarquia e a república. Imprensa, pensamento político e histografia (1822-1889)*. Organização Mónica Lessa e Silvia Brito Fonseca, Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008, 107- 121, p.108.

<sup>33</sup> HERCULANO, Alexandre. “Futuro Literário de Portugal e do Brasil. Por ocasião da leitura dos Primeiros cantos, poesias do sr. A Gonçalves Dias”, *Revista universal lisbonense, jornal dos interesses físicos, intelectuais e morais*, nº 7, Lisboa, 1847-1848, p. 6 .

acontece por duas vias: a ficcional, pela inclusão dos seus contos e romances nos jornais e revistas; ou pela publicação dos próprios textos jornalísticos nos periódicos.

Cabe, então, tentar perceber como eram os periódicos da altura. Foi o grande desenvolvimento da imprensa no segundo quartel do século XIX que propiciou a cisão entre o jornal e a revista, não especificamente diferenciados pela periodicidade, mas pelo conteúdo que os constituía: “todas as manifestações da nossa actividade psíquica, ciência e arte, podem pois ser estudadas, na sua filiação e no seu desenvolvimento evolutivo, nessas grandes sínteses chamadas revistas literárias”.<sup>34</sup>

Apesar de ser restrito o mercado literário oitocentista, as revistas literárias dão-nos a conhecer ideias e o seu movimento na pluralidade de vozes: “os redactores destas publicações, (...) concorrem para a elaboração de novas ideias, para a difusão de novos princípios, para a disciplina de concepções mais exactas e mais solidárias com os progressos da mentalidade”<sup>35</sup>.

Voltadas para a exposição de assuntos específicos, as revistas desenvolveram-se no sentido de procurar um espaço cultural. Mais efémeras do que o livro, contudo menos fugazes do que os jornais, as revistas representavam um estímulo ao exercício mental. Era justamente essa a ideia de Eça de Queirós na altura do lançamento da *Revista de Portugal*, quando Eça afirma que as revistas estavam “entre o Livro com o seu cortejo quase insuperável de dificuldades editoriais, e o Jornal, com a sua estreiteza, a sua promiscuidade, a desalentada perspectiva da sua vida efémera”<sup>36</sup>

De facto, Eça de Queirós sempre sonhou fundar uma revista e, em carta a Ramalho Ortigão, afirma que a necessidade de acção cívica justifica o seu desejo:

*Isto é um empreendimento de literatura e não de dinheiro – e eu ganharia mais a meu gosto e em maior quantia, continuando a fabricar romances. Mas tive, como qualquer chauvin, o meu fogacho de patriotismo. A Imprensa que entre nós domina, fala de alto, faz e desfaz a História – é mais sórdida e vil que o vômito de um ébrio; por outro lado não há em Portugal um bocado de papel onde se discutam seriamente, e com especial saber, as coisas vitais do País, onde as obras tenham o seu comentário, e onde se produzam os espíritos elevados, que hoje (...) não têm um jornal decente onde decentemente digam o que pensam. Ora,*

---

<sup>34</sup> BRUNO, Sampaio. *A geração nova*. Porto. Lello & irmão, 1984, p.66.

<sup>35</sup> BRUNO, *op. cit.*, p. 69.

<sup>36</sup> QUEIRÓS, Eça de. *Textos de imprensa VI (da Revista de Portugal)*, edição de Maria Helena Santana. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1995, p. 110.

*nestas condições, eu decidi sacrificar-me, e fundar esse bocado de papel. É, até certo ponto, um acto patriótico.*<sup>37</sup>

Cabe, ainda, assinalar que nesta época os jornais eram correntemente denominados de “gazetas”. As “gazetas” tiveram o seu apogeu no século XVIII e surgiram como um jornal acessível, mas continuavam a marcar presença tanto em Lisboa como no Rio de Janeiro, em pleno século XIX.<sup>38</sup>

O humor também esteve presente dos dois lados do Atlântico. Pelo Brasil propagou-se na altura do segundo reinado, onde o modelo “pasquim” (jornal de sátira) circulava livremente. Marcante também foi a comunicação via caricatura que ganhou destaque graças à força da imagem, devido à existência de um grande número de analfabetos.

Ora, se as revistas e os jornais eram o grande veículo de expressão do espírito moderno, o que podemos dizer sobre a técnica de escrita? A elaboração de textos estava bem próxima da literária e produzia julgamentos apaixonados e polémicos. Predominava o estilo panfletário, que alcançava eficácia ao utilizar várias características retóricas como:

*Capacidade de convencer e de atacar, espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária e ideológica e agilidade para expressar, específicas e circunstanciais, uma visão de mundo geral e definida.*<sup>39</sup>

## 1.5 A fusão do útil e do fútil: o folhetim

O jornalismo oitocentista ficou definitivamente marcado pelo uso de termos como “crónica” e “folhetim”, especialmente este último, como uma eterna referência da origem literária dos periódicos. Cremos que, hoje, o termo necessita de algum esclarecimento. Elza Miné chama a atenção para a diversidade de referências aos textos jornalísticos de Eça de Queirós, particularmente na *Gazeta de Notícias*, que pode envolver uma indeterminação conceptual:

---

<sup>37</sup> QUEIROZ, Eça. *Cartas e outros escritos*. Lisboa: Livros do Brasil, 2001, pp. 153-154.

<sup>38</sup> cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007, p. 7.

<sup>39</sup> MOREL, Marco. *op. cit.*, p.37.

*As colaborações de Eça na Gazeta de Notícias, ao longo dos anos, constituem-se em seções fixas sob diversos títulos (“Notas Contemporâneas”, “Colaboração Europeia”, “Ecos de Paris”, “Cartas Familiares de Paris”, “Bilhetes d’Aquém-mar”, “Bilhetes de Paris”), quase que exclusivamente publicadas na página 1, ou então, inscrevem-se no rodapé da mesma página 1, no espaço do folhetim. (...) Assim, quando os estudiosos de Eça de Queirós se referem aos seus “folhetins” publicados na Gazeta, tanto podem assim designar o espaço do jornal em que muitos desses escritos foram publicados, como assim implicar a pluralidade de assuntos e tratamentos que os caracterizam (...) Esses mesmos textos são, outras vezes, indiscriminadamente chamados de crônicas. (...) O folhetinista confunde-se assim com o cronista, com o articulista.<sup>40</sup>*

De facto, como se pode verificar, “folhetim” é usado para designar “texto literário ou trabalho de crítica de literatura e artes, geralmente impresso na parte inferior da página de um jornal”<sup>41</sup>; ou então para nomear “um romance ou novela publicado normalmente em periódicos, em fragmentos ou capítulos”<sup>42</sup>; e serve ainda para qualificar o que hoje designamos por literatura de consumo, uma “obra literária considerada de pouco valor literário”<sup>43</sup>. Será isto suficiente para aclarar a indeterminação conceptual? Em nosso entendimento, não. Tal diversidade de definições apenas distingue, naqueles que são os primeiros jornalistas, fundadores dos periódicos, a simbiose entre o escritor, o homem de pensamento capaz de exprimir as idealidades estéticas em sua leveza, e o cidadão comum a viver diariamente os pesados encargos de sua existência económica, social e política. Eis como vê o folhetim um crítico do século XIX:

*Ele contribui poderosamente para alargar o gosto e fomentar as curiosidades do espirito, estimulando em larga escala a cultura estética do maior número, a ponto de poder mais tarde amplificar-se e explanar-se de jeito a formar série sobre um tema dado, série seguidamente ligada em volume.<sup>44</sup>*

O próprio Eça de Queirós, no jornal *Distrito de Évora*, ajuda a esclarecer a questão, quando minimiza a suposta oposição entre o útil e fútil na imprensa, ao afirmar que “há muita gente que se persuade que estas futilidades que se chamam crónica,

---

<sup>40</sup> MINÉ, Elza. *Páginas Flutuantes. Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000, pp. 47-48.

<sup>41</sup> HOUAISS, António e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

<sup>42</sup> HOUAISS, *op cit*.

<sup>43</sup> HOUAISS, *op cit*

<sup>44</sup> BRUNO, Sampaio, *A nova geração, op.cit*, p. 72.

folhetim, noticiário, variedades, não têm importância num jornal político, não pesam na opinião, não atacam e não combatem. É um erro”<sup>45</sup>. Do outro lado do Atlântico, Machado de Assis compartilha da mesma opinião e defende a significação nova da comunicação de massa, chega a defender a tese de que tudo que é sólido se desmancha na volubilidade do pensamento, e a exaltar o desfrute do leitor diário em suas sensações leves, soltas e passageiras:

*O folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionómicas na moderna criação. O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo (...) O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar de colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo o mundo lhe pertence, até mesmo a política.*<sup>46</sup>

Voltando a Eça de Queirós, ele enfatiza, quase profeticamente em vista das actuais “novelas” televisivas, o nascimento e o primado do folhetim como expressão da moderna cultura de massa:

*Em tempos de paz, de teatros, de passeios, quem reina é o folhetim: é adorado, é querido, é beijado, é suspirado, é cantado, é dançado: uns dormem abraçados a ele, outros decoram-no, outros forram a alcova, fazendo dele estojo precioso. Pode ele ser horrivelmente insípido, como quando é o sr. Santos Nazaré que os escreve; ridiculamente pretensiosos, como quando é o sr. Chagas; bocejadoramente alambicados, como quando é o sr. Júlio Machado que os suspira; é mesmo ele o querido; ele é idolatrado. Por fim vem o verão, o calor, o campo, e morre o folhetim: os folhetinistas são assassinos; as mulheres embirram com ele, os homens olham para ele desdenhosamente. Nesse tempo, na redacção, todo o mundo embirra com os folhetins: o revisor troca-lhe maquiavelicamente a pontuação, o tipógrafo faz um distúrbio: se o Sr. Júlio Machado tem no original, por exemplo – Oh Lua, tu és doce!, ele escreve com um riso terrível - Oh doce, tu és luar!*<sup>47</sup>

Vários periódicos oitocentistas prestaram atenção ao novo género. No prólogo da *Revista Popular*, encontramos uma descrição curiosa que destaca o folhetim como um dos elementos mais significativos da cultura do século dezanove:

---

<sup>45</sup> QUEIROZ, Eça de. *Da colaboração no distrito de Évora I, op cit.*, p. 139.

<sup>46</sup> ASSIS, Machado de. *Obra completa. op cit.*, p. 959.

<sup>47</sup> QUEIROZ, Eça de. *Da colaboração no distrito de Évora I, op cit.*, p. 118.

*Hoje a história morreu. O folhetim é tudo. (...) O folhetim é o reverso da arte. O seu cunho é variável, porque se adapta aos tempos em que vive. (...) Os folhetins são a representação ideal do século, são as rapsódias da grande epopeia moderna.*<sup>48</sup>

Enquanto concepção genérica, o uso de um termo específico para designar um novo espaço de comunicação nas folhas impressas de um periódico teve “a primeira ocorrência em francês, compreensivelmente na terminologia da encadernação, [e] seria, pois, de 1790”<sup>49</sup>. No entanto, como destaca Ernesto Rodrigues, o género impõe-se num determinado quadro, onde a imprensa deve ser: “informativa, ou divulgadora, e já não só opinativa; relativamente barata, para potenciar assinantes; acessível em locais de venda, antes de ser gritada pelos ardinias”<sup>50</sup>. Neste sentido, o nome de folhetim designa fisicamente um texto de rodapé, sem prejuízo da novidade do género literário, tendo sido criado e publicado em larga escala como forma de incentivar a venda dos jornais. Em contrapartida, o folhetim ampliou o mercado de trabalho dos literatos, abrindo a oportunidade para a publicação de crónicas, contos, e até mesmo de romances:

*Na impossibilidade de editar-se um romance, dada a inexistência de uma editoração nacional, produzia-se o conto, esse sim, com publicação garantida nas revistas (...) Romances, só aos bocaditos, em forma de folhetim, que aos jornais interessavam comercialmente como atração de primeira página.*<sup>51</sup>

Mas, pelo seu carácter efémero, o género do folhetim se confunde às vezes com o da crónica. António Cândido nos mostra como, em sua evolução histórica, o espaço físico do folhetim deu oportunidade ao exercício da crónica:

*Antes de ser crónica propriamente dita foi «folhetim», ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas, literárias. (...) Aos poucos, o «folhetim» foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. (...) Ao longo deste percurso, foi alargando cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixada a outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tornou mais leve,*

---

<sup>48</sup> GERUNDIO, Fr. “Revista da Semana: Prólogo que serve por um ano como qualquer arredondamento”, *Revista Popular. semanário de literatura, sciencia e indústria*. Volume II, Lisboa: Imprensa Nacional, 1849-1850, pp 5,6.

<sup>49</sup> RODRIGUES, Ernesto. *Mágico folhetim. Literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, p. 202

<sup>50</sup> RODRIGUES, Ernesto. *op. cit.*, p. 205.

<sup>51</sup> MARTINS, Ana Luiza “Imprensa em tempos de império”, *op cit.*, pp. 69,70.



*mais descompromissada (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar pela poesia adentro.*<sup>52</sup>

Ora, actualmente, os manuais de jornalismo nos dizem que a crónica é um género jornalístico redigido de forma livre e apontam para a perspectiva individual de seu autor. Jean Luc Martin Lagardette afirma que na crónica “tudo é possível”<sup>53</sup>, e Massaud Moisés destaca a ambiguidade deste género: “A crónica oscila, pois, entre a reportagem e a literatura, entre o relato impessoal, frio e descolorido de um acontecimento trivial, e a recreação do cotidiano por meio da fantasia”<sup>54</sup>. Mas como é que o próprio Eça entende esse conceito?

*A crónica é como que a conversa íntima, indolente, desleixada, do jornal com os que o lêem: conta mil coisas, sem sistema, sem nexos; espalha-se livremente pela natureza, pela vida, pela literatura, pela cidade; fala das festas, dos bailes, dos teatros, das modas, dos enfeites, fala em tudo, baixinho, como quando se faz um serão ao braseiro, ou ainda de Verão, no campo, quando o ar está triste.*<sup>55</sup>

Ou seja, Eça de Queirós enfatiza o que este género de texto tem de especial: um tom leve que lhe permite um certo distanciamento do resto do jornal. A crónica queirosiana diz verdades a brincar.

*Ela sabe anedotas, segredos, histórias de amor, crimes terríveis; espreita, porque não lhe fica mal espreitar. Olha para tudo, umas vezes melancolicamente, como faz a lua, outras vezes alegre e robustamente, como faz o sol; a crónica tem uma doçura jovial, tem um estouvamento delicioso: confunde tudo, tristezas e facécias, enterros e actores ambulantes, um poema moderno e o pé da imperatriz da China; ela conta tudo o que pode interessar pelo espírito, pela beleza, pela mocidade; ela não tem opiniões, não sabe do resto do jornal; está nas suas colunas contando, rindo, falando; não tem a voz grossa da política, nem a voz indolente do poeta, nem a voz doutoral do crítico; tem uma pequena voz serena, leve e clara, com que conta aos seus amigos tudo o que andou ouvindo, perguntando, esmiuçando.*<sup>56</sup>

Eça de Queirós destaca o diálogo que este novo género pode estabelecer, onde o autor pode “conversar” despreocupadamente com os leitores. Eça personifica a crónica

---

<sup>52</sup> CANDIDO, António. “A vida ao rés-do-chão”, Para gostar de ler: crónicas. São Paulo: Ática, 1984, 4-13, p. 7.

<sup>53</sup> LAGARDETTE, Jean- Luc Martin. *Manual de escrita jornalística. Escrevo – Informo Convenço*. Tradução Helena Moura, Lisboa: Pergaminho, 1998, p. 67.

<sup>54</sup> MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. Prosa II. São Paulo: Editora Cultrix, 1997, p.105.

<sup>55</sup> QUEIROZ, Eça de. *Da colaboração no “Distrito de Évora” I (1867)*, Lisboa: Livros do Brasil, 2000, p. 107.

<sup>56</sup> *ibid.*

e por vezes trata o novo género como se fosse um ser feminino. Mais uma vez, o encontro com o pensamento de Machado de Assis torna-se visível:

*Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crónica; mas há toda a probabilidade de que foi coletânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta para deliciar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada do que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteira, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível. Eis a origem da crónica.*<sup>57</sup>

Interessante é notar que o jovem Eça, em 1867, já possui a noção de que este género pode ser uma arma: “a crónica é para o jornalismo o que a caricatura é para a pintura: fere, rindo; despedaça, dando cambalhotas; não respeita nada daquilo que mais se respeita”<sup>58</sup>.

Uma outra vertente prende-se com o facto, destacado por Carlos Reis, da utilização da designação “crónica de costumes” a propósito de romances como *O Crime do padre Amaro*, *O primo Basílio*, *A capital!* ou *Os Maias*. Neste sentido, Reis esclarece: “A crónica queirosiana do século XIX conjuga (...) a aguda consciência do género com o impulso ficcional próprio de um grande romancista e com ágil domínio dos dispositivos retóricos da narrativa.”

O que, no entanto, pretendemos enfatizar é que a crónica de imprensa queirosiana abriu um novo canal de comunicação entre Portugal e o Brasil, tendo sido apropriado por Eça de Queirós como meio de expressão e de intervenção. Curioso é notar que, recentemente, José Marques de Melo<sup>59</sup> destacou a especificidade da crónica luso-brasileira ao afirmar que este género pertence às páginas de opinião, ao contrário da crónica hispano-americana, que possui um carácter informativo. É justamente este traço opinativo, baseado em conjecturas, que ditou a originalidade dos escritos de Eça de Queirós.

Para finalizar, cabe ainda assinalar que o folhetim, enquanto espaço do jornal, não hospedava apenas a crónica. Esta secção do jornal, precursora da crónica, não

---

<sup>57</sup> ASSIS, Machado. “Notas Semanais”, *Ilustração Brasileira*, 1 de Novembro de 1877, Rio de Janeiro. ( [www.portal.mec.gov.br/machado/arquivos/](http://www.portal.mec.gov.br/machado/arquivos/)) – consulta realizada no dia 25 de Janeiro de 2008.

<sup>58</sup> QUEIROZ, Eça de. *Da colaboração no “Distrito de Évora I” (1867)*, op cit., p.139.

<sup>59</sup> cf. MELO, José Marques de. “A crónica”, *Jornalismo e Literatura. Actas do II Encontro Afro-luso-brasileiro*. Lisboa: Veja. s/d.

obedecia a uma fórmula pré-definida. Paulatinamente, a “cumplicidade” existente entre os dois termos termina e actualmente a crónica ganha autonomia.

Enfim, a crónica oitocentista corresponde a um exercício de intervenção nos acontecimentos da época, que “nasceu” num determinado espaço geográfico, e de que Eça soube servir-se tanto para informar como para julgar um facto e formar uma opinião.

## 1.6 A visão queirosiana do jornalismo: um laboratório de ideias

A indústria é como o jornalismo. Utiliza e absorve muitas aptidões literárias. Necessita, como ele, ter ideias novas sob a pena de descair até arruinar-se de todo, precisa sucessivamente de criar novos modelos e ter sempre invenção, frescura, imaginação e fecundidade inesgotável.<sup>60</sup>

Eça de Queirós.

Inserido neste contexto oitocentista de profunda transformação tanto técnica como mental, Eça de Queirós expõe, nas páginas do jornal *Distrito de Évora*, algumas ideias sobre a imprensa periódica. Elza Miné<sup>61</sup> assegura que tais ideias compõem uma verdadeira “teoria do jornalismo”, na medida em que evidenciam as principais funções da imprensa: informar; interpretar; actuar e intervir. Miné destaca ainda que Eça concebia um jornalismo de projecção para o futuro, onde era necessário relacionar os factos para melhor compreender e fazer entender. Para a autora, Eça apreende e expressa a realidade de uma forma subtil:

*Nos textos (jornalísticos), decorrência que são dessa situação particular de produção de linguagem, centrada na funcionalidade comunicativa, estão presentes as marcas de contacto, de integração e convencimento do leitor, e ainda, e sempre, a manifestação clara de uma subjectividade de que nunca se abdica.*<sup>62</sup>

Vejamos, logo no primeiro número de *O Distrito de Évora*, que fora posto a circular no dia 6 de Janeiro de 1867, o que Eça de Queirós afirma:

---

<sup>60</sup> QUEIROZ, Eça de. *Da colaboração no “Distrito de Évora III”* Lisboa: Livros do Brasil, 2000, p. 212.

<sup>61</sup> MINÉ, Elza. *Eça de Queirós jornalista*. Lisboa: Livros horizonte, 1986, pp 14-20.

<sup>62</sup> MINÉ, Eça de Queirós jornalista. *op.cit.*, p. 20.

*O jornalismo na sua justa e verdadeira atitude, seria a intervenção permanente do país na sua própria vida política, moral, religiosa, literária e industrial. [...] É o grande dever do jornalismo fazer conhecer o estado das coisas públicas, ensinar ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança, estar atento às atitudes que toma a política estrangeira, protestar com justa violência contra os actos culposos, frouxos, nocivos, velar pelo poder interior da pátria, pela grandeza moral, intelectual e material em presença das outras nações, pelo progresso que fazem os espíritos, pela conservação da justiça, pelo direito, da família, do trabalho, pelo melhoramento das classes infelizes.*<sup>63</sup>

Ou seja: acreditamos que Eça entendia o jornalismo como uma missão pedagógica de intervenção, um bem social capaz de educar o cidadão e lutar contra a indiferença generalizada. O jornalismo queirosiano é explicativo, de análise. No entanto, em 1878, quando Eça de Queirós elabora a biografia de Ramalho Ortigão, o escritor confessa que não se sente nada confortável no papel de jornalista/professor: “Fiquei aterrado: ensinar! Eu era, sou ainda, em filosofia, um turista facilmente cansado, em ciência um diletante de coxia.”<sup>64</sup> Modéstia à parte, as dúvidas pedagógicas queirosianas acabaram por cessar. Afinal, passados pouco mais de vinte anos, em 1889, no programa da *Revista de Portugal*, o escritor afirma que a imprensa é fundamental para a educação do espírito.<sup>65</sup> Logo a seguir, em 1897, na *Revista Moderna*, Eça confirma esta ideia ao escrever que “o melhor serviço desta Revista será quando nos guie através da obra incessante da Civilização”<sup>66</sup>.

Retenha-se, ainda, que Eça descreve a pressão que envolve a actividade jornalística como uma acção ininterrupta que se encontra muitas vezes acossada pelo poder dominante e a apatia generalizada:

*O jornalismo não sabe o que é o abatimento moral, o cansaço, a fadiga, o repouso. Se ele repousasse, quem velaria pelos que dormem? É áspero, trabalhador infatigável para quem não há noite nem aurora; a luta é terrível, é necessário conservar uma consciência satisfeita e uma energia poderosa para desprezar as calúnias, para afrontar os tédios e os desgostos, fazer face às hostilidades viperinas e incessantes que os*

---

<sup>63</sup> QUEIROZ, Eça de. *Da Colaboração no Distrito de Évora I (1967)*. op cit., p. 9.

<sup>64</sup> QUEIROZ, Eça de. *Notas contemporâneas*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000, p.29.

<sup>65</sup> cf. QUEIRÓS, Eça de. *Textos de imprensa IV (da Revista de Portugal)*. Edição de Maria Helena Santana. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, pp 109-116.

<sup>66</sup> QUEIRÓS, Eça de. *Textos e Imprensa V (da Revista Moderna)*. Edição de Elena Losada Soler. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p.49.

*poderes promovem, lutar, trabalhar, ter as suas convicções puras e fortes no meio do ódio de uns, do desleixo dos outros, da apatia de todos.*<sup>67</sup>

Sublinhamos, ainda, que na obra jornalística queirosiana é visível uma forte crítica social e está presente o combate à decadência e à inércia do país. De facto, numa sociedade onde o analfabetismo reinava (“o censo de 1878 ministra-nos elementos bem claros (...) em pouco mais de 4 milhões de habitantes, só 625 669, ou seja, 15,6%, sabem ler e escrever”<sup>68</sup>), o jornalista Eça de Queirós ainda tinha que conquistar os poucos leitores existentes.

Vislumbramos ainda um outro ponto importante. No jornal *O Distrito de Évora*, Eça de Queirós já demonstra ter plena consciência da natureza efémera do jornal, quando afirma que:

*O jornalista (...) trabalha, derrama ideias, sistemas, filosofias sociais e populares, estudos reflectidos, improvisações, defesas eloquentes, nobres ataques da palavra e da ideia; pois bem, tudo isso passa, morre, esquece; aquela folha delgada e leve onde ele põe o seu espírito, a sua consciência, a sua alma, perde-se, desaparece, some-se, sem esperanças de vida, de duração, de imortalidade, como uma folha de árvore ou como um trapo arremessado ao monturo.*<sup>69</sup>

A consideração da ideia de que no jornalismo os factos são passageiros, breves, momentâneos, mas que podem perdurar e ter consequências, sendo o jornal um “arquivo da opinião moderna”<sup>70</sup>, leva-nos a pensar sobre a relação que existe entre os jornais e a História. A questão do conhecimento histórico na cultura de um povo, e os seus desdobramentos na vida individual, é um tema recorrente na obra de importantes pensadores do século XIX europeu, e Eça de Queirós não foge à regra, dedicando ao tema um longo artigo sobre as ciências históricas.

No nosso mundo contemporâneo, já se considera o jornalista como um “historiador” do tempo presente. Pensamos que Eça de Queirós sentiu alguma familiaridade entre o jornalismo e a História. Afinal, importa observar que Eça viveu num mundo sob o forte impacto do surgimento das “ciências do espírito”, por oposição às “ciências da natureza”. Tal indicação nos parece clara, pois, se no primeiro número

---

<sup>67</sup> QUEIROZ, Eça de. *Da Colaboração no Distrito de Évora I (1967)*. op.cit., p. 10.

<sup>68</sup> SERRÃO, Joel. *Temas de cultura portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983, p. 53.

<sup>69</sup> QUEIROZ, Eça de. *Da colaboração no distrito de Évora I*, op.cit. pp 10-11.

<sup>70</sup> QUEIROZ, Eça de, op.cit, p. 11.

de *O Distrito de Évora* ele visa um conceito de jornalismo, no segundo número ele subordina o seu pensamento ao título “As ciências históricas”<sup>71</sup>. Em Eça, as atitudes do jornalista e do historiador são partes de uma mesma intenção informativa. Ambos têm uma grande preocupação com a procura da verdade. Para ele, “as ciências históricas são a base das ciências sociais”<sup>72</sup>. Ou seja, para Eça de Queirós, como acaba de se tornar patente, não se pode compreender nada da realidade, não se pode estudar nada sem a História, porque tudo o que é real e existe tem História, é histórico. De acordo com este viés, a ciência, o jornalismo e quaisquer outras disciplinas estão subordinados à historicidade dos factos. Será, assim, do ponto de vista da História, que o jornalista adquire uma visão global dos acontecimentos, e procura, como numa investigação, aqueles factos que são considerados os mais importantes na ordem causal. Sem o sentido da historicidade dos factos, faltaria ao jornalista esta visão global do tempo, e ele se perderia na superficialidade e no impressionismo dos factos ditos interessantes:

*O jornalismo ensina, professa, alumia sobretudo; é ele o grande constituidor do futuro [...] A história leal, verdadeira e elevada, pela filosofia que encerra, pelos métodos políticos que esclarece, pelas tradições que destrói e que consagra, pelas individualidades cujas influências estuda e penetra, esclarece e funda a política do futuro.*<sup>73</sup>

Passados trinta anos da publicação no *Distrito de Évora*, sendo já um escritor conhecido, Eça volta a falar sobre a ligação entre jornalismo e História na *Revista Moderna*, destacando a dificuldade de reportar os factos sociais em profundidade: “Ora, fazer rapidamente, e cada semana, esta simplificação concentrada da História (...), é tarefa mais arquejante do que fabricar uma nobre teoria social ou desenrolar uma nova fórmula de arte.”<sup>74</sup>

Actualmente, o jornalismo continua a pretender dar a conhecer e fazer compreender ao maior número possível de leitores os acontecimentos da vida, quer sejam de natureza política, social, económica, etc. Entretanto, o estilo de Eça de Queirós jornalista está ainda bem longe do actual. O facto de o periódico do século XIX ser um desenvolvimento dos debates parlamentares e das polémicas políticas confere-lhe um carácter grandiloquente bem distinto da linguagem directa do jornalismo moderno.

---

<sup>71</sup> QUEIROZ, *Eça de*, op.cit. p.22.

<sup>72</sup> *ibid.*

<sup>73</sup> QUEIROZ, *Eça de*, op.cit., pp. 11 e 22.

<sup>74</sup> QUEIRÓS, Eça. *Textos de imprensa V (da Revista Moderna)*, op cit., p. 47.

Mas será que, com o passar do tempo, a concepção queirosiana de jornalismo sofreu alguma alteração? No programa de apresentação da *Revista de Portugal*, o escritor afirma que os jornais estão “diária e militantemente absorvidos na informação e na polémica”<sup>75</sup>. Ora, tal consideração já fazia parte da atribuição de funções da imprensa desde a época do *Distrito de Évora*, confirmando-se assim que os princípios defendidos pelo jovem jornalista permaneceram ao longo do tempo. De facto, ao observarmos o Programa da *Revista de Portugal*, constatamos que a prática doutrinária permanece. Afinal, Eça pretende: “Criar um órgão especial e profissional de Crítica, onde essa função educadora se exerça com autoridade e segurança”<sup>76</sup>.

Na apresentação da *Revista Moderna*, Eça de Queirós descreve o jornalismo como uma exposição abreviada de uma sucessão de acontecimentos: “A notícia e a imagem são com efeito os resumos supremos, postos em curvas linhas e finos traços, de vastos e complicados movimentos do Pensamento e da Acção”<sup>77</sup>.

Eça de Queirós não se inibe de denunciar as imperfeições do jornalismo. Em 26 de Abril de 1894, na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, destacamos: “Incontestavelmente foi a imprensa, com a sua maneira superficial e leviana de tudo julgar e decidir, que mais concorreu para dar ao nosso tempo o funesto e já irradicável hábito dos juízes ligeiros.”<sup>78</sup> Aqui, é o valor ético de sua concepção, que a mantém viva e intacta em relação às exigências do jornalismo actual. A mesma ideia repete-se na ficção. Em *A Correspondência de Fradique Mendes* (1900), a personagem troça dos periódicos afirmando que “o jornal não passa de uma massa espumante de juízos ligeiros”<sup>79</sup>, que corresponde a uma “nova escola de intolerância”<sup>80</sup> e que “é não só o Pai da Mentira, mas o Pai da Discórdia”<sup>81</sup>. Segundo Fradique, os grandes vícios do jornalismo da época são: a superficialidade no trato dos acontecimentos, a acusação sem provas, a falta de rigor no apuramento dos factos, o abuso dos estereótipos, o jornalismo

---

<sup>75</sup> QUEIRÓS, Eça de. *Textos de imprensa VI* (da *Revista de Portugal*), edição de Maria Helena Santana. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1995, p. 109.

<sup>76</sup> QUEIRÓS, Eça de. (da *Revista de Portugal*), *op cit.*, p. 112.

<sup>77</sup> QUEIRÓS, Eça de. (da *Revista Moderna*), *op cit.*, p. 47.

<sup>78</sup> QUEIRÓS, Eça de. *Textos de imprensa IV* (da *Gazeta de Notícias*). Edição de Elza Mine e Neuma Cavalcante. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2002, p.458.

<sup>79</sup> QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de Fradique Mendes*. Lisboa: Livros do Brasil, 2002, p. 217.

<sup>80</sup> QUEIROZ, Eça de *A correspondência de Fradique Mendes op. cit.*, p. 221.

<sup>81</sup> QUEIROZ, Eça de *A correspondência de Fradique Mendes op. cit.*, p. 223.



como factor de projecção social e vaidosa, o sensacionalismo, a falta de originalidade na forma de noticiar, o favorecimento e o abuso do poder jornalístico, o jornal como publicação partidária, e a falta de objectividade. Embora sejam críticas de ontem, sua força de verdade, para nós, ainda é de hoje.

## 1.7 Breve percurso jornalístico

Estes burros destes jornalistas! São a escória da sociedade!<sup>82</sup>

Eça de Queirós.

Eça de Queirós fez, ainda muito novo, a sua aparição no jornalismo. Julgamos que esta faceta do escritor foi determinante para o seu percurso de vida. Ao trabalhar com a linguagem, o jornalista aproximou-se do romancista; ao trabalhar sobre os factos sociais, ficou mais perto do historiador e, acrescentamos, do diplomata. Entre a ficção e a realidade, o que é certo é que o jornalismo acompanhou Eça de Queirós ao longo de toda a sua vida. E na opinião de Gaspar Simões, “esse primeiro contacto com a mesa de redacção obriga-o a um conhecimento da realidade que só o jornalismo pode dar, endurece-lhe a pena e modera-lhe a fantasia.”<sup>83</sup>

Com efeito, é na imprensa que Eça de Queirós se inicia como escritor, com um texto intitulado “*Notas Marginais*”, no jornal *A Gazeta de Portugal*. Publicados em duas séries – a primeira ao longo de 1866 e a segunda nos últimos meses de 1867 - os folhetins foram postumamente reunidos no volume intitulado *Prosas Bárbaras* (1903). Estes primeiros textos de iniciação despertaram a curiosidade do público, como podemos constatar na afirmação de Jaime Batalha Reis que serve de introdução às *Prosas Bárbaras*: “Os Folhetins de Eça de Queirós foram todavia notados; - mas como novidade extravagante e burlesca”<sup>84</sup>

Saraiva e Lopes destacam a falta de sequência e o romantismo destes escritos:

*A característica dominante destes folhetins é uma certa fantasia que, inspirando-se principalmente em traços da literatura romântica alemã (por transmissão francesa), pouco se preocupa com a coerência judicativa geral, e por vezes com a própria proporção ou unidade de*

---

<sup>82</sup> QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*, Lisboa: Livros do Brasil, 2004, p. 135.

<sup>83</sup> SIMÕES, João Gaspar. *Eça de Queirós. A obra e o homem*. Lisboa: Editora Arcádia, 1961, p.127

<sup>84</sup> REIS, Jaime Batalha “Na primeira fase da vida literária de Eça de Queirós”, *Textos de Imprensa I (Gazeta de Portugal)*, p. 166.



*cada texto, mas atinge uma surpreendente novidade temática e estilística em relação às tímidas tradições nacionais.*<sup>85</sup>

De Janeiro até Julho de 1867, período de intervalo entre a publicação dos textos das duas séries da *Gazeta de Portugal*, Eça começou a escrever n' *O Distrito de Évora*. Neste periódico, o ainda jovem escritor analisa a situação nacional, publica crónicas avulsas e redige comentários à política internacional. Ou seja, Eça de Queirós redige duas vezes por semana, sem ajuda, todo um jornal, durante ininterruptos sete meses.

Para tentarmos demarcar o alcance dos seus textos n' *O Distrito de Évora*, consideramos os seguintes aspectos: o *Distrito de Évora* era um jornal financiado por José Maria Eugénio de Almeida, destinado a opor-se ao Governo; compunha-se de três páginas de texto (a quarta era destinada aos anúncios), todas escritas pelo próprio Eça, que estaria “ao serviço da ‘unha negra’ do Partido Histórico, ou seja, a esquerda da esquerda”.<sup>86</sup>

O primeiro número d' *O Distrito de Évora* fora posto a circular num domingo, dia 6 de Janeiro. O preço de assinatura anual era de 400 réis, ao passo que o preço avulso ficava por 40 réis. Como era típico da época, a redacção, a administração e a tipografia do jornal funcionavam, simultaneamente, no mesmo local: na Praça D. Pedro, número 3 – A, que corresponde à actual Praça Joaquim António de Aguiar – edifício onde actualmente se situa a Pastelaria Violeta, na capital alentejana.

N' *O Distrito de Évora*, Eça de Queirós procurava ser testemunha dos problemas da sua época, manifestando um profundo desgosto pela incapacidade de modernização do Estado luso. Tal desgosto era justificado: no final do século XIX, instituições como a Justiça, a Educação e a Saúde eram ineficazes; havia uma incapacidade de os governos encontrarem respostas adequadas para a resolução dos problemas económicos. Predominava a mentalidade rural sobre a urbana. Consequentemente, a indústria era débil e dependia dos capitais estrangeiros. Até mesmo nos campos, com a inexistência de legislação social, a situação era complicada e originava a emigração para outros países da Europa ou para o Brasil. Além disto, as dívidas contraídas ao estrangeiro para propiciar a infra-estrutura concebida pelo fontismo também vieram agravar a situação económica.

---

<sup>85</sup> SARAIVA, A.J. e LOPES, Óscar. *Historia da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora, 2005, p. 858

<sup>86</sup> MÓNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós jornalista*. São João do Estoril: Principia, 2004, p. 11.

Entre 1868 e 1869, surge a invenção, juntamente com Antero de Quental e Jaime Batalha Reis, da figura de Carlos Fradique Mendes, que produz algumas poesias publicadas em 29 de Agosto, no jornal *A Revolução de Setembro*.<sup>87</sup> A seguir, em Outubro de 1869, na companhia do Conde de Resende, Eça parte em direcção ao Oriente. Com esta viagem, o jornalista transforma-se em repórter, indo ao local do acontecimento, sendo convidado a assistir à inauguração do Canal do Suez. Assim, posteriormente, o testemunho desta viagem surge, entre os dias 19 a 20 de Janeiro, com o título “De Port Said a Suez”<sup>88</sup>, no recém-criado *Diário de Notícias*. Em seguida, o jornal *A Revolução de Setembro*, entre 13 de Abril e 8 de Julho, acolheu o folhetim “A morte de Jesus”<sup>89</sup> que também foi escrito, embora ficcionalmente, por ocasião da viagem do escritor ao Egipto e à Palestina. Em 1870, no *Diário de Notícias*, é publicada a composição ficcional *d’O mistério da estrada de Sintra*, escrita em parceria com Ramalho Ortigão. Ainda em 1870, no periódico *A República. Jornal da Democracia Portuguesa*, Eça publica o texto “Palavras sobre o jornalismo constitucional”.

Pela mesma altura, fruto de novos rumos estéticos e ideológicos, surgem os textos publicados n’*As Farpas*<sup>90</sup>, que circularam com regularidade entre 1871 e 1872. A meio da redacção *d’As Farpas*, Eça parte para o estrangeiro, nomeadamente para Cuba, onde fora colocado como cônsul.

Em Newcastle (1874), Eça inicia (a partir de 1877) a sua colaboração com o periódico *Actualidades*, do Porto, que se prolonga até 1878.

Durante dezassete anos, entre 1880 e 1897, ainda que com alguns intervalos, Eça de Queirós elaborou textos jornalísticos para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. O jornal carioca, na época, inovou. Este periódico contava com a colaboração de vários escritores brasileiros e portugueses, como Machado de Assis e Ramalho Ortigão, o seu preço era diminuto, e a venda era realizada na via pública. Neste jornal, Eça de Queirós elabora os seus relatos a partir dos episódios do quotidiano: ora temos temas políticos (ex: “Paris está amuado com a República”); ora o tema é a moda, ou a arte. Ao iniciar a colaboração com a *Gazeta*, Eça estava na Inglaterra, mas em 1888, o escritor passa a

---

<sup>87</sup> cf. QUEIROZ, Eça de. “Folhetim”, *Últimas páginas dispersas*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d, 11-18.

<sup>88</sup> cf. QUEIROZ, Eça de. “De Port Said a Suez”. *Notas Contemporâneas*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000, pp. 5,21.

<sup>89</sup> cf. QUEIROZ, Eça de. “A morte de Jesus”, *Prosas Bárbaras*. Lisboa: Livros do Brasil, 2001, pp. 283,330.

<sup>90</sup> Como este periódico trata da polémica que envolveu o escritor e os brasileiros, no terceiro capítulo teremos uma análise mais pormenorizada sobre o tema em questão.

residir em Paris. Assim, os leitores portugueses e brasileiros acabam por “entrar” no ambiente “moderno” europeu através do olhar crítico do jornalista.

Retenha-se, ainda que é na *Gazeta*, e segundo os estudos de Elza Miné<sup>91</sup>, que Eça de Queirós surge como mentor e responsável do primeiro “Suplemento Literário” existente no Brasil, com seis números publicados.

Na *Gazeta de Notícias*, Eça de Queirós projecta, indirectamente, a sua imagem do Brasil. Na crónica cujo título é “Aos estudantes do Brasil”<sup>92</sup>, ele relembra o seu passado em Coimbra e trata carinhosamente os estudantes cariocas como “meus doces amigos” ou “meus irmãos de além-mar”. É na *Gazeta de Notícias* que reaparece a personagem Fradique Mendes, e é através de suas cartas ficcionais que ficamos a conhecer o que a personagem esperava do Brasil:

*O que eu queria (e que constituiria uma força útil no universo) era um Brasil natural, espontâneo, genuíno, um Brasil nacional brasileiro, e não esse Brasil que eu vi, feito com velhos pedaços da Europa, levados pelo paquete e arrumados à pressa, como panos de feira.*<sup>93</sup>

Ou seja, Fradique desejava um Brasil autêntico e não uma nação que copiava servilmente o modelo europeu. No entanto, a personagem queirosiana antevê uma solução para este país de “doutores” e de “velhos hábitos”:

*Mas no dia ditoso em que o Brasil, por um esforço heróico, se decidir a ser brasileiro, a ser do Novo Mundo, haverá no Mundo uma grande nação. Os homens têm inteligência; as mulheres têm beleza, e ambos a mais bela, a melhor das qualidades: a bondade. Ora uma nação que tem a bondade, a inteligência, a beleza (e café, nessas proporções sublimes) - pode contar com um soberbo futuro histórico, desde que se convença que mais vale ser um lavrador original, do que um doutor mal traduzido do francês.*<sup>94</sup>

A necessidade de modernização, sobretudo cultural, que se fazia sentir no Brasil, é destacada na por Fradique:

*(...) Intelectualmente, o Brasil é ainda uma colónia – uma colónia do Boulevard. Letras, ciências, costumes, instituições, nada disso é*

<sup>91</sup> MINÉ, Elza. “O suplemento literário da *Gazeta de Notícias*: um projecto de Eça para o Brasil”. *Vária Escrita*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 1997, (301,311) e MINÉ, Elza. *Páginas Flutuantes*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2000, pp. 71,74.

<sup>92</sup> QUEIRÓS, Eça de. Textos de imprensa IV (da *Gazeta de Notícias*), *op cit.*, pp. 635-655.

<sup>93</sup> QUEIROZ, Eça de. *Cartas e outros escritos*. Lisboa: Livros do Brasil, pp 308,309.

<sup>94</sup> QUEIROZ, Eça de. “A Eduardo Prado”. *Cartas e outros escritos*. Lisboa: Livros do Brasil, , 307-313, p. 313.

*nacional; tudo vem de fora, em caixotes, pelo paquete de Bordéus, de sorte que esse mundo, que orgulhosamente se chama novo, o Novo-Mundo, é na realidade um mundo velhíssimo, e vincado de rugas, dessas rugas doentias, que nos deram, a nós, vinte séculos de literatura.*<sup>95</sup>

No nosso entender, esta carta, apesar de ficcional, assinala que o Brasil atravessava uma fase de desnacionalização resultante da imitação de modelos estrangeiros, sendo o modelo copiado identificado como o francês. Ora, um ano antes, em 1887, Eça escrevera uma crónica ensaística “O francesismo”, onde afirma que “Portugal é um país traduzido do francês em calão”<sup>96</sup>. Analisando os dois textos, poder-se-á dizer que os dois países possuem um traço comum: a imitação. Será, no discurso queiroziano, um país o prolongamento do outro?

Em outro artigo, também publicado na *Gazeta*, em 1896, sobre a doutrina Monroe e o nativismo, Eça de Queirós parte da ideia de que a América, como projecto autónomo, é uma criação de europeus, e que a fórmula “A América para os americanos” não teria sentido cultural, senão estritamente económico, ao argumentar que com esta doutrina o que os Estados Unidos pretendiam era “determinar que os povos do continente americano são meramente usufrutuários dos territórios que habitam”<sup>97</sup>.

Ainda na *Gazeta de Notícias* encontramos publicado “Um artigo do *Times* para o Brasil” (de 31 de Outubro de 1880) que se compunha por um comentário elaborado por Eça de Queirós a um artigo publicado no jornal *Times*, no qual, por confrontação com a situação das ex-colónias espanholas, o Brasil era louvado:

*Os jornais ingleses desta semana têm-se ocupado prolixamente do Brasil. Um correspondente do Times, encarregado por esta potência de ir fazer pelo continente americano uma “vistoria social” definitiva, deu-nos agora, em artigos repletos e maciços, o resultado do seu ano de jornadas e de estudos.*<sup>98</sup>

Eça assume que nunca visitou o Brasil (“Nunca visitei o império”<sup>99</sup>), mas julga ser importante criticar o jornal inglês. Esta crítica, do nosso ponto de vista, estaria voltada essencialmente para a sociedade portuguesa. No entanto, neste artigo fica claro

---

<sup>95</sup> QUEIROZ, Eça de. *op cit.*, p. 312.

<sup>96</sup> QUEIROZ, Eça de. “O francesismo”. *Cartas e outros escritos*. Lisboa: Livros do Brasil, (322- 343) ,p. 322.

<sup>97</sup> QUEIRÓS, Eça de. *Textos de imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*, *op cit.*, p. 604.

<sup>98</sup> QUEIRÓS, Eça de. *Textos de imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*, *op cit.*, p. 87.

<sup>99</sup> QUEIRÓS, Eça de. *Textos de imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*, *op cit.*, p. 88.

o fascínio que o escritor sente pelo Brasil, e cabe ainda assinalar a forma como o escritor vê o Brasil: como uma espécie de “prolongamento” de Portugal. Assim, para Eça, tal como os brasileiros, os portugueses nada fazem para merecer o respeito da Europa. Mas o artigo não fica por aqui: fala-se do Brasil ainda agrário; do pouco ou nada que se lê nos dois lados do Atlântico. O jornalista luso lança um alerta:

*O Times aqui embrulha-se. Prefiro explicar a sua ideia, a traduzir-lhe a complicada prosa: quer ele dizer que o dia se aproxima em que a civilização não poderá consentir que tão ricos solos, como os dos Estados do Sul da América, permaneçam estéreis e inúteis: e que, se provar que os possuidores actuais são incapazes de os fazer valer e produzir, para maior felicidade do homem, deverão então entregá-los a mãos mais fortes e mais hábeis. É o sistema de expropriação por utilidade de civilização. Teoria favorita da Inglaterra e de todas as nações de rapina.*<sup>100</sup>

Para Maria Filomena Mónica, com estas afirmações Eça de Queirós estaria a querer dizer o equivalente a: “Brasil, cuidado!” A Inglaterra tem olhos postos no vosso desenvolvimento e até pode vir a “ocupar” esta terra “tão abençoada”.<sup>101</sup>

A descrição de Eça (que finge uma certa ingenuidade) é de certa forma provocadora:

*Com efeito, pobres de nós, nunca fomos decerto para o Brasil senão amáveis e timoratos. Estávamos para com ele naquela melancólica situação de um velho fidalgo, solteirão arrasado, desdentado e trôpego, que treme e se baba diante de uma governanta bonita e forte. Nós verdadeiramente é que éramos a colónia: e era com atrozes sustos do coração que, entre uma Salve entre uma Salve Rainha e um Lausperenne estendíamos para lá a mão à esmola.*<sup>102</sup>

Ou seja, o cronista utiliza a ironia, inverte os papéis e coloca Portugal como colónia do Brasil. Paradoxal é o facto de que, em 1962, Agostinho da Silva ao falar sobre Eça de Queirós e o Brasil, utilize a mesma imagem: o “ Brasil não foi um território que Portugal submeteu; foi um generoso acolhedor de todos aqueles que não queriam submeter-se a Portugal”<sup>103</sup>.

---

<sup>100</sup> QUEIRÓS, Eça de. *Textos de imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*, op cit., p. 95.

<sup>101</sup> MÓNICA, Maria Filomena. *Eça jornalista*. op cit., p. 18.

<sup>102</sup> QUEIRÓS, Eça de. *Textos de imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*, op cit., p. 90.

<sup>103</sup> SILVA, Agostinho. Prefácio a “ Eça, discípulo de Machado?” *Dispensos*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988, p. 224.

No nosso entender, com todos estes artigos que o Brasil acolheu, o escritor forçou os intelectuais brasileiros a repensarem o seu próprio país.

No entanto, alguns dos seus projectos nunca se concretizaram: em 1894, com Alberto de Oliveira, Eça de Queirós desenvolveu um plano para o lançamento de uma nova revista *O Serão*, mas o projecto nunca se chegou a realizar.

Foi por confiar na capacidade de intervenção cívica dos seus escritos que Eça de Queirós planeou, fundou e dirigiu a *Revista de Portugal* (1889-1892), uma publicação mensal que contou com a colaboração de intelectuais brasileiros e portugueses. Apesar da brevidade da sua vida, a *Revista de Portugal* firmou-se como uma das mais cultas e elegantes publicações da sua época, e visando, o universo lusófono:

*A Revista de Portugal, sendo portuguesa, é também implicitamente brasileira – e para a leitura dos dois povos que habitam os dois solos foi ela desde princípio criada. Se, como se tem afirmado com razão, na língua verdadeiramente está a nacionalidade – duas nações que põem a sua Ideia no mesmo Verbo formam para os supremos efeitos da civilização uma nação una.*<sup>104</sup>

Mais uma vez, a produção jornalística acompanha a ficção, sendo interessante notar o testemunho da epistolografia da personagem Fradique Mendes, que reproduz a ideia contida na apresentação da *Revista de Portugal* e declara: “Na língua verdadeiramente reside a nacionalidade”.<sup>105</sup> Aqui, a problemática da lusofonia pode ser suscitada, e relacionada com Fernando Pessoa (Bernardo Soares) e a sua famosa asserção “Minha pátria é a língua portuguesa”<sup>106</sup>. Parece-nos evidente, pelo menos do ponto de vista histórico da visão do problema, que Eça de Queirós efectivamente contribuiu para a forma cultural e política como hoje ele se apresenta. Neste mesmo sentido, podemos referir-nos também ao escritor brasileiro José de Alencar, quando afirma, no seu romance *Diva*, que “A língua é a nacionalidade do pensamento, como a pátria é a nacionalidade do povo”.<sup>107</sup> Problemáticas de hoje, que reflectem meditações antigas.

---

<sup>104</sup> QUEIRÓS, Eça de. (da *Revista de Portugal*) *op cit.*, pp 114,115.

<sup>105</sup> QUEIRÓS, Eça de. *A correspondência de Fradique Mendes*. Lisboa: Livros do Brasil, 2002, p. 130.

<sup>106</sup> SOARES, Bernardo. (Fernando Pessoa). *Livro do desassossego*. Lisboa: Ática, 1982, p. 17.

<sup>107</sup> ALENCAR, José de. *Diva*, Pós-escrito (2ª edição, 1865). "O autor deste volume e do que o precedeu com o título de *Luciola* sente a necessidade de confessar um pecado seu: gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala. Entendo que, sendo a língua instrumento do espírito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve", diz ele no mesmo pós-escrito. Língua e nacionalismo são temas ali abordados, sendo o autor enfático, ao expor a ideia de que a cada povo corresponde uma maneira própria de ser e de falar. Ignorá-lo é ignorar a História, é desprezar a evidência do progresso e da diferenciação existente em cada povo; e acima de tudo — e isto é o mais grave — é distanciar-se do gosto do povo que o lê.

Ainda no que respeita à *Revista de Portugal* é interessante assinalar que durante a sua existência ocorreram alguns dos mais importantes factos históricos: no Brasil a implementação da república dá-se no dia 15 de Novembro de 1889; em Portugal acontece a crise do Ultimato. Além disso, em 1891, Antero comete suicídio.

Em carta dirigida à mulher, a 16 de Abril de 1890, Eça afirma que “ A Revista tem feito grande ruído no Brasil”<sup>108</sup>. De facto, logo no primeiro volume (Julho-Dezembro de 1889) encontramos várias análises que possuem como temática o Brasil: Frederico de S. (pseudónimo de Eduardo Prado) assina “Os acontecimentos do Brasil”; o próprio Eduardo Prado também escreve sobre “Destinos políticos do Brasil”; Oliveira Lima colabora com um artigo intitulado “A evolução da literatura brasileira”; e Eça de Queirós escreve, na secção “Notas do Mês” um artigo sobre a revolução do Brasil.

No segundo volume (Janeiro a Julho de 1890), Frederico de S. escreve vários artigos: “Os acontecimentos de Brasil”; “O Brasil, fastos da ditadura”; “A república brasileira”. Neste volume, Ramalho Ortigão, que acabara de regressar do Brasil, elabora uma crítica severa cujo o título é: “ O quadro social da revolução brasileira”.

No terceiro volume (Julho de 1890-Junho de 1891) e no quarto volume (Dezembro de 1891-Maio de 1892) encontramos ainda outro título que tem o Brasil como referência: “ Práticas e teorias da ditadura republicana no Brasil”, escrito por Frederico de S.

Todos estes artigos confirmam o pensamento expresso no programa da *Revista de Portugal*, que procura cativar o público brasileiro, reforçando a ideia da existência de uma unidade espiritual dos dois países:

*É no Brasil que os nossos homens encontram um mais exacto e completo apreço; é no Brasil que os factos da nossa sociedade inspiram um mais intenso e directo interesse; é no Brasil que as obras do nosso espírito recebem um mais franco e caloroso acolhimento. – Por outro lado nada do que o Brasil faz, pensa, diz e produz nos pode ser alheio ou indiferente. Estudar o Brasil nas complexas manifestações da sua actividade é ainda estudar-nos a nós mesmos.*<sup>109</sup>

No entanto, os artigos de opinião escritos por Eduardo Prado contra o novo governo republicano brasileiro acabaram por conotar a *Revista de Portugal* com o

---

<sup>108</sup> QUEIROZ, Eça de. “A Emília de Castro, Porto, 16 de Abril de 1890”, *Correspondência*. Volume II. Organização & Notas de A. Campos Matos. Lisboa:Caminho, 2008. (45-47), p. 46.

<sup>109</sup> QUEIRÓS, Eça de. (*da Revista de Portugal*), *op cit.*, p. 115.

público brasileiro mais conservador. O próprio artigo elaborado por Eça de Queirós para a secção “Notas do Mês”, sobre a implantação da República no Brasil, apesar de tentar ser imparcial, deixa antever o cepticismo do autor em relação ao novo governo.

Além disso, o público brasileiro também pôde contar com os textos jornalísticos que Eça publicou na *Revista Moderna* entre 1897 e 1898. Administrada pelo jornalista brasileiro Martinho Botelho Filho, muito luxuosa, era dirigida a um público culto e sofisticado. Logo no artigo de apresentação da revista, Eça confessa que escreve a pensar “naqueles que vivem longe da Europa, e todavia incessantemente olham para a Europa”<sup>110</sup>. Na crónica de homenagem a Eduardo Prado, patrono da revista, colaborador e amigo brasileiro, uma declaração de amor ao Brasil: “Sinto dupla felicidade de louvar, através do homem que tanto prezo, a terra que tanto amo!”<sup>111</sup>. Entretanto, o que importa ressaltar aqui é que Eça de Queirós escreveu sobre e para os leitores do Brasil. De uma forma ou de outra, Eça de Queirós, tanto em Inglaterra como em França, acaba por representar uma ponte entre o Brasil e as metrópoles modernas.

Uma outra observação prende-se com o facto de em 1896 ter sido publicado o primeiro *Almanaque enciclopédico*, editado por A. M. Pereira, no qual Eça colaborou.

Deste longo percurso jornalístico, é de realçar também a capacidade que Eça revelou para criticar os costumes do seu próprio povo. É um sinal de maturidade. Um povo que não é capaz de rir de si mesmo, de se criticar, de realizar uma auto-análise, não chegou à maturidade.

Cabe, ainda, assinalar que, se Eça de Queirós se dedicou ao jornalismo por razões financeiras, tal pressão foi frutífera tanto para o escritor como para o jornalista, tendo como resultado uma obra híbrida particular. Ou seja, como afirma Elza Miné, “a obra jornalística de Eça constitui-se certamente numa forma particular de concretização do literário”<sup>112</sup>.

---

<sup>110</sup> QUEIRÓS, Eça de. (*da Revista Moderna*), *op cit.*, p.49.

<sup>111</sup> QUEIRÓS, Eça de. (*da Revista Moderna*), *op cit.*, p.134.

<sup>112</sup> MINÉ, Elza. *Páginas Flutuantes. op cit.*, p. 44.



## CAPÍTULO II

### Singularidades de um país trigueiro

E aqui estamos espantados, arregalando os olhos para o Brasil – tendo apenas a vaga consciência de que lá se continua pacificamente a vender café.<sup>113</sup>

Eça de Queirós.

---

<sup>113</sup> Queirós, Eça de. “As festas russas”, *Textos de Imprensa IV*. op cit., p. 415.

## 2.1 Notas familiares

Os fortes laços de Eça com o Brasil estabeleceram-se muito cedo. Hoje, é do conhecimento público que o seu avô paterno, Joaquim José de Queirós e Almeida, viveu no Rio de Janeiro, onde exerceu o cargo de magistrado. Ainda no Brasil, em 1820, nasceu o seu pai, José Maria Teixeira de Queirós. Logo a seguir ao seu nascimento, em Portugal, na Póvoa de Varzim, o futuro escritor foi criado por uma ama, Ana Joaquina Leal de Barros, brasileira, natural de Pernambuco, com quem Eça teria permanecido, afastado da sua mãe, até cerca dos quatro anos de idade, em Vila do Conde, e de quem ouvira canções de embalar e histórias do nordeste brasileiro; também convivera com o casal de brasileiros nordestinos, Mateus e Rosa Laureana, dos quais ouvira narrativas da literatura de cordel<sup>114</sup>.

Não deixa de ser curioso o facto de, em 1906, a casa onde o escritor nasceu ter sido “ornada com uma bela lápide, obra de Teixeira Lopes, oferecida gentilmente por um grupo de povoenses residentes no Brasil”<sup>115</sup>, a qual inscreve o próprio sentido da reciprocidade entre brasileiros e portugueses.

Como se sabe também, antes de se transferir para Cuba, quando ingressou na carreira diplomática, Eça prestou concurso para uma vaga nesse mesmo nordeste brasileiro, no Estado da Bahia. Mas ainda que nunca chegasse a conhecer o país *in loco*, ele não só escreveu sobre o Brasil como escreveu para leitores brasileiros, nomeadamente em colaboração com a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, com a *Revista Moderna*, e com a *Revista de Portugal*, sendo um factor importante, nessa cadeia de elos que unem os dois lados do Atlântico no espírito do escritor, a intimidade que manteve com os brasileiros que encontrou em Londres e, principalmente, em Paris.

De facto, a casa do escritor em Paris era frequentada por intelectuais e diplomatas brasileiros, como testemunha a filha do escritor, Maria Eça de Queiroz:

*Os convivas habituais continuavam a ser os dois Prados, Eduardo e Paulo, tio e sobrinho, ambos tão cultos, inteligentes, brilhantes e amigos. Traziam muita vez algum compatriota que depressa se tornava habitué da Rue Charles Laffitte. Assim, apareceram lá o Barão do Rio Branco e o nosso querido Domício da Gama, já conhecidos de Londres; Olavo*

---

<sup>114</sup> Vendida nas tradicionais feiras de artesanato do povo nordestino brasileiro, a literatura de cordel consiste em narrativas populares apresentadas em pequenos folhetos costurados à mão.

<sup>115</sup> CABRAL, António. *Eça de Queiroz*. Paris, Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1916, p. 29.

*Bilac, o grande poeta; Joaquim Nabuco, de eminente inteligência (...); o impagável Major Novais e o filho (...) e tantos outros.*<sup>116</sup>

No entanto, entre todos os brasileiros que conviviam com Eça, há um nome que se destaca: o do paulista Eduardo Paulo da Silva Prado, formado em Direito e oriundo de uma família aristocrática, com muita influência na política, na economia e também no campo cultural. Os Prados possuíam uma vasta extensão de terra em São Paulo e eram produtores de café. A mãe de Eduardo, Veridiana Prado, apesar de monárquica e católica, não hesitou em se separar do marido, Martinho Prado, e em assumir a direcção dos negócios da família.

Herdeiro, por via materna, destes traços de independência, Eduardo Prado também era um monarquista convicto. Cosmopolita, morou na França durante muito tempo, sempre cercado das últimas invenções do século, e foi em Paris que conviveu com Eça e com o poeta brasileiro Olavo Bilac, entre outros intelectuais.

Bilac, na Academia Brasileira de Letras, proferiu um discurso onde lembrava os tempos passados em Paris, na casa de Eduardo, em convívios marcados pelo amor à terra natal: “Ali vivia o Brasil, às vezes acerbamente julgado, mas sempre infinitamente amado.”<sup>117</sup> Como já referimos, com proclamação da República, Prado publica na *Revista de Portugal* seis cartas contra o governo, sob o pseudónimo de Frederico de S.<sup>118</sup> Em 1893, já em São Paulo, na sua fazenda do Brejão, Prado escreve *A ilusão americana*, livro que foi proibido no Brasil. Incompreendido por muitos dos seus contemporâneos, recentemente o historiador José Murilo de Carvalho procurou explicar a profundidade do pensamento da sua obra:

*O que importa é que Eduardo Prado sugere uma visão não essencialista de identidade brasileira, isto é, uma visão de identidade em permanente construção. Sua reação à República se devia mais à ruptura brusca que o novo governo pretendia fazer com um património que se construía lentamente do que uma rejeição da mudança.*<sup>119</sup>

---

<sup>116</sup> QUEIROZ, Maria de Eça de. *Eça de Queiroz entre os seus. Apresentado por sua filha. Cartas íntimas*. Porto: Lello & Irmão Editores, 6ª edição, 1987, pp 231-214.

<sup>117</sup> BILAC, Olavo. “Na academia brasileira”, *Crítica e fantasia*, Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1904, p. 413.

<sup>118</sup> As cartas que Eduardo Prado escreveu para a *Revista de Portugal* foram coligidas no volume intitulado *Fastos da ditadura militar no Brasil*.

<sup>119</sup> CARVALHO, José Murilo. “Eduardo Prado e a polémica do iberismo e do americanismo”. *Revista Brasileira*. Nº 53, Rio de Janeiro, Outubro – Novembro - Dezembro 2007, p.87.

Após muitas afrontas ao novo regime republicano, Prado voltou-se para o estudo da História até que morreu, prematuramente, aos 41 anos, de febre-amarela. Ou seja, Prado foi um ser dinâmico, exuberante, escritor e jornalista cheio de ideias próprias e um *bon vivant*.

Alguns críticos, entre os quais o pernambucano Heitor Lira, questionam se Eduardo Prado não serviu de modelo para alguns dos seus tipos literários, como o Jacinto de *A Cidade e as Serras* (com o seu sumptuoso apartamento no 202 dos Champs Elysées) ou Fradique Mendes. Contudo, o que se destaca é a estima que Eça sentiu pelo seu amigo e até que ponto a convivência com Eduardo Prado influenciou Eça de Queirós.

Mas, acima de tudo, há a considerar o impacto da obra queirosiana no Brasil. Como explicar esse impacto? Estudos mais recentes demonstram que não foram as narrativas de maior apuro intelectual, mais densas e complexas, como *O Mandarim* (1880), *A Correspondência de Fradique Mendes* (1900) e *A Cidade e as Serras* (1901) que o tornaram, de imediato, num escritor extremamente popular no Brasil, mas exactamente *O Primo Basílio* (1878), de composição talvez menos apurada e personagens caricaturais, de um estilo linear e carregado de sensualismo, que faz lembrar as mais bem sucedidas telenovelas brasileiras de hoje. Esse culto a Eça de Queirós no Brasil foi tão forte que os jovens da *Belle Époque* brasileira se reuniam num "cenáculo", à maneira da geração portuguesa de 1870<sup>120</sup>.

Quanto à presença do Brasil no imaginário queirosiano, é evidente, para nós, que ela exprime inteiramente o sentido da observação de Sampaio Bruno, acerca da existência de "um país [...] que, naturalmente, parece que deveria captar, desde o primeiro momento, todas as atenções e promover entre nós as mais vivas e permanentes curiosidades."<sup>121</sup> Com tanta mais razão quanta a experiência histórico-cultural em comum e, principalmente, em vista do futuro, considerando-se que Eça, no final do século XIX, particularmente em Paris, foi testemunha das profundas transformações culturais empreendidas pela modernização da forma da vida europeia. Certamente, a maneira de ver o Brasil foi complexa e ambígua, mas sempre fecunda, permitindo ainda hoje uma reflexão sobre o sentido da modernização na cultura de língua portuguesa.

---

<sup>120</sup> cf. BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil-1900*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1975.p. 122.

<sup>121</sup> BRUNO, Sampaio. *O Brasil mental*, Porto: Lello Editores, 1997. p. 38.

Inegável é que, sem conhecer o Brasil, Eça de Queirós ao actuar como correspondente para o Brasil vai procurar fundar na sua experiência pessoal o traço da sua crítica. Assim, “ é Portugal que está sempre pelo avesso. O Brasil é uma entidade remota, vaga, esparsamente referida.”<sup>122</sup>

José Maria D’Eça de Queirós, filho primogénito do escritor, escreveu um Prefácio para as *Cartas inéditas de Fradique Mendes*, onde destacou que em vida o pai foi “muito mais conhecido, e melhor compreendido, no Brasil, do que em Portugal”<sup>123</sup> e explicou que tal popularidade aconteceu porque a maior parte da obra do seu pai foi publicada, de forma dispersa, em jornais brasileiros.

## 2.2 Diálogo de titãs

Imortais sabem, uns dos outros, os nomes, os feitos e os rostos soberanos, mesmo quando habitam retiros remotos que o Éter e o Mar separam.<sup>124</sup>

Eça de Queirós.

Que espécie de relação poder-se-ia estabelecer entre dois contemporâneos como Eça de Queirós e Machado de Assis? É comum considerar um em relação ao outro somente em função da crítica que Machado de Assis publicou no jornal carioca *O Cruzeiro*, nas edições de 16 e 30 de Abril de 1878. Como sabemos, o escritor brasileiro analisou, sob o pseudónimo de Eleazar, dois romances de Eça de Queirós, *O primo Basílio* e *O crime do padre Amaro*<sup>125</sup>, sendo este texto (em sua segunda versão, de 1876) considerado uma imitação de *La Faute de l’Abbe Mouret*. Seria isto suficiente para criar um abismo entre duas referências de mentalidade e de gosto da língua portuguesa? Pelo contrário.

Não obstante a crítica, Eça de Queirós não só escreveu sobre o Brasil como escreveu para leitores brasileiros, especialmente em colaboração com a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, e com a *Revista Moderna*, em Paris, sendo importante

---

<sup>122</sup> MINÉ, Elza. *Páginas Flutuantes*. op cit., p. 20.

<sup>123</sup> QUEIROZ, José Maria d’Eça. “ Prefácio”. *Cartas inéditas de Fradique Mendes*, Porto: Lello & Irmão editores, 1928, pp 7-42.

<sup>124</sup> QUEIRÓS, Eça de. “*A Perfeição*”. *Contos*. Porto: Porto Editora, 2004, p. 230.

<sup>125</sup> Recordamos que *O crime do padre Amaro* exigiu a elaboração de três versões: a primeira, cuja publicação não foi autorizada pelo autor, data de 1875; a segunda é de 1876; e a terceira é de 1880.

ressaltar nessa ligação o facto de ele ter conquistado, no mesmo espaço cultural brasileiro em que despontou Machado de Assis, a fidelidade de muitos leitores. Como explicar esta possibilidade de aproximação entre eles? Julgamos que, pelo menos em parte, porque ambos foram jornalistas ao final do século XIX, e porque enquanto cronistas partilharam análogas preocupações.

Mas, afinal, o que proferia a tão conhecida crítica de Machado de Assis? Em primeiro lugar, cabe esclarecer que Machado não fala propriamente em plágio. No estudo que serve de introdução a edição crítica do livro *O crime do padre Amaro* está claro que Machado utiliza um conceito mais cauteloso, amortecido por expressões como “imitação” e “reminiscências”<sup>126</sup> e que o aproveitamento do texto de Zola está restrito à descrição técnica da liturgia católica. Tal estudo reforça ainda as teorias desenvolvidas por Alberto Machado da Rosa na obra *Eça, discípulo de Machado?*

Segundo o estudo elaborado por Machado da Rosa, a originalidade da análise machadiana incidiria “num sistema de ideias em que se fundia uma visão aparentemente pragmática dos movimentos romântico e naturalista com uma penetração excepcional dos fenómenos psicológicos e de verdade moral”<sup>127</sup> Conduzidos por Machado da Rosa, constatamos que Eça reconheceu que deveria seguir os conselhos e sugestões de Machado de Assis. Ou seja, ao reescrever o romance *O crime do padre Amaro*, Eça obedece a cada uma das observações do crítico brasileiro. É assim que Machado da Rosa conclui que “se a influência de Machado de Assis é mais que uma hipótese (...) simboliza a fecundação do mais luminoso artista de Portugal pelo mais profundo espírito do Brasil, e a união das duas pátrias.”<sup>128</sup>

Apesar de o tema ter sido amplamente analisado no estudo de Machado da Rosa, pensamos que cabe ainda assinalar o seguinte: logo no início da sua crítica, Machado de Assis destaca que já conhecia Eça de Queirós através d’*As Farpas*. Estaria Machado de Assis magoado com a feroz crítica que Eça escreveu sobre os brasileiros? A crítica machadiana seria uma forma de afirmar que no Brasil existia alguém capaz de pensar e estar atento ao que acontecia na Europa em termos de literatura?

Um outro facto que une os dois mestres lusófonos diz respeito aos direitos autorais do livro *O primo Basílio*. Na verdade tudo se resume a uma declaração que

---

<sup>126</sup> QUEIRÓS, Eça de. *O crime do padre Amaro*, edição de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000, pp 38-39.

<sup>127</sup> ROSA, Alberto Machado da. *Eça, discípulo e Machado?* Lisboa: Editorial Presença, 1979, p.170.

<sup>128</sup> ROSA, *op cit.*, p. 301.

surgiu em 1878, na segunda edição do livro, que delegava para todos os efeitos da lei a propriedade literária da obra, no Império do Brasil, ao escritor Machado de Assis. Machado da Rosa acredita que poderia ter sido o próprio Eça de Queirós quem sugeriu o nome de Machado, o que demonstraria que Eça não guardou ressentimento contra a crítica elaborada pelo “bruxo” do Cosme Velho.

Inegável é o testemunho deixado por Machado de Assis na altura da morte de Eça de Queirós, onde o escritor brasileiro, após enaltecer o escritor português, destaca que conhecia a crítica e as polémicas suscitadas pelos controversos artigos jornalísticos queirosianos:

*Que hei de eu dizer que valha esta calamidade? Para os romancistas é como se perdêssemos o melhor da família, o mais esbelto e o mais válido. (...) Tal que começou pela estranheza acabou pela admiração. Os mesmos que ele haverá ferido, quando exercia a crítica direta e quotidiana, perdoaram-lhe o mal da dor pelo mel da língua, pelas novas graças que lhe deu, pelas tradições velhas que conservou, e mais a força que as uniu umas e outras, como só as une a grande arte.<sup>129</sup>*

Ao enfatizar as críticas queirosianas, ao conceder-lhe o perdão, estaria Machado a fazer uma referência directa a crónica sobre os brasileiros publicada n’*As Farpas?* Apesar das interrogações, nesta carta machadiana dá-se a feliz circunstância da absolvição por parte do brasileiro.

No entanto, como assinalou Beatriz Berrini, o que importa destacar é que os dois escreveram para o mesmo jornal, a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, na mesma altura (entre 1881 e 1897) e que tal facto “permite inferir que os textos de um foram certamente lidos pelo outro”<sup>130</sup>.

Heitor Lira<sup>131</sup> certifica que Eça possuía, pelo menos, na sua biblioteca um livro (*Quincas Borba*) enviado por Machado de Assis, cuja dedicatória sintetiza alguma frieza: “A Eça de Queirós, Machado de Assis.” Mais uma prova de que os dois grandes vultos da literatura oitocentista lusófona olharam-se de frente e partilharam preocupações comuns.

Tanto Eça como Machado seguiram caminhos paralelos: enquanto Eça criticava a decadência da sociedade portuguesa; Machado de Assis procurava a identidade da

<sup>129</sup> ASSIS, Machado. “A morte de Eça de Queirós” *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro; Fevereiro, Março, 2004, ano X, nº38, 307-308 (p. 307).

<sup>130</sup> BERRINI, Beatriz. *Brasil e Portugal. A geração de 70*. Porto: Campo das Letras, 2003, p. 84.

<sup>131</sup> LYRA, Heitor. *O Brasil na obra de Eça de Queiroz*. Lisboa: Livros do Brasil, 1965, p. 198.

nova nação brasileira. Lúcia Miguel Pereira, em 1945, comparou os ficcionistas: “A visão directa e objectiva no português passava, no brasileiro, pelo ângulo de refacção da subjectividade.”<sup>132</sup>

Uma outra observação que comprova uma certa sintonia entre os dois grandes vultos da língua portuguesa é o facto de Eça de Queirós ter sido admitido na Academia Brasileira de Letras (fundada por Machado de Assis) como sócio-correspondente, em 1887. Por seu lado, em 1904, quando Machado de Assis se tornou sócio correspondente da Academia de Ciências de Portugal, Eça de Queirós já tinha falecido.

Um aspecto final indicador desta cumplicidade entre os dois autores é o diálogo que propõe o livro da escritora Maria Velho da Costa, *Madame*, de 1999. O texto é fruto de um projecto cénico que reuniu em palco duas grandes actrizes: a portuguesa Eunice Muñoz e a brasileira Eva Wilma. Em cena, as actrizes representam duas personagens femininas imortais e emblemáticas: Capitu eterna oblíqua, dissimulada, com olhos de ressaca e “uma arara do Paraíso”<sup>133</sup> machadiano; e Maria Eduarda belíssima, inteligente, sublime, requintada como “um pavão do reino” dos Maias. É um texto que funciona pelo jogo intertextual e que revela, ainda hoje, a vitalidade do diálogo intercultural luso-brasileiro.

### 2.3 Vozes do Brasil

Eça de Queiroz, cidadão da diáspora e do remover inquietante dos mundos (apanágio de génios e visionários), e escritor tão brasileiro quanto português o é pela pátria que a própria língua extrapola, universal.<sup>134</sup>

Zetho Cunha Gonçalves.

O papel singular que Eça de Queirós desempenhou no Brasil foi analisado por vários autores. É curioso observar como, em muitos estudos, Eça personificou o vínculo genuíno e cultural com a matriz portuguesa, sem a preocupação de distingui-lo dos

---

<sup>132</sup> PEREIRA, Lúcia Miguel. “Prefácio”, *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Edições Dois Mundos/ Livros do Brasil, 1945, p. 13.

<sup>133</sup> COSTA, Maria Velho da. *Madame*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Autores/Publicações Dom Quixote, 1999, p. 83.

<sup>134</sup> GONÇALVES, Zetho Cunha. “Eça de Queiroz: a nostalgia do Brasil”, *Os brasileiros*. Rio de Janeiro: Língua Geral, p. 13.



autores brasileiros. Ao contrário, havia por vezes uma inclinação para considerá-lo como parte de um património comum, o da língua portuguesa.

A influência que o escritor exerceu sobre o meio intelectual brasileiro é muito vasta, como enfatiza Lúcia Miguel Pereira: “toda a gente, falando ou escrevendo, copiava Eça, sem dar por isso”.<sup>135</sup> Não cabe aqui elaborar um inventário de toda a preponderância que o autor atingiu em terras brasileiras. Pretendemos, apenas, recuperar, de forma não exaustiva, alguns testemunhos que nos podem fornecer uma ideia da dimensão colossal que Eça desempenhou como ponte na história cultural luso-brasileira, sendo uma presença constante no imaginário brasílico. Além das várias biografias elaboradas por autores brasileiros, como a de Miguel Melo (1911), do gaúcho Viana Moog (1945), de Luís Viana Filho (1983), entre outros, alguns relatos de escritores brasileiros são dignos de nota. Em 1902 foi publicado o livro *Homens e coisas estrangeiras* onde José Veríssimo descreve, com emoção, a primeira vez que partilhou o mesmo espaço físico com Eça de Queirós. O encontro deu-se em Lisboa num sarau literário no Teatro Trindade. Alguns anos mais tarde os dois escritores encontraram-se em Paris. No entanto, o brasileiro jamais tentou uma aproximação maior: “amando-o, não quis jamais conhecê-lo pessoalmente, por essa espécie de pudor indefinível que nos afasta de pessoas admiradas e queridas em silêncio.”<sup>136</sup>

José Veríssimo louvou a influência da obra queirosiana na literatura de língua portuguesa e ressaltou que “o Brasil não foi capaz de produzir nenhum naturalista que se lhe compare.”<sup>137</sup>

Eduardo Prado<sup>138</sup> escreveu uma homenagem ao amigo Queirós, enquanto este ainda era vivo, que foi publicada na *Revista Moderna* no dia 20 de Novembro de 1897. Nesta homenagem, Prado enfatiza a imaginação e organização de Eça, traça um perfil das ideias do escritor e revela alguns factos sobre o quotidiano em Paris. Olavo Bilac, que conviveu com Eça em França publicou, na *Gazeta de Notícias*, um texto necrológico de homenagem ao escritor. A convivência entre Bilac e Eça, em 1890, deu origem a uma paródia: em conjunto, os dois escritores elaboraram num serão de Inverno um texto intitulado *Inês de Castro* (um tema português que está presente até hoje no

---

<sup>135</sup> PEREIRA, Lúcia Miguel “Prefácio”, *op cit.*, (pp. 11-22), p. 16.

<sup>136</sup> VERÍSSIMO, José. *Homens e coisas estrangeiras*. Volume I. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902, p. 349.

<sup>137</sup> VERÍSSIMO, José. *op cit.*, p. 356.

<sup>138</sup> cf. PRADO, Eduardo. *Colectâneas*. Volume I. São Paulo: Escola Tipográfica Salesiana, 1904, pp 299-334.

imaginário brasileiro). Segundo a filha de Eça, Maria d'Eça de Queiroz (e reproduzidas por Heitor Lira, *O Brasil na obra de Eça de Queiroz*<sup>139</sup>), da “brincadeira” também participaram a cunhada (Benedita Pamplona) e a mulher (Maria Emília) do escritor lusitano.

Quando o Brasil já era republicano, surgiu um movimento literário, denominado Padaria Espiritual (1892-1898), que congregou em Fortaleza jovens artistas (pintores, músicos e escritores). Curiosa é a tentativa do grupo em estabelecer contacto com a geração de 70 portuguesa, tendo sido enviadas várias cartas, inclusive a Eça de Queirós. Adolfo Caminha, um dos membros da Padaria, resume a admiração do grupo: “Todos nós tínhamos entusiasmo pela gloriosa constelação portuguesa: recolhemo-nos para meditar frases ao Eça, ao Nobre, ao Ramalho, ao Guerra Junqueiro.”<sup>140</sup> De facto, o culto as personagens queirosianas fomentou vários clubes e agremiações das mais diversas gerações.

O diplomata e poeta Magalhães de Azeredo é também protagonista de um encontro inusitado com o seu ídolo, Eça de Queirós, em 1898. Segundo o depoimento de Afonso Arinos de Melo Franco, Azeredo estava na redacção da *Revista Moderna* quando entrou o próprio Eça, à procura de Eduardo Prado. Emocionado, o jovem Azeredo não obedeceu às ordens de segredo, e revelou a Eça que estavam a preparar um número especial em sua honra e que ele ali estava escrevendo o seu elogio ao escritor. Ora, “qual não foi sua decepcionada surpresa ao verificar que Eça não se mostrou nada abalado com a revelação. (...) e comentou, com displicência, já a caminho da porta: - Está a escrever o meu elogio? Pois carregue-lhe no adjectivo...”<sup>141</sup>.

Um outro diplomata (e igualmente escritor), Ribeiro Couto foi também grande admirador de Eça: “Para mim e para os rapazes do meu tempo, da minha roda, primeiro em Santos (...) depois sob as arcadas do velho Convento de São Francisco, por volta de 1915, na Faculdade de Direito de São Paulo, ele foi uma grande janela aberta para o mundo vivo.”<sup>142</sup> Os jovens leitores brasileiros do início do século XX, por graça, atribuíam uns aos outros os nomes das personagens queirosianas e tentavam imitar os seus personagens preferidos:

---

<sup>139</sup> LYRA, Heitor. *op cit.*, p. 283.

<sup>140</sup> CAMINHA, Adolfo. *Cartas literárias*. Rio de Janeiro, 1895, pp 159-160.

<sup>141</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. “Amor a Roma”. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Outubro-Novembro- Dezembro, 2001, ano VII, nº29, 303-332, (p. 320).

<sup>142</sup> COUTO, Ribeiro. *Sentimento Lusitano*. Lisboa: Livros do Brasil, 1963, p. 105.

*Não era só em nossa formação literária e em nosso próprio estilo que Eça de Queiroz influía. Influía em nossos projectos de andar pelo mundo, em nossos hábitos, gostos e atitudes (...) As paisagens, os ambientes, a humanidade, mesmos os tiques de linguagem e as atitudes das personagens do Eça, como nós dizíamos estavam incorporados no nosso quotidiano.*<sup>143</sup>

Massaud Moisés destacou a verdadeira eçolatria que afectou os escritores brasileiros na primeira metade do século XX: “desde Aluísio Azevedo até os contemporâneos, Jorge Amado à frente. Nem mesmo Graciliano Ramos (...) resistiu ao fascínio do estilista da Póvoa do Varzim.”<sup>144</sup> Clarice Lispector, que negava ter sido influenciada por outros autores, foi leitora voraz do Eça.<sup>145</sup> José Lins do Rego é outro escritor fascinado pelo estilo queirosiano<sup>146</sup> e Cyro dos Anjos, ainda na sua cidade natal, Montes Claros, leu Eça.<sup>147</sup>

Julgamos ainda conveniente recordar Monteiro Lobato que, nas suas cartas ao seu amigo Godofredo Rangel, confessa a sua admiração pelo escritor Camilo Castelo Branco e, na epístola do dia 7 de Dezembro de 1915, faz um alerta: “Acho o Eça o culpado de metade do emporcalhamento da língua no Brasil, onde o lido e o imitado é só ele, ele e mais ele”<sup>148</sup>. Quando fala sobre o “estilo literário”, Lobato aproveita para criticar as imitações: “Fugir sobretudo da maneira do Eça, a mais perigosa de todas, porque é graciosíssima e muito fácil de imitar. «Cigarro lânguido» - «Caneta melancólica» - «Tinteiro filosófico».”<sup>149</sup> A imagem que desse testemunho se colhe é de uma crítica matura, onde Lobato enfatiza a impropriedade do pensamento brasileiro.

De facto, a imitação e o aproveitamento indevido dos escritos alheios foram temas debatidos em larga escala no início do século XX, no Brasil. Lima Barreto (1881-1922), no seu *Diário íntimo* questiona se seria saudável para o Brasil a influência dos portugueses: “Não é o Eça, que inegavelmente quem fala português não o pode ignorar,

---

<sup>143</sup> COUTO, *op cit.*, pp. 106, 108.

<sup>144</sup> MOISÉS, Massaud. *A literatura como denúncia*. Cotia, São Paulo: Editora Íbis, 2002, p. 54.

<sup>145</sup> cf. NOLASCO, Edgar César. *Restos de ficção: a criação biográfica de Clarice Lispector*. São Paulo: Edição de Annablume, 2004, p. 100.

<sup>146</sup> FILHO, Murilo Melo. “José Lins do Rego: cem anos”, *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Outubro-Novembro- Dezembro, 2001, ano VII, nº29, 103-109, (p.105).

<sup>147</sup> MILANESI, Vera Márcia Paráboli. *Cyro dos Anjos: memória e história*, São Paulo: Arte e Ciência, 1997, p. 17.

<sup>148</sup> LOBATO, Monteiro. *A barca de Gleyre*. 2º tomo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961, p. 58.

<sup>149</sup> LOBATO, Monteiro. *op cit.*, p. 59.

são figuras subalternas: Fialho e menores.”<sup>150</sup> Ainda no que respeita à admiração de Lima Barreto por Eça de Queirós, cabe mencionar a personagem Isaías Caminha que, no início do sexto capítulo do livro *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, confessa que lê, entre outros, o Eça, para descobrir o segredo de fazer romances.

Interessante, ainda, é um inquérito elaborado por Gilberto Freyre que deu origem ao livro *Ordem e Progresso*. Trata-se de uma série de perguntas que Freyre enviou para diferentes pessoas, de Norte a Sul do Brasil, nascidos entre 1850 e 1900, cujos depoimentos foram recolhidos pelo autor para servir a tentativas de interpretação da nação brasileira dos séculos XIX e XX, momento crucial de consciência da identidade cultural brasileira. No que diz respeito à literatura, o resultado do estudo é claro:

*Eça de Queirós, continuaremos a ver que foi tanto como Alencar e Bilac uma dessas preferências da parte dos brasileiros requintados, do Norte ao Sul do País, que, como preferências nacionais em sua extensão e em sua significação, concorrem para unificar a aristocracia intelectual do Brasil em torno dos mesmos cultos ou de iguais devoções.*<sup>151</sup>

Ou seja, segundo Freyre, Eça de Queirós, “semelhante a um novo santo sobre os seus devotos”<sup>152</sup>, contribuiu para a unificação da elite brasileira do início do século XX. Porém, parece que não foram só os brasileiros ilustrados que leram Eça. O escritor Antonio Cândido ao tentar explicar o porquê da existência do “culto” queirosiano, afirma que a projecção do escritor foi vasta: Eça atingiu “até os incultos, pois é destes raros escritores eminentes dotados de uma inteligibilidade que os torna acessíveis aos graus modestos de instrução”<sup>153</sup>.

A utilização da caricatura é outro motivo apontado por Antonio Cândido para o sucesso dos escritos queirosianos no Brasil. Mas, quando Eça utiliza uma espécie de “lógica fantasiosa” que emprega um exagero caricatural, Cândido reconhece que este refinamento nem sempre foi compreendido pelos brasileiros.

Uma análoga explicação para o fenómeno é avançada por Eduardo Lourenço que, no texto “Nós e o Brasil: ressentimento e delírio”, enfatiza a incompreensão mútua das duas culturas, assinalando porém a presença ímpar do escritor no universo

---

<sup>150</sup> BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. (www.dominiopublico.com.br), consulta realizada no dia 22 de Junho de 2009.

<sup>151</sup> FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. Tomo I. Lisboa: Livros do Brasil, s/d, p. 405.

<sup>152</sup> FREYRE, Gilberto. op cit., p. 400.

<sup>153</sup> CANDIDO, Antonio. “Eça de Queirós, passado e presente”. *Ecos do Brasil*. Organização Benjamin Abdala Júnior. São Paulo: Editora Senac, 2000, p. 14.

brasileiro: “Talvez o grande êxito de Eça no Brasil possa explicar-se por um humor, um brilho que o Brasil não tinha então, mas igualmente pela perspectiva satírica que foi a sua da realidade portuguesa.”<sup>154</sup> Outra justificação para a popularidade de Eça em terras de Vera Cruz é sustentada por Massaud Moisés, que vê no brasileiro uma aptidão nata para acolher de braços abertos tudo o que o vincule à Europa.<sup>155</sup>

Inegável é que todo o exposto evidencia a forte presença queirosiana no Brasil, sobretudo na primeira metade do século XX.

---

<sup>154</sup> LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro. Imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 2004, p.142.

<sup>155</sup> cf. MOISÉS, Massaud. *op cit*, p. 58.

## CAPÍTULO III

### As Farpas e a polémica com o Brasil

Os escritores d'As Farpas exerceram sobre tão extensa zona de sensibilidade uma acção crítica que foi às vezes auto-crítica, uma devastação humorística de caricaturistas que às vezes atingiu os próprios autores, tornando-se então humor: aquela capacidade do indivíduo rir-se de si próprio, ao rir-se dos outros, superior, sem dúvida, à de rir-se só dos outros.<sup>156</sup>

Gilberto Freyre.

---

<sup>156</sup> FREYRE, Gilberto." Prefácio" *As Farpas*. Volume I. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, 1943, pp 28,29.

### 3.1 *As Farpas* e a modernização de Portugal

[...] quando Ramalho Ortigão e eu, convencidos, como o Poeta, que a “tolice tem cabeça de touro”, decidimos farpear até à morte a alimária pesada e temerosa.<sup>157</sup>

Eça de Queirós.

*As Farpas, Crónica Mensal da Política, das Letras e dos Costumes* - este é o título do periódico de Ramalho Ortigão e de Eça de Queirós, que teve início no mês de Maio de 1871, em Lisboa, publicado pela Tipografia Universal, de Tomás de Quintino Antunes (“impressor da Casa Real”), na Rua dos Calafates, 110. Durante os dois primeiros anos de existência, o periódico contou com a colaboração dos dois escritores. Todavia, por causa de seu ingresso na carreira diplomática, Eça foi transferido para Cuba como cônsul, e terminou a sua colaboração em Setembro/Outubro de 1872, o que não impediu que a publicação perdurasse por mais de dez anos apenas com Ramalho Ortigão, embora com o nome de Eça e Ramalho na capa. Note-se que houve uma segunda edição d’*As Farpas* onde ocorreu a separação dos textos de Ramalho e Eça. As crónicas queirosianas foram reunidas no volume com o título *Uma campanha alegre*; e as crónicas de Ramalho Ortigão foram distribuídas por quinze volumes (temáticos ou anuais) sendo ainda publicados dois volumes correspondentes as *Páginas Esquecidas* e mais um tomo das *Últimas Farpas*.

Com uma capa num tom beije tijolo, alaranjada, onde figura um desenho de um diabo da autoria de Manuel Macedo, o primeiro número d’*As Farpas* chamou logo a atenção do público. De facto, segundo as investigações de João Medina, a publicação de Maio de 1871 obteve um grande acolhimento, tendo sido impressa uma segunda edição do mesmo número.<sup>158</sup>

O jornalismo que Eça produziu n’*As Farpas*, tanto na forma como no conteúdo, aparece como uma completa inovação no Portugal oitocentista. O que queremos vincar é o uso intencional da caricatura como factor de denúncia do estado de decadência da forma de vida do país, em todos os seus sectores — social, político, económico e cultural. Talvez tenha contribuído para o êxito o facto de que Ramalho já fora

---

<sup>157</sup> QUEIROZ, Eça de. “Advertência”, *Uma campanha alegre*, op cit, p. VII.

<sup>158</sup> cf. MEDINA, João. *Eça de Queirós antibrasileiro?* São Paulo: EDUSC, 2000, p. 19.

colaborador assíduo de jornais e Eça já contava com alguma experiência jornalística por ter estado a elaborar *O Distrito de Évora* em 1867.

Com efeito, em 1871, existia uma forte camaradagem entre os autores d'*As Farpas*: os dois já se conheciam há muito tempo. Nove anos mais velho do que Eça, Ramalho fora seu professor de Francês, no Colégio da Lapa. Em 1868 Ramalho reencontrou Eça em Lisboa, e entre Julho e Setembro de 1870, os dois escreveram, em conjunto, *O mistério da estrada de Sintra*<sup>159</sup> que foi publicado em folhetins no *Diário de Notícias*.<sup>160</sup> Na leitura das cartas queirosianas fica clara a amizade que Eça sentia pelo seu antigo mestre. Entretanto, e segundo A. Campos Matos, esta amizade profunda não seria sempre recíproca<sup>161</sup>. No entanto, na altura da elaboração d'*As Farpas*, parecia existir um verdadeiro espírito de cooperação entre os dois, afinal os artigos que figuravam no periódico apareciam na primeira pessoa do plural, sem assinatura. Será esta cumplicidade entre os seus mentores o segredo do sucesso?

O que é certo é que houve a resposta positiva do público. Segundo as informações recebidas por Eça de Queirós, *As Farpas* contavam com dois mil assinantes<sup>162</sup> e conseguiram sobreviver num país de escassos leitores, uma vez que, segundo o censo de 1878, a população de Portugal era de cerca de 4 milhões de habitantes e, desses, só 15,6% sabiam ler e escrever.<sup>163</sup>

Pensamos que o sucesso d'*As Farpas* também se deve também ao empenho demonstrado por Eça de Queirós na sua divulgação. Na correspondência do escritor encontramos alguns exemplos deste interesse em fazer publicidade e angariar assinantes. Ao seu condiscípulo de Coimbra, João Penha, Eça explica que *As Farpas* pretendem ser um “jornal de luta, jornal mordente, cruel, incisivo, cortante, e sobretudo jornal revolucionário”<sup>164</sup>, não oculta o seu modelo (“São as *Guêpes* de Karr”<sup>165</sup>) e pede

---

<sup>159</sup> Lembramos que a elaboração de *O mistério da estrada de Sintra* já é uma reacção dos autores ao ambiente de tédio que se vivia em Lisboa. Afinal, na carta - prefácio os autores declaram que pretendem como *bluff* “acordar tudo aquilo aos berros”.

<sup>160</sup> Note-se que na carta, assinada por Ramalho e Eça, em 1884, que autoriza a reedição do livro *O mistério da estrada de Sintra* e serve de introdução as posteriores edições, os autores enfatizam amizade e a “íntima confraternidade” que os une.

<sup>161</sup> cf. MATOS, A Campos. “Ramalho Ortigão II”, *Suplemento ao dicionário de Eça de Queiroz*. Org e coordenação A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2000, pp 449-505.

<sup>162</sup> QUEIROZ, Eça de. *Notas contemporâneas*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000, p. 29.

<sup>163</sup> SERRÃO, Joel. *Temas de cultura portuguesa*. Livros Horizonte, 1983, p. 53.

<sup>164</sup> QUEIROZ, Eça de. *Correspondência Vol. I*. Org & notas de A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, p. 49.

<sup>165</sup> QUEIROZ, Eça de. *Correspondência Vol. I*. op. cit., p.49.



ajuda tanto na forma de publicidade (“Peço-te que anuncies na tua *Folha*”<sup>166</sup>), ao mesmo tempo que solicita ao amigo ajuda para arranjar alguma assinatura. Ainda com idêntico propósito, Eça escreveu também a Emídio Garcia<sup>167</sup>, acentuando o carácter revolucionário da publicação e pedindo ao professor para recolher assinaturas para o periódico.

Detenhamo-nos agora no ambiente que se vivia na altura do lançamento d’*As Farpas*. Na Europa, é tempo de convulsões sociais, transformações e mudanças, com a emergência e derrocada da Comuna de Paris. A situação de Portugal, na altura, era complicada: o país estava economicamente dependente de suas colónias (particularmente do Brasil), socialmente estagnado, culturalmente distante da Europa, com poucas estradas, uma linha de comboios em construção, sem fábricas modernas. Em 1871, estamos sob o reinado constitucionalista de D. Luís (espírito liberal, transigente, modernizado, acessível às inovações<sup>168</sup>) e, no próprio mês do lançamento d’*As Farpas*, dá-se início ao movimento que ficou conhecido como As Conferências Democráticas do Casino Lisbonense. Como notou Carlos Reis, não foi por acaso que o aparecimento d’*As Farpas* coincidiu com o programa das Conferências, pois ambos os projectos possuíam uma vocação crítica e reformista.<sup>169</sup> Ou seja, as duas iniciativas procuravam soluções para superar a apatia reinante. Na carta que Antero de Quental escreveu a Teófilo Braga, em Abril de 1871, fica claro o espírito das Conferências:

*O Teófilo conhece o estado de miséria intelectual desta nossa terra (...) Temos resolvido, eu e alguns rapazes novos e independentes (...) abrir em Lisboa uma sala de Conferências livres, livres em todo o sentido da palavra, não frequentada por convidados da literatura, mas aberta a toda a gente, e de todas as condições, aonde tratem as grandes questões contemporâneas, religiosas, políticas, sociais, literárias e científicas, num espírito de franqueza, coragem, e positivismo, numa palavra, com radicalismo. (...) Temos um programa, mas não uma doutrina: somos associação, mas não igreja: isto é, liga-nos um comum espírito de racionalismo, de humanização (...) O nosso fim é produzir uma agitação*

---

<sup>166</sup> O jornal *A Folha. Microcosmos Literário* fez parte da chamada imprensa estudantil universitária. Fundado e dirigido por João Penha é um periódico eclético, composto por oito páginas, que sobreviveu entre 1868 até 1873.

<sup>167</sup> Emídio Garcia (1838-1904). Natural de Bragança, professor de Direito Administrativo em Coimbra. Pertenceu ao primeiro Directório do Partido Republicano e aderiu às ideias positivistas.

<sup>168</sup> QUEIRÓS, Eça de. *Textos de imprensa VI (da revista de Portugal)*, edição de Maria Helena Santana. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995, p. 51.

<sup>169</sup> REIS, Carlos. *As Conferências do Casino*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, pp 29-49.

*intelectual na nossa sociedade, lançando em cada semana uma ideia ou duas para o meio desta massa adormecida do público.*<sup>170</sup>

Por sua vez, Eça de Queirós, n' *As Farpas* de Maio de 1871, apregoa: “É a primeira vez que a revolução, sob a sua forma científica, tem em Portugal a palavra.”<sup>171</sup> Como as conferências foram proibidas pelo governo, na edição de Junho, Eça se serviu d' *As Farpas* para atacar a proibição. No entanto, o que queremos vincar é que os dois projectos (*As Farpas* e as conferências) possuíam um mesmo objectivo: transformar a realidade portuguesa e promover uma modernização cultural.

A importância d' *As Farpas* na renovação cultural prende-se ao ataque às instituições, à desconstrução da mentalidade vigente, ao espírito de crítica política, económica, cultural, social e até moral. Segundo o próprio Eça, *As Farpas* foram “simplesmente um instrumento de demolição (...) ora aplicada contra um ridículo, um abuso, um vício, um sistema, ora, mais alto, contra uma instituição, casualmente, raramente, contra um indivíduo, tipo, símbolo de tendências ou de ideias”<sup>172</sup>. Ou seja, *As Farpas* não estavam vocacionadas para o ataque pessoal, era sobretudo uma tentativa de um novo jornalismo que procurava estabelecer uma visão crítica dos factos.

Para atingir esse objectivo revolucionário de modernização, nesses textos, Eça convoca o leitor, cria um ambiente de expectativa e cumplicidade, conduzindo-o a renovar a sua percepção sobre os problemas portugueses empregando o humor:

*Leitor de bom senso, que abres curiosamente a primeira página deste livrinho, sabe, leitor celibatário ou casado, proprietário ou produtor, conservador ou revolucionário, velho patuleia ou legitimista hostil, que foi para ti que ele foi escrito – se tens bom senso! (...) Aproxima-te um pouco de nós e vê. (...) Nós não quisemos ser cúmplices na indiferença universal. (...) Não é verdade, leitor de bom senso, que neste momento histórico só há lugar para o humorismo? Esta decadência tornou-se um hábito, quase um bem-estar, para muitos uma indústria. (...) Contra este mundo é necessário ressuscitar as gargalhadas históricas do tempo do Manuel Mendes Enxúria. E mais uma vez se põe a galhofa ao serviço da justiça!*<sup>173</sup>

<sup>170</sup> QUEENTAL, Antero de. *Cartas I*, org, introd. e notas de Ana Maria A. Martins, Lisboa: Univ. dos Açores/Ed. Comunicação, 1989, pp 119-120.

<sup>171</sup> QUEIROZ, Eça de. *Uma campanha alegre*. op cit., p.33.

<sup>172</sup> QUEIROZ, Eça de. *Correspondência*. Volume I. Organização e notas de A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, p. 170.

<sup>173</sup> QUEIROZ, Eça de. *Uma campanha alegre*. op cit., pp. 1-3.

brasileiros, também deveria despertar também toda a atenção. Note-se, ainda, que durante o período do Brasil Império existia uma verdadeira polifonia ligada à palavra “brasileiro”.

O autor que melhor estudou a recepção d’*As Farpas* de 1872 em Pernambuco foi Paulo Cavalcanti, que investigou bibliotecas e instituições do Estado nordestino. De mencionar, porém, a confusão de Cavalcanti, no livro *Eça de Queiroz agitador no Brasil*, que considera a existência de duas *Farpas* distintas. Uma versaria sobre o imperador e a outra sobre o brasileiro “brasílico”: “Eis, porém, quando o público do Recife tomou conhecimento da nova realidade, trazida pelas malas postais da Europa, n’*As Farpas* seguintes às escritas sobre as andanças do imperador.”<sup>218</sup> Ora, como sabemos, *As Farpas* de Fevereiro de 1872 foram publicadas numa única edição intitulada “Fastos da peregrinação de sua majestade o imperador do Brasil por estes reinos”. Julgamos que tal confusão pode ser explicada por uma hipótese. Seguindo a pista de Vianna Moog que, em relação ao Brasil de 1945, afirma: “Vão constituindo raridade – e raridade dignas de apreço dos bibliófilos, os primitivos exemplares d’*As Farpas*”<sup>219</sup>. Ora, tal afirmação permite-nos duvidar sobre se Paulo Cavalcanti realmente consultou a obra original, ou se apenas teve acesso as contrafacções que foram publicadas em Pernambuco e que assim poderiam ser divididas por vários exemplares.

Vejamos, resumidamente, o que os estudos efectuados por Paulo Cavalcanti nos trouxeram de novo e relevante para a questão. Cavalcanti descobriu que, na edição do dia 15 de Maio de 1872, o jornal republicano *O Seis de Março*<sup>220</sup> deu conhecimento ao povo de Pernambuco das crónicas sobre o monarca brasileiro e fez uso do folhetim luso como arma política de desmoralização dos adeptos da Monarquia<sup>221</sup>. Também o jornal *A República*, do Rio de Janeiro, dirigido por Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, transcreveu o conteúdo d’*As Farpas* que contavam as aventuras de D. Pedro II em Portugal, configurando o mesmo uso ideológico: atacar a monarquia constitucional brasileira. Não por acaso, o Manifesto Republicano<sup>222</sup> fora publicado pelo mesmo jornal

---

<sup>218</sup> CAVALCANTI, Paulo, *Eça de Queiroz agitador no Brasil*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d, p. 79.

<sup>219</sup> MOOG, Viana. *Eça de Queiroz e o século XIX*. Porto alegre: Editora Globo, 1947, p. 174.

<sup>220</sup> O Seis de Março era um jornal diário. O primeiro número foi publicado no Recife a 6 de Março de 1872 e o número 52 (o último) a 12 de Junho. Os redactores eram: José Maria de Albuquerque Mello e Afonso Albuquerque.

<sup>221</sup> CAVALCANTI, Paulo. *op cit.*, p. 60.

<sup>222</sup> cf. Pinto, Virgílio Noya. “Balanço das transformações económicas no século XIX”. *Brasil em perspectiva*. (org e introdução) Carlos Guilherme Mota, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1973. (126,161).

*A República*, em 1870, patenteando a existência de um movimento político-partidário organizado.

Segundo Cavalcanti, *As Farpas* despertaram uma forte reacção popular e vieram contribuir para despertar a antiga animosidade contra os portugueses. O jornal *O movimento*, pela pena do polemista Sílvio Romero, assim como o jornal *O meteoro* protestaram publicamente. Note-se, ainda o cunho popular da polémica:

*Tudo quanto se fez e escreveu em Pernambuco contra Eça de Queiroz e Ramalho teve um carácter popular, de massa. Foi realmente o povo quem sustentou o peso da discussão, tanto na imprensa como nos debates acalorados das ruas. Foi o povo quem se extremou na luta contra os patricios “caluniadores”, defendendo os brios nacionais.*<sup>223</sup>

Uma outra auscultação interessante de Cavalcanti prende-se com o que ocorreu na pequena cidade de Goiana, localizada no actual Estado de Pernambuco, a menos de 70 quilómetros da cidade do Recife. Cavalcanti identificou passo a passo como ocorreram os conflitos, que tiveram início na noite de 30 de Julho de 1872<sup>224</sup>, e que resultaram na agressão aos portugueses residentes na cidade, bem como às suas lojas. Foi necessário recorrer à ajuda da tropa do Recife para impedir as hostilidades a residentes portugueses e restabelecer a ordem social. Em Setembro do mesmo ano, na altura da comemoração à passagem do primeiro meio século da Independência do Brasil, os ânimos ainda estavam exaltados e foi necessário cancelar as comemorações oficiais na cidade do Recife. De facto, o que ficou para a história é que, num só ano, 1872, a então Província de Pernambuco contou com três presidentes e se registaram grandes alvoroços e agitações sociais.

A esse episódio é Ramalho quem responde na conhecida crónica “Ao presidente da província de Pernambuco”. Note-se, entretanto, que tanto Paulo Cavalcanti, em *Eça de Queiroz agitador do Brasil*, como Maria Filomena Mónica, na coordenação do livro *As Farpas*, e como Heitor Lira no livro *O Brasil na vida de Eça de Queiroz* assinalam que a autoria da crónica ao presidente de Pernambuco seria Eça de Queirós, quando na verdade tal carta encontra-se nas crónicas de Ramalho Ortigão, n’*As Farpas XIII* (pp 61,74).

---

<sup>223</sup> CAVALCANTI, Paulo, *op cit.*, p.117.

<sup>224</sup> CAVALCANTI, Paulo. *op cit.*, p. 148.

Quanto ao uso intencional da caricatura como factor de denúncia, Eça de Queirós, em carta dirigida a Joaquim de Araújo, afirma: “O primeiro fim d’*As Farpas* foi promover o riso. O riso é a mais antiga, e ainda a mais terrível forma de crítica”<sup>174</sup>. De facto, é de realçar em toda a sua obra, mas especialmente no jornalismo d’*As Farpas*, a extrema habilidade em avivar no leitor o sentido do ridículo como uma forma mais leve e directa de intuição do espírito crítico que torna o homem moderno capaz de se corrigir e de se aperfeiçoar sem perder a dignidade. Talvez seja por isso que Eduardo Lourenço afirme que Eça operou uma verdadeira revolução da sociedade portuguesa e que “modificou, em termos que nem é possível avaliar, o código tradicional da sensibilidade portuguesa. Nesse sentido há um Portugal antes e depois de Eça.”<sup>175</sup> Isto é: o uso da caricatura em Eça funciona como arma de combate contra o pesado tradicionalismo português de base religiosa. Aliás, foi esse pesado tradicionalismo religioso que levou Antero de Quental, contemporâneo de Eça e companheiro seu na luta contra a decadência de Portugal, ao suicídio.

Na revista *Ocidente* a propósito do lançamento do livro *O primo Basílio*, Guerra Junqueiro aclamava *As Farpas* onde Eça e Ramalho “começaram a mondar à tesoura as orelhas sumptuosas que subissem mais de dois palmos acima das cabeças respectivas”<sup>176</sup> e provocavam “gargalhadas fulminantes”. De facto, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão, n’*As Farpas*, expuseram e zurziram os vícios e os defeitos da sociedade portuguesa: o estado de abatimento moral; o adultério; a vida clerical; a decadência económica; a deterioração política e cultural. Tudo isso conduz-nos novamente ao objectivo supremo de modernizar Portugal. Trata-se, segundo o filósofo Pedro Calafate, de um “impulso para um esforço superador, para uma ruptura com o passado e com o presente.”<sup>177</sup> Ou, como qualificou Gilberto Freyre, uma “obra de dissolução de valores solidamente portugueses”<sup>178</sup>. Por último, note-se ainda que muitos desses temas (que nasceram originalmente nas irónicas *Farpas*) serão posteriormente desenvolvidos na obra ficcional de Eça de Queirós.

---

<sup>174</sup> QUEIROZ, Eça de. *Correspondência*. Volume I. *op cit.*, p. 168.

<sup>175</sup> LOURENÇO, Eduardo. *Portugal como destino. Mitologia da saudade*. Lisboa: Grávida, 1999, p. 50.

<sup>176</sup> JUNQUEIRO, Guerra. “Eça de Queirós. A propósito do novo romance”. *O Ocidente*. 1º ano, Volume I, nº 7, 1 de Abril de 1878, p. 54.

<sup>177</sup> CALAFATE, Pedro. “Eça de Queiroz: a redenção pela humilhação”, *Portugal como problema. Volume III*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 2006, pp. 275, 279, p. 276.

<sup>178</sup> FREYRE, Gilberto. “Prefácio”, *As Farpas*. *op cit.*, p. 16.

### 3.2 A polémica com o Imperador

Uma vez reconhecida a importância d'*As Farpas* em Portugal, cumpre agora verificar como o Brasil aparece nessa “crónica mensal da política, das letras e dos costumes”. A primeira referência encontra-se no número 2, de Junho de 1871. Elaborada por Ramalho Ortigão, a pequena crónica descreve a passagem por Lisboa de D. Pedro II de Bragança, Imperador do Brasil, em viagem à Europa, enfatizando a sua figura de homem modesto, bonacheirão, quase simplório. Ora, esclareça-se que nos ocupamos aqui de um representante da dinastia de Bragança, a qual, naquele momento histórico, ainda reinará em Portugal até 1910. Trata-se, portanto, de algo de certo modo contraditório e um pouco insólito: um Bragança bonacheirão, representante de um poder antigo e desgastado, como titular de um novo e vasto império que, em princípio, só deve valer pelo futuro a construir.

Uma outra referência, ainda da autoria de Ramalho, encontra-se no número 7, de Novembro de 1871, cujo sumário apresenta o seguinte: “O governo do Brasil e as escolas”. Ortigão estabelece um paralelo entre o Brasil e Portugal e procura mostrar a ineficácia e a tolice da iniciativa de dotar cada escola no Brasil de um crucifixo. Segundo a sua opinião, “conviria mais do que a imagem do crucificado a presença da palmatória”<sup>179</sup>. Estaria ele a referir-se à necessidade e à urgência de uma educação que, não obstante à observância da lei eterna de Deus, deveria atender às duras exigências históricas de um mundo em transformação? Julgamos que sim, pois, considerando-se o paralelo e a crítica, tudo indica que ele não visava apenas a educação no Brasil. Ora, sendo o titular do governo do lado de lá um representante da mesma Casa que do lado de cá, nada mais conveniente que um paralelo. Entretanto, numa terra onde tudo se encontrava por fazer, onde os rudes trabalhos ainda se sobrepunham às necessidades do espírito, ainda se desculparia uma atitude ingénua e simplória em face das exigências de uma educação moderna: “Brasil! terra fenomenal da cachoeira e do mato virgem! Pátria

---

<sup>179</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos” *As Farpas*, Lisboa: Tipografia Universal, Novembro 1871, p. 74.

ditosa de Magalhães e do Sabiá! Se não conseguir ensinar-te a ler, que Deus pelo menos te abençoe e te faça um santo!”<sup>180</sup>

Passemos então ao discurso queirosiano. Conhecendo a habilidade de Eça para a ironia, cabe enfatizar que na mesma medida em que essa ironia muito contribuiu para a sua popularidade como escritor, também não o eximiu de mal-entendidos e situações de litígio, tanto em Portugal como no Brasil. N’*As Farpas*, o primeiro discurso de Eça sobre o Brasil corresponde ao artigo do número 3, de Julho de 1871. Nesse artigo a passagem do Imperador do Brasil por Lisboa apenas serve de pretexto para Eça criticar o discurso da coroa portuguesa. Note-se que este aspecto vem a reforçar a ideia de que *As Farpas* procuram, no fundo, atacar os que resistem a ideia de modernização. Assim, ao criticar D. Pedro II a apreciação acaba por se estender a um alvo mais vasto, a casa Bragança.

A seguir, em Novembro de 1871, o Brasil é mais uma vez notícia. Desta vez, Eça enumera passo a passo como decorreu a sua preterição ao corpo diplomático. O lugar vago era na Baía, e a crónica queirosiana confunde o Estado da Baía com o de Recife:

*A Baía, dizem, é uma cidade alegre, com aspectos de água venezianos; mas há muitas osgas. Eu não acho a osga extremamente diplomática, nem faço dela a minha convivência querida: mas enfim o infante D. Fernando morreu pela sua pátria, no cativoiro – e eu não podia eximir-me a sofrer por ela uma certa porção de osgas!*<sup>181</sup>

Curiosa é a menção ao termos “osga”. Provavelmente Eça não estaria a fazer referência ao réptil, chamado no Brasil de “lagartixas”, mas sim do seu uso popular assinalado por Cândido Figueiredo: aversão, ódio; bebedeira ou peta. No entanto, o que importa destacar é que passado apenas três meses após a escrita dessa crónica da preterição do cargo de cônsul, teve início a história da famosa polémica que envolveu Eça de Queirós e o Brasil. Tudo começou quando Eça e Ramalho se dedicaram a escrever sobre a visita a Portugal de D. Pedro II, Imperador do Brasil e representante da vetusta dinastia portuguesa dos Bragança, dedicando-lhe um número inteiro d’*As Farpas* denominado “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”. Antes de mais, é necessário sublinhar que essa visita aconteceu num

---

<sup>180</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos” ,*op cit.*, p. 75.

<sup>181</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos” ,*op cit.*, p. 7

momento muito tenso na vida política brasileira: foi nesta ocasião que o projecto da lei do “Ventre Livre”, que declarava emancipados os escravos que nascessem a partir daquela data, acabava de ser apresentado ao Parlamento. Neste contexto, tanto os liberais como os conservadores desaprovaram a viagem de D. Pedro. Além de o movimento abolicionista estar no auge, o Brasil vivia um momento politicamente delicado devido a outros factores: o país acabara de terminar a Guerra com o Paraguai<sup>182</sup> (1864-1870), estava isolado do resto da América, não só na forma de governo — monarquia constitucional —, mas economicamente também, voltando costas aos países latino-americanos e voltando-se para o Oceano Atlântico; além disso, vivia um período de afirmação da nacionalidade, sendo que o ideal republicano já encontrava ressonância. Neste contexto, n’*As Farpas*, é Ramalho Ortigão quem começa a galhofa com o imperador, afirmando que os dois únicos seres que D. Pedro não chegou a conhecer em Portugal foram os redactores dessas mesmas *Farpas*. Ao longo das primeiras trinta e cinco páginas é Ramalho o autor das ironias.

O discurso queirosiano tem início na página trinta e seis da edição de Fevereiro de 1872 e começa por pedir “um momento de atenção!”<sup>183</sup>. Eça enfatiza, mais uma vez, o lado simplório de D Pedro II de Bragança ao destacar a confusão gerada pelo imperador, enquanto este tenta ser apenas um cidadão:

*Quando as recepções, os hinos, os banquetes se produziam para glorificar D. Pedro II - ele apressava-se a declarar que era apenas Pedro de Alcântara. Quando os horários dos caminhos-de-ferro, os regulamentos de bibliotecas, ou a familiaridade dos cidadãos o pretendiam tratar como Pedro de Alcântara - ele rompia a fazer sentir que era D. Pedro II. De tal sorte que se dizemos que se hospedou entre nós Pedro de Alcântara, erramos - porque ele declarou que era D. Pedro*

---

<sup>182</sup> A Guerra do Paraguai teve início no ano de 1864, a partir da pretensão de Francisco Solano Lopes, que desejava obter uma saída para o Oceano Atlântico, através dos rios da Bacia do rio Prata. O ditador paraguaio aproveitou-se da fraca defesa brasileira no Mato Grosso para invadi-lo e conquistá-lo. Fez isso sem dificuldades e, após esta batalha, resolveu dar continuidade à expansão do Paraguai através do território brasileiro. Seu próximo alvo foi o Rio Grande do Sul, mas, para atingi-lo, necessitava passar pela Argentina. Então, invadiu e tomou Corrientes, província Argentina. Decididos a não mais serem ameaçados e dominados por Solano Lopes, Argentina, Brasil e Uruguai uniram suas forças em 1º de Maio de 1865 através do acordo conhecido como a Tríplice Aliança. A partir daí, os três países lutaram juntos para deterem o Paraguai. Esta guerra durou seis anos, e só chega ao fim, com a morte de Francisco Solano Lopes, em Cerro Cora, em 1870.

Antes da guerra, o Paraguai era uma potência económica na América do Sul. Para a Inglaterra, um exemplo que não deveria ser seguido pelos demais países latino-americanos. Foi por isso que os ingleses ficaram ao lado dos países da tríplice aliança, emprestando dinheiro e oferecendo apoio militar. Era interessante para a Inglaterra enfraquecer e eliminar um exemplo de sucesso na América Latina.

<sup>183</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”, *op cit.*, p. 36.



*II. Se nos lisonjeamos por ter hospedado D. Pedro II, desacertamos – porque ele declarou ser Pedro de Alcântara.*<sup>184</sup>

Ora, sobre o mesmo tema, uma outra observação prende-se com o relato palaciano em que foi retratada a visita de D. Pedro no livro *Viagem dos imperadores do Brasil em Portugal* e que descreve a dualidade imperador/cidadão observada do ponto de vista oficial, onde predomina a informalidade:

*Falavam com familiaridade própria de velhos amigos de tu e uma vez que el-rei D. Fernando o tratou por imperador, Sua Majestade observou-lhe: «Aqui não há imperador nem imperatriz. Chamo-me D. Pedro de Alcântara, e minha mulher D. Teresa Cristina.»*<sup>185</sup>

A crónica queirosiana segue com a brincadeira com a famosa mala imperial, que nada conteria, mas que acompanharia o Imperador a todo o lado destinando-se apenas a manter uma incógnita. A troça era ainda reforçada com referência a “gula” de D. Pedro pela língua hebraica. Mais uma vez fica claro o nosso ponto de vista: ao criticar D. Pedro II dá-se o paralelo inevitável: critica-se a Casa imperial a que este Imperador pertence, a Casa de Bragança.

Retenha-se ainda que Eça também demonstrou interesse pela forma como os doutores universitários olharam a presença do Imperador numa visita à sala dos Capelos. Os sábios doutores criticaram o traje com que D. Pedro II se apresentou na Universidade: “dizem que Sua Majestade trajando jaqueta de viagem, com um chapéu desabado, e um saco a tiracolo, se veio sentar nos bancos severos da antiga sala adamascada.”<sup>186</sup> Eça, sempre irónico, demonstra não concordar com os doutores de Coimbra:

*Ele quis se apresentar entre os sábios na modéstia do sábio! Ele não quis humilhar nenhum sr. Doutor – pelo asseio da sua roupa branca! Ele vestiu-se com o rigor – científico. Ele, antes de sair para o capelo, em*

---

<sup>184</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos, *op cit.*, p. 36

<sup>185</sup> REAL, José Alberto, ROCHA, Manuel António e CASTRO, Augusto Mendes. *Viagem dos imperadores do Brasil em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1872, pp 10, 11.

<sup>186</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos” *op cit.*, p. 49.

*lugar de molhar os dedos numa taça de água-de-colónia – sabe-se isto – ensopou as mãos num tinteiro!*<sup>187</sup>

Ou seja, Eça de Queirós apenas utiliza a figura do Imperador para na verdade criticar a Universidade e os seus doutores.

Eça satirizou ainda com os eclesiásticos por estes estarem presentes no sarau do Paço, numa festa oferecida ao imperador povoada de “damas decotadas”, local impróprio e profano para padres. O escritor ainda fez pilhéria sobre os outros jornais que noticiaram a visita do Imperador a casa de Alexandre Herculano. Apesar de distintos e até opostos, todos esses episódios oferecem ao leitor efeitos cómicos ao por em relevo a diferença de costumes. Note-se que Eça utiliza sempre a mesma estratégia: destaca um pormenor para avaliar, no fundo, as várias instituições portuguesas. Esse pormenor, as vezes, é o próprio Imperador do Brasil.

Uma outra observação de Eça de Queirós prende-se com a iluminação que foi criada para iluminar as noites lisboetas. Enquanto os autores palacianos descrevem a iluminação com assombro (“Mais de quarenta mil pessoas, reunidas naquele local admiravam a prodigiosa exuberância de luz que deslumbrava os olhos, e oferecia um aspecto magnífico e original.”<sup>188</sup>), Eça enfatiza o efeito oposto: “a iluminação se recusou obstinadamente a resplandecer”<sup>189</sup>. O que a crónica queirosiana procura é dar destaque aos indivíduos que financiaram tal empreendimento, pois estes indivíduos teriam um único objectivo: receber do Imperador brasileiro uma condecoração. Mais uma vez, o que o discurso queirosiano demonstra é que o autor procura combater os inimigos da modernização portuguesa.

Passemos a outra questão. Um valioso estudo sobre esta questão da viagem do imperador e a recepção d’*As Farpas* no Brasil é a obra *Eça de Queirós agitador no Brasil*, onde Paulo Cavalcanti realiza uma vasta pesquisa nas bibliotecas e jornais Pernambucanos de 1872. No entanto, Cavalcanti atribui a Eça a autoria da crónica sobre o Barão de Minhinonhá que hoje sabemos pertencer a Ramalho Ortigão<sup>190</sup>. Na referida

---

<sup>187</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos” *op cit.*, p. 54.

<sup>188</sup> REAL, José Alberto, ROCHA, Manuel António e CASTRO, Augusto Mendes. *op cit.*, p. 326.

<sup>189</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos” *op cit.*, p. 66.

<sup>190</sup> cf. ORTIGÃO, Ramalho. *As farpas XII. Crónica mensal da politica, das letras e dos costumes (1871-1872)*. Lisboa: Clássica Editora, Novembro 1992, pp 179,180.

crónica, que consta no número *d'As Farpas* dedicado ao Imperador brasileiro, Ramalho troça dos nomes brasileiros como o de um barão de “Minhinhonhá”. Note-se que, no Brasil, os nomes de origem tupi-guarani eram adoptados devido à influência do nacionalismo introduzido pelo romantismo, cuja primeira corrente de valor foi o indianismo cultivado por autores como Gonçalves de Magalhães e José de Alencar. Os nomes exóticos indicavam normalmente uma localização geográfica relacionada de alguma forma à pessoa em causa. Elaborar tais títulos era uma atribuição do imperador, que seguia as regras da nobreza europeia (guardava a hierarquia dos títulos) mas inovava nas denominações.

Rafael Bordalo Pinheiro, pintor e caricaturista, que pertencia ao grupo intelectual de Eça e Ramalho, também retratou D. Pedro II, num desenho (que consta do *Álbum das Glórias* de 1880) e que ficou célebre: o monarca estava de pé, cofiando a barba, a esconder a maleta de onde saía o manto imperial. Ao lado, numa cadeira, a coroa e o ceptro, abandonados. Bordalo é, ainda, autor de um curioso folheto intitulado *Apontamentos sobre a picaresca viagem do Imperador Rasib pela Europa* (1872), que relata de forma humorística a viagem de D. Pedro II.

Cabe ainda assinalar que, depois de cinco anos da publicação *d'As Farpas*, no jornal portuense *A Actualidade*, do dia 4 de Julho de 1877, Eça altera o seu discurso e enfatiza a simplicidade como uma qualidade do Imperador do Brasil:

*O imperador do Brasil continua a ser o favorito, como aqui se diz, da sociedade de Londres. A sua actividade sobretudo é admirada: a pé desde as seis da manhã, não há instituição, museu, galeria, biblioteca, palácio, hospital, curiosidade, homem ilustre, que não visite, que não estude. Em todas as sociedades de que é feito membro, tem sempre uma palavra interessante a dizer, uma comunicação curiosa a fazer. Contudo isto, uma simplicidade quase plebeia.*<sup>191</sup>

---

<sup>191</sup> QUEIROZ, Eça de. *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*. Lisboa: Livros do Brasil, 2001, p. 236.

### 3.3 O imperador cidadão

E o teu povo infantil, o heróico povo,  
Que cisma e sonha em regiões distantes,  
Nesse mundo atlético ainda novo  
Que semelha paisagens de gigantes,  
Ele, aquém a secreta  
Asa da alma empurra para frente  
Ver-te-á morrer feliz, - como o poeta  
Que quis mais sol, para morrer contente.<sup>192</sup>

Gomes Leal.

A epígrafe que serve de ponto de partida para algumas reflexões sobre o imperador do Brasil foi retirada de um opúsculo escrito por Gomes Leal, logo a seguir ao atentado que D. Pedro II sofreu pelas mãos de um imigrante português, no Rio de Janeiro, no dia 15 de Julho de 1889. Mas as relações entre portugueses e brasileiros, na altura, seriam assim tão tensas no distante país tropical? Ao que tudo indica, a animosidade anti-lusitana foi um problema ao longo do Brasil Império, cujas causas não nos compete averiguar aqui.

Mas afinal, quem era D. Pedro II? Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Habsburgo nasceu em 1825, no Rio de Janeiro. Com apenas um ano, o pequeno príncipe ficou órfão de mãe. Aos cinco anos, o seu pai (D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal) abdicou do trono brasileiro, regressou a Portugal e concedeu-lhe o império brasileiro. Note-se a circunstância rara de paralelismo entre os representantes das Casas imperiais de Portugal e do Brasil no fim do século dezanove: estão unidos por fortes laços de parentesco; pertencem a mesma dinastia dos Bragança. De uma forma ou de outra, dos dois lados do Atlântico, os Bragança foram forçados a enfrentar toda a crise de modernização finissecular, o que é essencial para estabelecer um traço de união e não de separação de duas culturas irmanadas. D. Pedro II foi coroado imperador com apenas catorze anos (através do conhecido “golpe da maioridade”), aos dezassete casou-se com Teresa Cristina Maria<sup>193</sup>, foi deposto e exilado aos sessenta e cinco anos.

---

<sup>192</sup> LEAL, Gomes. *Protesto de alguém: carta ao imperador do Brasil*. Porto: Civilização, 1889, p. 11.

<sup>193</sup> Teresa Cristina Maria, princesa das Duas Sicílias, era Bourbon por parte de três dos seus avós e Habsburgo por parte da outra avó. Era quatro anos mais velha do que Pedro II, de cultura modesta, baixa e coxa. No entanto, mereceu a admiração do monarca.

*D. Pedro foi um Habsburgo perdido nos trópicos. Um homem de 1,90 m, louro, de penetrantes olhos azuis, barba espessa, prematuramente embranquecida, num país de pequena elite branca cercada num mar de negros e mestiços.*<sup>194</sup>

Ocupou o trono durante quase meio século, respeitando a constituição, e harmonizando os partidos políticos que rivalizavam no poder. Enfrentou uma disputa internacional (a Guerra do Paraguai) e várias rebeliões armadas internas. Num ambiente exótico, heterogêneo social e etnicamente, D. Pedro assegurou a unidade do vasto território e aboliu a escravatura.<sup>195</sup>

Educado para servir a monarquia, projectou uma imagem de um chefe de Estado culto. De facto, era um poliglota. Ao longo da vida aprendeu latim, francês, alemão, inglês, italiano, espanhol, grego, árabe, hebraico, sânscrito, provençal e tupi-guarani.

Já realçamos (na página doze) que D. Pedro era um verdadeiro defensor da liberdade de expressão e raramente alguém, no Brasil, era perseguido por suas opiniões. Na verdade, D. Pedro era uma vítima frequente dos ataques dos periódicos: ridicularizavam a sua fama de sábio, criticavam-lhe as viagens e o seu aspecto físico. Mas o monarca era muito tolerante com a imprensa e lia constantemente os principais jornais brasileiros. Por três vezes, durante o seu longo reinado, D. Pedro II ausentou-se do Brasil. Por carta, dirigiu alguns conselhos à filha Isabel, que sempre o substituiu como regente. Nestas cartas, o imperador enfatiza que deve existir liberdade de imprensa:

*Ainda falarei da imprensa e de qualquer outro meio de exprimir opiniões. Entendo que se deve permitir toda a liberdade nestas manifestações quando não se dê perturbação da tranquilidade pública, pois, as doutrinas expendidas nessas manifestações pacíficas ou se combatem por seu excesso, ou por meios semelhantes menos no excesso. Os ataques ao imperador, quando ele tem consciência de haver procurado proceder bem, não devem ser considerados pessoais, mas apenas manejo ou desabafo partidário.*<sup>196</sup>

---

<sup>194</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp 9,10.

<sup>195</sup> A emancipação dos escravos foi uma das principais questões discutidas ao longo do reinado de D. Pedro II. Optou-se pela adopção de reformas graduais: em 1850 foi abolido o tráfico de escravos; em 28 de Setembro de 1871 temos a “Lei do Ventre Livre”; em 1877 o governo promulga a Lei Saraiva Cotegipe, mais conhecida como “Lei dos Sexagenários”, que libertou os escravos com mais de sessenta anos mediante compensações financeiras aos seus proprietários; finalmente, com o imperador em viagem, é assinada a Lei Áurea, em 1888, que estipula a abolição total da escravatura.

<sup>196</sup> D. PEDRO II. “D. Pedro II à regente D. Isabel”, Conselhos aos governantes. Apresentação de Walter Costa Porto, Brasília: Senado federal, 1998, pp. 813,831 (p. 827), disponível em [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) (consulta realizada no dia 31 de Março de 2009).

O imperador brasileiro possuía uma verdadeira obsessão pela simplicidade e aversão as pompas e honrarias. Pensamos que foi esse o motivo pelo o qual manteve sempre o mesmo estilo de vestuário nas suas viagens ao exterior. Aliás, Eça e Ramalho não foram os únicos a satirizar os trajes do imperador. Consta que até a Condessa de Barral, Luísa Margarida de Barros Portugal (1818-1891), mulher culta e amante de Pedro II, achava que o imperador representava mal o Brasil ao usar sempre o mesmo jaquetão.<sup>197</sup> Lilia Moritz Schwarcz acrescenta que D. Pedro investiu nesta imagem de sobriedade depois da Guerra do Paraguai, de forma a parecer um cidadão do mundo associado à modernidade e a cultura:

*Com o seu jaquetão (...) d. Pedro se afastava da imagem do grande imperador e introduzia o modelo do famoso monarca francês Luís Filipe de Orléans, que ficou no poder de 1830 a 1848 e que abandonara as vestes majestáticas para se aproximar dos cidadãos e de um governo voltado para a burguesia local.<sup>198</sup>*

Quanto ao traço da duplicidade de carácter realçado ironicamente n' *As Farpas* por Eça de Queirós, destacamos que recentemente o historiador Murilo de Carvalho distinguiu as contradições de D. Pedro II:

*Revelava com clareza o conflito entre duas identidades, as de d. Pedro II e de Pedro de Alcântara. Este tinha paixão pelos livros, leituras, conversas com sábios, considerava o ofício de imperador um destino ingrato, uma pesada cruz, e os rituais o poder uma grande maçada. Era o Pedro que emergia com força assim que o monarca transpunha as fronteiras do país, transmutado num viajante comum. O outro, d. Pedro II, dizia que, uma vez que o destino lhe reservara o papel de imperador, ele o cumpriria rigorosamente, de acordo com a Constituição e com as leis do Brasil, onde era visto como um governante cioso de suas obrigações e de sua autoridade, ao ponto de concentrar excessivamente o poder e ofuscar todos os redor.<sup>199</sup>*

Consta que, apesar do abatimento, a posição de D. Pedro II em relação à república foi de simpatia e que não se queixou do golpe que sofreu no dia 15 de Novembro de 1889. No entanto, rejeitou os cinco mil contos que o governo brasileiro

---

<sup>197</sup> TEIXEIRA, Jerónimo. "No coração do império", *Veja*, (19 de Novembro de 2008), Edição número 2087, Rio de Janeiro, pp. 128,130.

<sup>198</sup> SCHWARZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 492.

<sup>199</sup> CARVALHO, José Murilo de. *op cit.*, pp. 80, 81

lhe ofereceu e partiu para o exílio com dificuldades financeiras. Aos sessenta e seis anos, em Paris, no dia 5 de Dezembro de 1891, o antigo monarca faleceu.

Dezanove anos depois de ter publicado os “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”, Eça de Queirós prestou uma homenagem ao imperador do Brasil, comparecendo nas exéquias solenes no dia 9 de Dezembro, na igreja da Madeleine, em Paris<sup>200</sup>. Uma cerimónia luxuosa (que D. Pedro II sempre recusou em vida) e que assinalou a despedida ao imperador.

### 3.4 O brasileiro

O jornal exerce hoje todas as funções malignas do defunto Satanás, de quem herdou a ubiquidade; e é não só o Pai da Mentira, mas o Pai da Discórdia.<sup>201</sup>

Eça de Queirós.

*As Farpas* publicadas em Fevereiro de 1872 não foram irónicas apenas com o Imperador do Brasil e, conseqüentemente, com a Casa de Bragança. Nesta publicação, logo nas primeiras páginas, encontramos um diálogo ficcional com o Imperador, onde Ramalho esclarece o pensa sobre o “brasileiro”:

*Conhece por certo Vossa Majestade o brasileiro de Minas Gerais, o de Mato Grosso, o do Catete, o da Tijuca e o da rua do Ouvidor: este não é o nosso brasileiro. Há dias liamos no registo dos leitores de uma biblioteca o seguinte: fulano de tal, profissão, brasileiro – naturalidade, Mesão Frio. Este, imperial senhor, é o nosso brasileiro.*<sup>202</sup>

Ou seja, Ramalho Ortigão confirma a particularidade do “brasileiro” oitocentista enquanto um “torna-viagem” que correspondia ao estereótipo do regresso do filho da terra, que ao voltar rico alimentava o seu próprio mito e incentivava a imigração. Tal estereótipo também era conhecido do outro lado do Atlântico, como prova a ficção de

---

<sup>200</sup> CARVALHO, José Murilo de. *op cit.*, p. 239.

<sup>201</sup> QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de Fradique Mendes*. Lisboa: Livros do Brasil, 2002, p. 223.

<sup>202</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos” *op cit.*, p. 22.

Machado de Assis, que no *Memorial de Aires* faz uma referência directa ao facto: “algunhado brasileiro em Lisboa, como outros da própria terra, que voltam daqui.”<sup>203</sup>

Passemos à observação do discurso queirosiano n’*As Farpas* de 1872. O texto original é uma fonte de mensagens duplas que permitem distintas interrogações:

*Nós temos o Brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, modo ricaço, arrastando um pouco os pés, burguês como uma couve e tosco como uma acha, pescoço suado, colete com grilhão, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a voz fina e adocicada, ar desconfiado e um vício secreto. É o brasileiro: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances satíricos: o gordalhufo amoroso das comédias salgadas: é o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos: é o marido de tamancos traído – dos epigramas.*<sup>204</sup>

Inegável é o tom áspero que Eça trata o brasileiro: grosso (possivelmente como sinónimo de bêbedo ou grosseiro); utiliza uma derivação com o sufixo *-aço* para falar de um homem rico, o que aumenta a carga pejorativa da palavra. Eça acentua o tom trigueiro, moreno, e compara o brasileiro a um pedaço de madeira tosca para o lume. O pescoço está suado o que sugere trabalho braçal e transporta o “grilhão” no colete que nos remete para uma imediata associação ao ouro (ou à escravatura). A voz é fina e adocicada em oposição ao corpo: gordalhufo e barrigudo. Todas estas características apontam, sem dúvida, para um ser singular e repugnante. Qual será a ligação deste tipo ao português? Para já, um aspecto inicial prende-se com a utilização da pessoa verbal e do verbo “ter”: “nós temos”, o que indica uma ideia de pertença.

O discurso queirosiano sobre o brasileiro prossegue de forma mordaz: ninguém ousa ir para um hotel onde se acolhem os brasileiros; não há nenhuma qualidade de valor nesse ser; e até a linguagem comum é motivo de sátira: “Se fala aquela linguagem que parece o português – com açúcar, a hilaridade estorce-se!”<sup>205</sup>. Note-se, desde já, que na nossa opinião foi essa frase que deu origem ao aforismo, tantas vezes repetido: “no Brasil fala-se português com açúcar”. Ora, no seu contexto original o termo “açúcar” pode não estar relacionado apenas com o falar afável e suave dos brasileiros, mas

---

<sup>203</sup> ASSIS, Machado. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Editora Escala, s/d, p. 60.

<sup>204</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”, *op cit.*, pp. 83,84.

<sup>205</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”. *op cit.*, p. 86.



constituir uma referência depreciativa relacionada com o principal produto de exportação do Brasil colônia: o açúcar; como algo viscoso e pegadiço.

Cabe, então, a seguinte questão: este texto queirosiano retrata o brasileiro “brasílico” ou o português que emigrava para o Brasil e regressava rico? Concordamos com Carlos Reis que admite uma certa dualidade na crónica em questão:

*Logo n’As farpas, Eça investe sobre o Brasil: os visados são o imperador d. Pedro II, em viagem pela Europa, e a figura do “brasileiro”, que, sendo consabidamente um português de torna-viagem, não se liberta das marcas de uma certa “brasilidade” de circunstância.<sup>206</sup>*

Um exemplo paradigmático dessa “brasilidade de circunstância” é a referência que Eça faz a Guerra do Paraguai: “O seu maior feito – a vitória do Paraguai – mereceu em Portugal este dito célebre que corria as ruas: o Brasil encheu-se de glória, oh Brasil dá cá o pé!”<sup>207</sup>. Ora, por um lado, quem participou na Guerra do Paraguai foi o brasileiro brasílico. Mas, por outro lado, na mesma crónica, Eça de Queirós faz uma referência clara ao “torna-viagem” ao mencionar os “tamancos com que embarcou a bordo do patacho Contância”.<sup>208</sup> A questão oferece uma fonte inesgotável de interrogações, mas o prosseguimento da análise crónica poderá comutar algumas dúvidas.

De facto, com a continuação da crónica (que faz uma crítica aos que estiveram a rir da figura do “brasileiro”) torna-se clara a ideia principal de todo o texto. Ou seja, qualifica o Brasil como um prolongamento de Portugal:

*Pois bem! É uma torpe injustiça que seja assim. E nós portugueses fazemos facciosamente mal em nos rirmos dos brasileiros! – Porque enfim, eles vêm de nós! As suas qualidades tiveram o seu germen nas nossas qualidades. Somente neles alargaram, floresceram, frutificaram: em nós estão latentes e tácitas. O brasileiro é a expansão do português.<sup>209</sup>*

---

<sup>206</sup> REIS, Carlos. “Leitores brasileiros de Eça de Queirós: algumas reflexões”, *Ecos do Brasil*. Eça de Queirós. Org Benjamin Abdala Júnior. São Paulo: Senac, 2000 (23,37), p. 26.

<sup>207</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”. *op cit.*, p. 86.

<sup>208</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”. *op cit.*, p.85.

<sup>209</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”, *op cit.*, p. 87.

A ideia que desse testemunho se colhe é esclarecedora. Afinal, Eça critica tanto o português como o brasileiro: “o Brasil é Portugal – dilatado pelo calor”<sup>210</sup>. A explicação queirosiana para o fenómeno evoca uma analogia simples: os portugueses seriam o gérmen e os brasileiros o fruto. Tal raciocínio demonstra o imaginário colectivo da época, onde o Brasil é visto como uma criação de Portugal, logo as duas nações apresentam muitos pontos em comum:

*Lá fora não nos distinguem: acham-nos quase a mesma cor, o mesmo feitio, o mesmo tosco – mas é quase: é que nos acham mais acanhados, mais apagados sobre nós, mais concentrados. É como um ananás de estufa: é o aroma, o sabor, a cor, a forma do ananás – mas não tem a forte seiva, a viva florescência: em nós também, acha-se o Brasileiro sem a sua expansão, é o Brasileiro com as cores desbotadas. É que o Português é o Brasileiro de estufa!*<sup>211</sup>

A crónica queirosiana prossegue advertindo os portugueses do perigo do sol, que faz florescer o brasileiro, compara-o a uma ténia e pede que o “português veja no brasileiro o que ele é: um português que alargou ao sol.”<sup>212</sup> Entre o “reino da batata e a nação da banana” ambos “são dignos um do outro!”<sup>213</sup> Com esse discurso, o autor está novamente empenhado em estabelecer pontes de contacto entre as duas culturas, mas é um texto onde é necessário ler nas entrelinhas para atingir as vozes de um imaginário colectivo que se desdobra num extenso palimpsesto.

Finalmente Eça, sempre irónico, encerra a sua crónica dirigindo-se aos brasileiros:

*Brasileiros, se estas páginas risonhas forem levadas por um vento feliz às vossas chácaras, lede-as sem rancor, entre o ruído dos engenhos e o bocejar da sinhá. Nós queremos-vos delicadamente bem. Se a nossa pena ri em torno de vós – a nossa filosofia aplaude-vos. (...) Nós sorrimo-nos dos vossos coletes, amamos o vosso trabalho e comemos os vossos doces. Vós tendes qualidades fortes, duradouras, boas para alicerce da vida! E*

---

<sup>210</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”, *op cit.*, p. 88.

<sup>211</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”. *op cit.*, pp. 88,89.

<sup>212</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho. “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”. *op cit.*, p. 95

<sup>213</sup> *Ibid.*

*depois vós dai-nos dinheiro! vós proveis-nos de papagaios! São coisas que não se esquecem!*<sup>214</sup>

Em síntese, podemos afirmar que esta crónica projecta a ambiguidade do que seria, em 1872, o brasileiro para Eça. No entanto, poderemos aperceber-nos do essencial: de uma forma ou de outra, ao atacar o brasileiro, Eça estabelece o paralelo e critica também o português. De forma a procurar justificar esta afirmação, socorremos do pensamento de Elza Miné que sublinha que Queirós não poderia estabelecer maiores aproximações com o Brasil, por isso “evidencia-se nas suas colaborações como correspondente, que é Portugal que está sempre pelo avesso. O Brasil é uma entidade remota, vaga, esparsamente referida.”<sup>215</sup>

Acresce que estas caricaturas repercutiram no Brasil, sobretudo em Pernambuco. Nos quadros do Império, Pernambuco era um dos estados mais desenvolvidos. O elemento português predominava no comércio de géneros alimentícios e as novidades de Portugal apareciam na imprensa da capital, Recife, como testemunha Tobias Barreto: “Ainda os volumes estão na alfândega; o comércio bibliopólico ainda não abriu a factura de sua nova mercadoria, e já troam por toda a parte as bombas encomiásticas da obra gigantesca!”<sup>216</sup> Além desse interesse por tudo o que chegava do estrangeiro, do outro lado do Atlântico, a reflexão sobre a ideia de nacionalidade dominava o pensamento:

*No começo do século atual(...) uma só idéia absorve todos os pensamentos, uma idéia até então quase desconhecida; é a idéia da pátria; ela domina tudo, e tudo se faz por ela, ou em seu nome. Independência, liberdade, instituições sociais, reformas políticas, todas as criações necessárias em uma nova nação, tais são os objetos que ocupam as inteligências, que atraem a atenção de todos, e os únicos que ao povo interessam.*<sup>217</sup>

Trata-se do período de emancipação cultural brasileira, onde era importante estabelecer o sentido de unidade nacional. Ora, se existia um grande interesse em perceber o que era o Brasil, enquanto pátria, uma crónica sobre quem eram os

---

<sup>214</sup> *Ibid.*

<sup>215</sup> MINÉ, Elza. *Páginas Flutuantes*. São Paulo: Atelie Editorial, 2000, p. 20.

<sup>216</sup> BARRETO, Tobias. *Ensaio e estudos de filosofia e crítica*. Pernambuco: Edição de José Nogueira de Souza, 1886, p. 48.

<sup>217</sup> MAGALHÃES, Gonçalves. “Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil, Estudo Preliminar”, *Niterói, Revista Brasiliense*, Tomo I, nº 1, 1836. ([www.filosofiabrasileiracefib.blogspot.com](http://www.filosofiabrasileiracefib.blogspot.com)), consulta realizada no dia 20 de Maio de 2009.

No nosso entender, a crónica dirigida ao presidente da província de Pernambuco, em forma de epístola, procura sobretudo atenuar a polémica. Ramalho começa por referir que os redactores *d'As Farpas* leram no *Diário de Notícias* algumas informações que davam conta dos descatos ocorridos cidade de Goiana e que se encontra surpreendido por “três tiras de folhetim” pudessem ter originado tal confusão. Note-se que “as três tiras de folhetim” na verdade correspondem a noventa e seis páginas.

Ramalho procura enfatizar a ideia de que a utilização dos textos *d'As Farpas* serviu apenas de pretexto para toda a agitação que ocorreu em Goiana:

*Além da influência das Farpas, há outra coisa. Há. E o que há v. ex.<sup>a</sup> sabe-o superfluamente. Há – que nessas províncias semi-bárbaras onde só há interesses e instintos, as relações entre os homens estão entregues ao acaso muscular da brutalidade: há que entre portugueses e pernambucanos sempre tem havido desordens regulares e periódicas: há que o comércio de Pernambuco está nas mãos e nos cofres dos portugueses que, mais activo ou mais inteligentes, o arrancaram dos cofres e das mãos pernambucanas.*<sup>225</sup>

Ramalho prossegue e afirma que “o brasileiro detesta o português”<sup>226</sup> e que Pernambuco é uma província bárbara. Argumentos fáceis de perceber. Afinal, o Brasil na altura aprende a ser independente de Portugal e não carrega, ainda, nenhum passado: é bárbaro (não tem civilização); logo, só pode ter futuro.

Uma outra observação referente a esta polémica diz respeito ao comentário elaborado por João C. Reis que, a propósito do efeito *d'As Farpas* no Brasil, afirma que advieram “consequências desastrosas para a comunidade portuguesa de Minas”<sup>227</sup>. Um lapso geográfico repetido ao longo do texto.

Concordamos com a interpretação comum de que o que irritou Eça de Queirós na polémica com Pernambuco não foi propriamente o uso político-ideológico de seu texto no Brasil, senão a apropriação indébita de seus direitos de autor, uma vez que chegaram a copiar, imprimir e vender *As Farpas* no Recife. Note-se, inclusive, que n'*As Farpas* de Abril de 1872 há uma referência directa a um exemplar, saído dos prelos pernambucanos, que indicava os nomes de Eça e Ramalho associados um editor brasileiro: Manuel Rodrigues Pinheiro.

---

<sup>225</sup> RAMALHO, Ortigão. *As farpas* XIII. Lisboa: Clássica editora, p. 64.

<sup>226</sup> RAMALHO, *op cit.*, p. 65.

<sup>227</sup> REIS, João. *Polémicas de Eça de Queiroz*. Volume II. Odivelas: Europress, 1986, p. 167.

Inquestionável é que tais factos, por si só, comprovam uma participação de Eça de Queirós, ainda que indirectamente, na transformação política da vida brasileira. Sua escrita mordaz efectivamente instigou a crítica à monarquia e despertou sentimentos nacionalistas. Nesse aspecto, nosso entendimento vai ao encontro da bibliografia existente sobre a famosa polémica.

Mas, no entanto, julgamos ser útil acrescentar algo às explicações correntes, entendendo que este ponto de vista político só nos parece inteiramente fundamentado se explorarmos mais a fundo o carácter analítico da sua crítica. Eça escreveu a crónica sobre o “brasileiro” de forma ambígua, tanto para criticar o português como para demonstrar que não concordava com a forma da vida do brasileiro. Note-se, desde já, o que Sampaio Bruno destacou: “o brasileiro tornara-se para o português o tipo de um grotesco infinito. De longe se lhe atribuíam todos os vícios, todos os dislates, toda a sordidez possível e impossível (...) Dava-se uma coisa insensata: Portugal não tomava a sério o Brasil.”<sup>228</sup> Esta era justamente a imagem que o jovem Eça tinha do Brasil. No entanto, para Bruno, “o nosso brasileiro – assim lhe chamamos, porque nosso seja. Nosso pela origem, pelas inclinações, pelos costumes. É o português repatriado. É o torna - viagem.”<sup>229</sup> Enquanto para Eça de Queirós, no texto original d’*As Farpas* de 1872, como já referimos, as características do brasileiro nato e do “torna - viagem” estão mescladas. Eça de Queirós realiza um “recorte” da realidade e são seleccionadas apenas algumas características consideradas pertinentes para a sua representação do brasileiro.

E, neste contexto, é inegável que a realidade cultural brasileira é tida por Eça como inferior em relação à cultura de origem (portuguesa), mas situa-se igualmente no interior dessa cultura portuguesa.

Então, como explicar essa “brasilidade” de circunstância que podemos aperceber-nos nos textos d’*As Farpas*? O que importa assinalar é que, se o brasileiro era, para Eça de Queirós, um ser sem carácter (característica reforçada quando praticava tranquilamente a apropriação indébita de seus textos) isso se devia ao facto de ser possível “atribui-lhes negócios de negro”<sup>230</sup>, ou seja, porque se apropriava de maneira indébita do trabalho alheio; porque ainda era escravocrata num mundo em que isso não

---

<sup>228</sup> BRUNO, Sampaio. *op cit.*, p. 44.

<sup>229</sup> BRUNO, Sampaio. *op cit.*, p. 46.

<sup>230</sup> QUEIRÓS, Eça de e ORTIGÃO, Ramalho “Faustos da Peregrinação de sua Majestade o Imperador do Brasil por estes Reinos”, *op cit.*, p. 85.

tinha mais sentido. Trata-se, portanto, da problemática referente à identidade cultural brasileira, o que implica a desconstrução de uma sensibilidade contraditória que admite, no âmbito de um projecto de emancipação e modernização da cultura, uma sociedade livre na qual se mantém a coexistência de homens livres e escravos.

De forma a justificar esta hipótese, vamos recorrer ao estudo elaborado por Alberto Machado da Rosa para a apresentação do seu livro *Prosas esquecidas V*, que procura demonstrar que o vínculo existente entre os ideais defendidos por Eça n'*As Farpas* foram sistematizados, quatro anos antes, na redacção do *Distrito de Évora*<sup>231</sup>. De facto, a ideia de que o Brasil seria um prolongamento de Portugal já está patente no *Distrito de Évora*: “Portugal em toda a sua história tem sempre provado que não é necessário que um povo seja numeroso para ser grande. Ainda que pequeno soube disseminar-se pelo mundo e criar outros povos. E um deles é o Brasil.”<sup>232</sup> E a noção de aversão ao sistema de exploração escravocrata também está presente, ainda que entrelinhas, na folha alentejana: “Na Europa ainda não foi abolida a política de invasão e conquista (...) a velha política conquistadora com todos os seus horrores, as suas agonias, as suas ruínas.”<sup>233</sup>

Uma outra nota, ainda, que diz respeito ao contexto das ideias queirosianas relativas ao sistema escravocrata, prende-se com o relatório sobre emigração que o Eça diplomata escreveu a pedido de João de Andrade Corvo em 1874. Ao falar sobre o Brasil, o escritor assinala que o “grande defeito” existente na organização do trabalho passa por duas vertentes: “Além do trabalho dos negros, que afasta inevitavelmente o trabalho europeu, o sistema de parcerias (...) era uma contrariedade ao êxito das colonizações.”<sup>234</sup>

---

<sup>231</sup> ROSA, Alberto Machado da. *Prosas Esquecidas V*. Lisboa: Editorial Presença, 1966, pp. 72,74.

<sup>232</sup> QUEIROZ, Eça de. *Da colaboração no “O Distrito de Évora” III*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000, p. 190.

<sup>233</sup> QUEIROZ, Eça de. *Da colaboração no “O Distrito de Évora” II*. Lisboa: Livros do Brasil, 2000, p. 76.

<sup>234</sup> QUEIRÓS, Eça de. *A emigração como força civilizadora*. Prefácio e fixação do texto: Raul rego. Nota introdutória: Isabel Pires de Lima. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p.142.

### 3.5 Controvérsias impressas

Papel, amigo papel, não recolhas tudo o que escrever esta pena vadia.<sup>235</sup>

Machado de Assis.

Ainda no que respeita à polémica suscitada pelas *Farpas* ocupar-nos-emos, agora, de alguns panfletos insultuosos que foram publicados dos dois lados do Atlântico. No contexto do romantismo brasileiro ainda estavam muito vivas as lutas pela liberdade e a antiga pendência entre portugueses e brasileiros. Daí saiu, com certeza, a publicação d'*Os Farpões e os Bandarilheiros de Portugal*, resposta cabal aos senhores Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, autores d'*As Farpas* ou “Fastos da peregrinação de sua majestade o imperador do Brasil pelo reino de Portugal”, que circulou no Recife, como expressão de uma reacção imediatista contra *As Farpas* de Eça e Ramalho. Seu autor, José Soares Pinto Corrêa, parodiou as crónicas lisboetas sobre o imperador e os brasileiros, atacando os portugueses imigrantes, chamando-os de parrudos, carroceiros, caixeiros de loja de fazenda ou retrosaria, o que de facto dizia respeito a algumas das actividades exercidas pelos lusitanos no Brasil.

Ao contrário do que o nome poderia induzir, os *Farpões* tem uma pequena dimensão: o livrinho mede apenas cerca de uns quinze centímetros. O exemplar, raro, que nós consultamos, é composto por cinquenta e nove páginas que foram impressas na tipografia Comercial de Geraldo H. de Mira, na Rua Estreita do Rosário, número 12, no Recife. A estratégia principal de Pinto Corrêa é conseguir uma representação negativa do português. Trata-se de uma reacção imediatista à crónica mensal da política, das letras e dos costumes lisboeta. Para atingir os seus objectivos o autor realizou uma alteração do discurso original d'*As Farpas* e, no cruzamento das vozes, tentou fazer surgir uma visão positiva do Brasil e do brasileiro, sendo de assinalar que o texto só funciona porque apela ao intertexto com *As Farpas*, à memória dos leitores, prolongando-se em novas significações. É um texto que funciona como uma espécie de código secundário, como uma metamorfose paródica do original.

As primeiras doze páginas, onde está clara toda a revolta que José Pinto Corrêa pretende expressar, compõem o que o autor chama de “Algumas palavras em forma de

---

<sup>235</sup> ASSIS, Machado. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Editora Escala, s/d, p. 34

prólogo”. Justamente nesse prólogo encontramos um dado curioso - ao explicar o seu patriotismo, Pinto Corrêa faz uma alusão às *Farpas* (provavelmente contra-feitas) que circularam pelo Recife:

*Bem sei que não me competia a mim, qual o súbdito brasileiro mais obscuro, responder aos Senhores Ramalho Ortigão e Eça de Queirós; porém, sentindo em meu peito o palpar de um coração animado pelos mais santos princípios de patriotismo (...) não pude conter-me na órbita que me prescreve a modéstia e a minha educação, ao ler, um livreto que actualmente corre entre nós, segunda edição de uma edição portuguesa.*<sup>236</sup>

Ou seja, o próprio autor pernambucano assume que há várias edições d’*As Farpas* a circular pelo Recife, facto que tanto irritou Eça e Ramalho.

A justificativa de Pinto Corrêa para a elaboração dos *Farpões* é sustentada pelo seguinte argumento: “não ofenderam somente ao chefe dos brasileiros, não; ofenderam directa e positivamente a nação – ao povo brasileiro!”<sup>237</sup> Assim, sentindo-se profundamente injuriado pelas *Farpas*, o autor pernambucano decidiu empenhar a sua escrita para dar voz aos habitantes do Brasil: “Esta voz é o indígena americano, é o caboclo, é jubilosamente falando o Brasil!”<sup>238</sup> Pretendendo humilhar os autores d’*As Farpas*, José Corrêa afirma que em virtude de sua pobreza, os portugueses dependiam da compra de seus livros pelos brasileiros e começa a elogiar o Imperador do Brasil:

*Bem compreendo do que necessitam esses dois parasitas sociais. Coitados! Querem dinheiro (...) e lá não vegeta a árvore das patacas como os portugueses acreditam que ela floresce cá no Brasil. Se vós quereis dinheiro, porque não pedistes ao Monarca brasileiro? Ele é generoso por demais, e ainda mais o seria convosco por serdes dois estrangeiros de um canto da Europa.*<sup>239</sup>

Ainda no prólogo, o autor sublinha alguns conceitos que aludem à liberdade de imprensa e questiona os autores d’*As Farpas* procurando empregar argumentos semelhantes aos de Eça e de Ramalho Ortigão. Há uma nítida reprodução do léxico alheio:

---

<sup>236</sup> CORRÊA, José Pinto. *Os Farpões. Ou os bandarilheiros de Portugal: resposta cabal aos srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz*. Recife: Tipografia Comercial de Geraldo H. de Mira, 1872, p. V.

<sup>237</sup> *ibid*

<sup>238</sup> CORRÊA, *op cit.*, p. VI

<sup>239</sup> *ibid*



*Dizei que o brasileiro é entre vós o tipo de caricatura mais francamente popular. Bem; os portugueses entre todos os povos do mundo, não só são o tipo de caricatura mais francamente grotesca, como também o sinónimo mais manifesto da estupidez! Vos serve a resposta?*<sup>240</sup>

Algumas destas ideias encontram-se subjacentes a conflitos anteriores. De facto, desde a chamada guerra dos Mascates (1710-1711) que o sentimento autonomista e antilusitano estão presentes na província de Pernambuco. Trata-se de reavivar uma questão complexa:

*Bem, o português é o personagem típico do brasileiro por ser: estúpido, rubro com tons de binho verde, modo agiota, batendo muito com as patas de organização metálica, burguês como um porco e tosco como uma broa, pescoço nauseabundo, colete de sarrapilheira, chapéu bem largo enterrado pela cabeça sebosa, guarda-sol enorme e de cor dúbia, a voz roquenha e inteligível, ar assombrado e muitos vícios secretos. Vai vos agradando?*<sup>241</sup>

Depois de ter comparado o português ao “figurão obeso e indolente dos desenhos das tabuletas das casas de pasto” e ao “marido de sapatões taxeados traído”<sup>242</sup>, Pinto Corrêa aborda a questão do racismo:

*Quando dissestes que o brasileiro é grosso e trigueiro, tons de chocolate, o quisestes chamar negro, não é assim? Pois atendei: A quem deve o Brasil o bárbaro e humilhante (...) monopólio da escravatura, senão aos portugueses, que movidos pela ambição e pelo egoísmo que lhes é natural, cativaram homens que nasceram tão livres como eles?*<sup>243</sup>

Finalmente dá-se início ao texto principal. A dedicatória não deixa dúvidas: “Aos Srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queirós lapuzes tediosos do carunchoso e decrepito Portugal”. Note-se, ainda, a presença de uma advertência entre parêntesis, que explica que o autor vai utilizar, na maior parte das vezes, frases similares às d’*As Farpas*. O tom expresso no texto é muito semelhante ao prólogo e usa-se muito o trocadilho. Assinalamos, então, no discurso do pernambucano os seguintes aspectos: respondendo àqueles que o ofenderam o autor prefere manter a distância e por isso, começa por trata-los por VV. SS.; na sátira brasileira Pinto Corrêa realiza a simulação

---

<sup>240</sup> CORRÊA, *op cit.*, p.

<sup>241</sup> *ibid*

<sup>242</sup> *ibid*

<sup>243</sup> CORRÊA, *op cit.*, pp. X, XI.

de uma viagem (como num jogo de faz de conta) ao Brasil do rei D. Luís I. A troça é constante: D. Luís I parte para a América com a “bagagem às costas”<sup>244</sup>. Todas as comparações que Eça e Ramalho utilizaram nos *Fastos da peregrinação de sua majestade o imperador do Brasil por estes reinos* são aproveitadas e nem o traje real não foi poupado: “Andou bem não vestindo casaca senão para o baile dos – carne secas – da rua da Praia e, não pondo lenço branco absolutamente nunca.”<sup>245</sup>. O prato mais cobiçado eram as “iscas com fava-rica”<sup>246</sup> e o monarca luso andou sempre acompanhado por uma caixa de pinho:

*É uma caixa de pinho pequena, pintada de azul, com um cadeado que a fecha, e uma argola na tampa. É por ali que ele a segura. Na outra mão trazia às vezes a réstia de cebolas. Muitas vezes foi visto sem as cebolas, sem a caixa de pinho nunca! (...) Muitas opiniões se erguem em torno dessa caixa de pinho fechada. Que continha ela? Uns querem que ela tivesse no seu seio conhaque e binho verde: outros afirmam que ela continha fava-rica; outros, mais profundos, sustentam que dentro havia devassidão; outros, mais discretos, afirmam que dentro não havia nada!*<sup>247</sup>

A questão dos maridos traídos não ficou esquecida. Eis parte da resposta, que começa por acentuar o lado valente dos brasileiros:

*Vindo Sua Majestade ao Brasil encontrou pelos sertões que visitou homens sanguíneos, de elevada corpulência e de rijos músculos, que caçam onças, que lançam bravos novilhos durante semanas inteiras, suportando as maiores fadigas e perigos, encontrou também mulheres de cabelos negros, compridos até as curvas das pernas, solidamente bem constituídas (...), que são fecundas sem ficarem doentes, e acompanham valorosamente os seus maridos nas mais longas e perigosas viagens, sem terem fadiga, nem medo.*<sup>248</sup>

A sátira pernambucana oferece muitos momentos de ecos irônicos, onde identificamos claramente uma alteração do discurso original *d’As Farpas*: “Atenção leitores. O rei de Portugal quando esteve entre nós, era alternadamente e

---

<sup>244</sup> CORRÊA, *op cit.*, p. 16

<sup>245</sup> CORRÊA, *op cit.*, p. 18

<sup>246</sup> CORRÊA, *op cit.*, p. 19.

<sup>247</sup> CORRÊA, *op cit.*, p. 28

<sup>248</sup> CORRÊA, *op cit.*, p. 20

contraditoriamente – Sr. Luís de tal e D. Luís I.”<sup>249</sup> Um outro exemplo: “num sarau oferecido ao Rei (...) todos os carroceiros portugueses assistiram a tal sarau.”<sup>250</sup>. Uma outra formulação transforma a visita de D. Pedro à casa de Alexandre Herculano na visita de D. Luís ao comerciante chamado Zé Redondo: “Sua majestade real visitou o sr Zé Redondo. Isto é inteiramente incontestável (...) No que porém a opinião está radicalmente desacordada é a cerca do lugar em que o Rei português visitou o seráfico comerciante.”<sup>251</sup> A iluminação do Rossio transformou-se na iluminação do Cajueiro, e o Rei D. Luís até teve direito a uma música, cantada por alguns “moleques”: “A sociedade da Rosa/Teve uma ideia feliz/ De colocar um monarca/ Na ponta de um chafariz!”<sup>252</sup>

A comparação do brasileiro com o português dá lugar a uma outra comparação insólita:

*E o português é o parrudo encolhido. O português está para o parrudo como o paio da vitela está para a perna da vitela. (...) É o sol que fecunda os portugueses. O Chiado sob o sol dá sem tirar nem por uma grandíssima pamonha de breido com azeite de palma!*<sup>253</sup>

A estratégia de conferir credibilidade ao discurso d’*As Farpas* também é utilizada de forma a acentuar o carácter do brasileiro:

*Ora efectivamente existe no Rio de Janeiro o tal Barão de Minhinhonhá. É bem feito que os srs Ramalho e Eça nos insultem, que é para aprendermos e não sermos tolos. Se o Brasil não condecorasse a esses labregos, não tinham eles o requintado desaforo de nos pagar mal.*<sup>254</sup>

Finalmente a despedida é, mais uma vez, uma cópia do discurso queirosiano transformado. Pinto Corrêa segue, passo a passo a estrutura do texto de Eça e inverte os papéis. No entanto, no fim, os *Farpões* inovam num aspecto: há uma imagem, um pequeno desenho, onde um homem carrega às costas uma imensa caixa de pinho.

A polémica continuou nos dois lados do Atlântico, até alcançar o paroxismo das exacerbações: em Lisboa, surgem objecções a *Os Farpões* e uma carta ao Ministro do

---

<sup>249</sup> CORRÊA, *op cit.*, p. 27

<sup>250</sup> CORRÊA, *op cit.*, p. 39.

<sup>251</sup> CORRÊA, *op cit.*, p. 43

<sup>252</sup> CORRÊA, *op cit.*, p. 47.

<sup>253</sup> CORRÊA, *op cit.*, p. 52,53.

<sup>254</sup> CORRÊA, *op cit.*, p. 48

Brasil; no Recife, novos folhetins de contestação, como *As Frechas*; e uma carta escrita de Portugal e assinada por autor desconhecido para o director dos *Farpões*, insultuosa para os brasileiros.

Em Lisboa publicou-se, ainda, um panfleto anónimo, de oitenta e oito páginas, intitulado *Duas palavras aos leitores das Farpas de Dezembro de 1872*, por um brasileiro. Outro panfleto, cujo título é *As Farpas brasileiras, protesto por um patriota* foi editado no Rio de Janeiro. Apesar de distintos, o tom é sempre o mesmo: indignação e protesto contra *As Farpas* de Fevereiro de 1872.

O panfleto *Duas palavras aos leitores das Farpas* é, no entanto, mais objectivo e refere sempre Ramalho Ortigão como responsável pela autoria dos textos de 1872. *As farpas brasileiras* são mais emotivas. Segundo informações da biblioteca do Senado Federal do Brasil, a autoria d'*As Farpas brasileiras* é atribuída a Albino dos Santos Pereira. A biblioteca do Senado Federal de Brasília remete este esclarecimento à Livraria Kosmos, do Rio de Janeiro.

Ainda no que respeita ao folheto *Duas palavras aos leitores das Farpas*, cabe assinalar que Ramalho Ortigão produziu uma análise sobre este escrito que foi publicada em Março de 1873. Nesta análise, Ramalho começa por referir que foram distribuídos milhares destes exemplares em Lisboa. A seguir elabora uma reflexão sobre a produção, o comércio, a instrução pública, o trabalho e a indústria do país irmão, refutando sempre as acusações do anónimo brasileiro. Ao responder, ainda, ao opúsculo brasileiro, Ramalho acrescenta que todas as afirmações que constam n'*As Farpas* estão de acordo com o que foi veiculado por vários viajantes de prestígio e que não se sente intimidado pelos folhetos brasileiros:

*1.º Nem um só, nem um único facto asseveramos a respeito do Brasil, que antes de nós não tivesse sido clara e positivamente afirmado na Imprensa da Alemanha, da Suíça e da França, por diferentes viajantes. (...) 2.º Não estamos resolvidos a subordinar a opinião de que nos achamos convencidos, nem à vontade, nem aos conselhos, nem às ameaças de ninguém.*<sup>255</sup>

Inegável é que se registaram excessos em todos os impressos brasileiros. Note-se que estes opúsculos servem como testemunhas de uma época que expressa os sentimentos antigos, mas ainda latentes, de animosidade contra os portugueses.

---

<sup>255</sup> ORTIGÃO, Ramalho. "Um folheto brasileiro – Duas palavras aos leitores das «Farpas» – breve análise deste escrito." *As farpas*. X. Lisboa: Clássica editora, 1992, (87-94), pp 93,94.

Em síntese, podemos afirmar que, na nossa opinião, a maior parte das reacções aos textos d'*As Farpas* não passaram de uma reacção nativista e momentânea. Os autores dos panfletos que sentiram a nacionalidade brasileira atacada não compreenderam que Eça (acompanhado por Ramalho) estava, no fundo, a combater os que resistem à ideia de modernização em Portugal. Era necessário criticar as tradições e instituições. Assim, o imperador do Brasil e o brasileiro foram atingidos como uma extensão do problema.

No entanto, acresce ainda que em Portugal também surgiram algumas reacções contra *As Farpas*, como a do escritor Camilo Castelo Branco. Ora esta reacção encerra uma relevante questão: note-se que quando Camilo recebe o imperador do Brasil D. Pedro II na sua casa de São Lázaro no Porto, ele manda queimar o romance *A Infanta Capelista* justamente por este romance relatar as tradições vilipendiosas da casa de Bragança. Ou seja, o escritor acaba com uma obra para não parecer ingrato aos olhos de um representante dos Bragança. Em carta dirigida a António Feliciano Castilho, Camilo argumenta: “Se eu, em muita humildade, visitasse um outro, e ele me esbofeteasse publicando a vida repreensível de meus avós, que nome daria eu ao vilão?”<sup>256</sup> Enfim para Camilo, entre Brasil e Portugal, estava bem marcada a ligação à casa de Bragança.

Também é inegável que foi Camilo que popularizou o termo “brasileiro” como corresponde ao emigrante português de regresso a terra natal. Luciano Cordeiro, no seu estudo sobre Castelo Branco, aponta justamente esta característica: “difícil será encontrar livro dele cujos caracteres de acção não andem circunscritos ao seguinte: o pseudo-brasileiro ricaço, labrego, cínico e comendador, o janota devasso, pretensioso, ridículo”.<sup>257</sup>

Pode-se ver que no universo de Castelo Branco o Brasil merece, no mínimo, alguma preocupação. Neste contexto surge a carta de 10 de Abril de 1872, onde o escritor manifesta a sua tristeza:

*Tenho lido com espanto e até com lágrimas no coração, o que por aí se imprime contra o Imperador. A garotice das Farpas não tem sequer*

---

<sup>256</sup> BRANCO, Camilo Castelo. *Cartas dispersas*. Coligidas e anotadas por Castelo Branco Chaves. Porto: Campo das Ideias, 2002, p. 117.

<sup>257</sup> CORDEIRO, Luciano. *Livro de crítica. Arte e literatura portuguesa d'hoje 1868-1869*. Porto: Tipografia Lusitana Editora, 1869, p. 225.

*graça que lhe descontemos. As caricaturas não chegaram cá por enquanto; mas desta chafurdeira já esparrinhou lama que se farta.*<sup>258</sup>

Na obra *Eça de Queiroz agitador no Brasil*, Paulo Cavalcanti menciona, também, que o escritor Latino Coelho publicou no *Jornal do Recife*, no dia 29 de Maio de 1872<sup>259</sup>, um artigo a elogiar o Brasil e a condenar os escritos d' *As Farpas*.

Eça ainda recordaria, anos mais tarde, em 1883, a polémica com o Brasil no manuscrito “Testamento de Mecenas” onde, com muito humor, o escritor descreve o espírito vivido na altura: “Os únicos escritores portugueses que receberam anonimamente alguma coisa, por meio do correio, fomos nós, Ramalho Ortigão e eu, quando redigíamos ambos as «*Farpas*»: recebíamos então regularmente do Brasil – promessas de bordoadas.”<sup>260</sup>

Ironicamente, a história deste manuscrito também relaciona Eça com o Brasil. Resumidamente, a crónica conta a história de um mecenas brasileiro, um típico “tornaviagem”, que deixou como herança doze contos de réis a seis escritores lusos: João de Deus; Crespo; Junqueiro; Camilo; Chagas e ao Eça. Como fez notar Ernesto Guerra da Cal, Eça escreveu esta crónica destinada à *Gazeta de Notícias*, mas foi deixada inacabada numa gaveta. Durante muitos anos ninguém soube a causa desse “esquecimento”, até que Guerra da Cal encontrou, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, um artigo publicado na primeira página do jornal carioca *Gazeta de Notícias*, do dia 1.º de Abril de 1883, que contava justamente a insólita história do testamento do Comendador.

Como apurou Guerra da Cal com o antigo redactor da *Gazeta*, Professor Astério de Campos, a notícia do testamento consistia apenas em uma brincadeira do dia das mentiras. Ernesto Guerra da Cal enfatiza: “É difícil afirmar-se hoje com absoluta certeza que «o pobre homem da Póvoa do Varzim» chegou a acreditar na providencial herança”<sup>261</sup>, mas ficou para a posteridade a crónica ainda a recordar a polémica de Eça de Queirós com o Brasil.

---

<sup>258</sup> BRANCO, *op cit.*, p. 120.

<sup>259</sup> CAVALCANTI, Paulo. *op cit.*, pp. 110, 111.

<sup>260</sup> QUEIROZ, Eça de. “Testamento de Mecenas”. *Cartas e outros escritos*. Lisboa: Livros do Brasil, 2001, (315-321), p. 319.

<sup>261</sup> CAL, Ernesto Guerra da. “Testamento de Mecenas”. Separata da Revista da Universidade de Coimbra. Volume 37. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1992, (369-387), p. 375.

### 3.6 Um fado tropical: o Brasil na ficção

Ocupamo-nos agora de um pouco da ficção, onde sentimos uma forte presença do Brasil. No conto “*Singularidades de uma rapariga loira*” há uma referência a uma modinha de Pernambuco.<sup>262</sup> Mas, afinal, quais e como foram os personagens brasileiros de Eça de Queirós? N’*O primo Basílio* (publicado em 1878) Luísa, sonha “via-se no Brasil, entre coqueiros, embalada numa rede, cercada de negrinhos, vendo voar papagaios!”<sup>263</sup>, o que corresponde a uma representação exótica, carregada de lirismo. Na mesma obra, Basílio canta uma melodia “muito balanceada” e explica: “Isto fazia furor nas reuniões da Baía quando eu parti. Era a história de uma negrinha nascida na roça, e que contava, com o lirismo de almanaque, a sua paixão por um feitor branco.”<sup>264</sup> Logo a seguir, e a propósito da cantiga, o Conselheiro Acácio (figura que se tornou ilustre com o seu ar doutoral que espelha a reprodução da mediocridade) lamenta a condição dos escravos: “Que lhe afirmavam amigos do Brasil que os negros eram muito bem tratados. Mas enfim a civilização era a civilização! E a escravatura era um estigma! Tinha todavia muita confiança no imperador... - Monarca de rara ilustração...”<sup>265</sup>. Ou seja, constatamos, mais uma vez, que no universo ficcional queirosiano as informações aparentemente inócuas adquirem um valor simbólico: temos um país que inspira a imaginação através da singularidade da natureza (a presença dos coqueiros e papagaios); na sequência dessa notação surge a questão da singularidade das relações humanas (o tema da canção que insinua a questão da mestiçagem), e ainda denuncia o estigma das relações laborais brasileiras, com a escravatura. Por fim, uma personagem reproduz o discurso de uma parte da elite brasileira que julgava que os escravos eram “bem tratados”. Em suma, há uma certa harmonização entre senhor e escravo, de que resultam a mistura e a composição cultural (tese defendida por Gilberto Freyre no livro *Casa grande & senzala*). No fim, a personagem queirosiana deixa a questão da escravidão por resolver: a questão permanece nas mãos do Imperador, que é descrito agora como possuindo “uma rara ilustração!”

---

<sup>262</sup> cf. QUEIRÓS, Eça de. *Contos*. Porto: Porto Editora, 2004, pp. 7, 34, p. 18.

<sup>263</sup> QUEIROZ, Eça de. *O primo Basílio*. Lisboa: Livros do Brasil, 2007, p. 23.

<sup>264</sup> QUEIROZ, Eça de. *O primo Basílio*, op cit., p. 109.

<sup>265</sup> QUEIROZ, Eça de. *O primo Basílio*, op cit., p. 110.

N’A *tragédia da rua das flores* (obra póstuma) encontramos o Gomes brasileiro: “riquíssimo, magro como um esqueleto, com uma pele de marroquim colada à carne”<sup>266</sup>. E qual a reacção de Genoveva perante esta figura? Ora, desesperada ela o aceitou, mas detestava-o: “como uma pessoa que, ao tocar num bocado de carne, sente um vómito subir-lhe à garganta”<sup>267</sup>.

No caso d’*Os Maias* (1888), a questão escravocrata surge logo no início do romance e está relacionada com o amor de Pedro da Maia por Maria Monforte, chamada a “negreira”. O maior entrave para a aceitação do casamento dos dois é justamente a “profissão” do pai de Maria:

*O papá Monforte era dos Açores; muito moço, uma facada numa rixa, um cadáver a uma esquina tinham-no forçado a fugir a bordo de um brigue americano. (...) Enfim, quando reapareceu à face dos céus, comandava o brigue “Nova Linda”, e levava cargas de pretos para o Brasil, para Havana e para a Nova Orleães. Escapara aos cruzeiros ingleses, arrancara uma fortuna da pele do africano.*<sup>268</sup>

Afonso da Maia é categórico na condenação: “essa mulher com um pai desses, mesmo para amante acho má”<sup>269</sup>. De facto, Maria Monforte vai revelar-se uma personagem fútil e leviana. Ainda no mesmo romance contamos com a singular presença de Castro Gomes “Um brasileiro trigueiro, com um ar espartilhado...Um *rastaquouère*, o verdadeiro tipozinho do café de la Paix...”

N’A *ilustre casa de Ramires* (1900) encontramos, entre os antepassados da personagem principal, Gonçalo Mendes Ramires, um “torna-viagem” bem sucedido: “Inácio Ramires acompanha D. João VI ao Brasil como reposteiro-mor, negoceia em negros, volta com um baú carregado de peças de ouro”<sup>270</sup> Ironicamente Inácio foi roubado por um antigo frade capuchinho e acabou por morrer da cornada de um boi. Na correspondência de Fradique Mendes, além da famosa carta a Eduardo Prado, já comentada, neste trabalho; na página trinta e cinco, deparamos com a personagem que se chama Pinho. Mais uma vez, o estereótipo está presente e a personagem tem “a pele

---

<sup>266</sup> QUEIROZ, Eça de. *Tragédia da rua das flores*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d, p. 55.

<sup>267</sup> QUEIROZ, Eça de. *Tragédia da rua das flores*. op cit. P. 55.

<sup>268</sup> QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. Lisboa: Livros do Brasil, 2004, p. 24.

<sup>269</sup> QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. op cit. p. 27.

<sup>270</sup> Queirós, Eça de. *A ilustre casa de Ramires*. Edição Crítica das obras de Eça de Queirós. Edição de Elesa Losada Soler. Lisboa: INCM, 1999, p.76.



escura, toda em tons de tijolo e de café”<sup>271</sup>, sendo o hóspede permanente e mais antigo de uma pensão em Lisboa. Apesar de sua completa inutilidade “o Estado, segundo corre, o vai criar barão”<sup>272</sup>. Ou seja, mais um caso de um “torna- viagem” de sucesso. Com todos esses exemplos temos vindo a tentar demonstrar a importância do tema para Eça e a forma como algumas destas ideias (como a referência ao tom de pele, ao exotismo) encontram-se subjacentes na crónica escrita *n’As Farpas* de Fevereiro de 1872.

Ainda no que respeita à formulação da carga depreciativa com que Eça tratou o Brasil, julgamos válido o que Sampaio Bruno em 1898 observou: “só agora começamos a conhecer o Brasil, temos vindo a fantasiar um Brasil de convenção – nada atraente, valha a verdade”<sup>273</sup>. Este Brasil de “convenção” e fruto da fantasia pode ser observado, por exemplo, em Almeida Garrett no conto *O brasileiro em Lisboa* que começa de forma insólita:

*Caju da minha vida, banana da minha alma, beija-flor de meus pensamentos, ouro preto da minha saudade! (...) Há seis meses que habito esta terra de meus pais – e o triste verdor de suas oliveiras, a pobre vegetação de suas vinhas não me podem fazer esquecer as esplêndidas riquezas das nossas florestas.*<sup>274</sup>

A par dessa visão exótica do brasileiro de Garrett que Eça de Queirós transportou para as suas *Farpas*, destacamos um aspecto final, não menos importante, que se prende com a imagem ambivalente que o próprio brasileiro finissecular tinha de si próprio. Ora, quem tratou de forma magistral esse tema foi Machado de Assis, por exemplo, na obra *Esau e Jacó*, que corresponde a uma visão humana – superior – do que significava ser brasileiro no fim do século. A ficção anda em torno dos gémeos Paulo (republicano) e Pedro (monarquista) e há uma presença constante de contrastes, de exploração do tema do duplo, e da necessidade de conciliação entre as incongruências da sociedade brasileira. Ora, entendemos que o brasileiro pode ser representado pelos irmãos: há uma fonte cultural comum (Portugal) e, enquanto Paulo olha para o futuro; Pedro fixa-se no passado. A ambiência histórica do romance entre a

---

<sup>271</sup> QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de Fradique Mendes*. Lisboa: Livros do Brasil, 2002, p178.

<sup>272</sup> QUEIROZ, Eça de. *A correspondência de Fradique Mendes*. op cit., p. 182.

<sup>273</sup> BRUNO, Sampaio.. op cit., p. 48.

<sup>274</sup> GARRETT, Almeida. “O Brasileiro em Lisboa”. *Obras Completas* Volume II. Lisboa: Discolivro, 1983, p. 369.

monarquia e a república abarca as contradições da existência nacional para demonstrar uma unidade ambígua.

### 3.7 Uma redacção inquieta

Eu penso que o riso acabou – porque a humanidade entristeceu. E entristeceu – por causa da sua imensa civilização.<sup>275</sup>

Eça de Queirós

Ao lermos a epígrafe, podemos interrogar-nos sobre onde está o autor que nas crónicas d'*As Farpas* convocava o leitor a participar num diálogo onde o riso e gargalhada desempenhavam um papel fundamental. Dizia Eça de Queirós em 1871: “Vamos rir, pois. O riso é uma filosofia.”<sup>276</sup>. Eça acreditava que o humor iria servir de impulso para atenuar o descompasso cultural do português face à modernidade. Na crónica “A decadência do Riso”, publicada no dia 8 de Fevereiro, no jornal carioca *Gazeta de Notícias*, emerge uma nova sensibilidade: o autor reclama que já ninguém quer rir. E que tal visão de mundo é passada as crianças, que são repreendidas por qualquer risada. A causa da decadência do riso, para Eça, encontra-se na civilização do seu tempo. Ou seja, a intrincada civilização industrial e culta promoveria a tristeza. Em suma, no nosso entender, ao compararmos os dois textos, a impressão que se colhe é que houve uma mudança de postura em relação ao riso: num primeiro momento serviria para promover a civilização; no outro seria um entrave imposto pela civilização moderna. Este é apenas um pequeno exemplo que assinala uma evolução no pensamento queirosiano. Note-se que não cabe aqui descrever, ou acompanhar, a enumeração elaborada por vários autores que contextualizaram histórica e socialmente as diversas fases da obra queirosiana<sup>277</sup>. Apenas assinalamos que, com o passar dos anos, com o confronto do escritor com a dinâmica da sociedade, um novo grupo de valores passa a atrair as atenções de Eça de Queirós.

---

<sup>275</sup> QUEIRÓS, Eça de. “A decadência do riso”. *Textos de imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Edição Crítica das obras de Eça de Queirós. Edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante. Coordenador Carlos Reis. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002., (237,241), p. 240.

<sup>276</sup> QUEIRÓS, Eça de. *Uma campanha alegre*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1980, p. 5.

<sup>277</sup> cf. REAL, Miguel. *O último Eça*. Matosinhos: QuidNovi, 2006. Esta obra sugere uma nova periodização e classificação da obra queirosiana.

Assim, é inegável que ao reeditar *As Farpas* em livro (*Uma campanha alegre*, 1890), o próprio Eça também alterou de maneira significativa o seu texto original, provavelmente para evitar equívocos, e subtilmente, ele transformou a caricatura do brasileiro na caricatura do imigrante português. Na segunda versão do texto, “brasileiro” é claramente o português enriquecido no Brasil e que volta à pátria de origem:

*Há longos anos o Brasileiro (não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil – mas o português que emigrou para o Brasil) é entre nós o tipo de caricatura mais francamente popular. Cada nação possui assim um tipo criado para o riso público. (...) Nós temos o brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grilhão de ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a vizinha adocicada, olho desconfiado, e um vício secreto.*<sup>278</sup>

Ao reforçar a figura do brasileiro como “torna-viagem”, Eça elimina toda a ambiguidade presente na crónica de 1872. No entanto, em carta dirigida a Ramalho Ortigão, Eça argumenta que foi “forçado a limpar, catar e endireitar muito o estilo”<sup>279</sup> e ainda acrescenta que não alterou o conteúdo das suas crónicas:

*No tempo das «Farpas» estava ainda no período bárbaro da forma. Não era possível, decentemente, deixar aparecer ao público páginas assim desalinhas, e por vezes despidas da própria gramática. Tive que refazer uma toilette a cada artigo. Mas nem uma só frase foi alterada na sua intenção ou no seu feitio de humor.*<sup>280</sup>

Ora, importa também assinalar que, na altura que o escritor publica *Uma campanha alegre*, ele já teria conhecido muitos brasileiros em Paris e os seus romances e textos jornalísticos já faziam sucesso do outro lado do Atlântico. Logo, podemos interrogar-nos sobre se estas novas conquistas e amizades não tiveram influência na reescrita dos textos d’*As Farpas*.

Por outro lado, pretendemos ainda seleccionar uma outra particularidade no processo evolutivo queirosiano. Trata-se do conhecido texto elaborado por Eça para o prefácio do livro *O Brasileiro Soares* de Luís de Magalhães. Publicado em 1886, o prefácio é claro e não deixa margem para dúvidas. Após criticar os tipos românticos por serem artificiais, Eça esclarece o que pensa sobre o “brasileiro”:

---

<sup>278</sup> QUEIROZ, Eça de. *Uma campanha alegre.*, op cit., pp. 25,26.

<sup>279</sup> QUEIROZ, Eça de. *Cartas e outros escritos*. Lisboa: Livros do Brasil, 2001, p. 223.

<sup>280</sup> *ibid*

*Ora em Portugal o homem que mais evidentemente simbolizava a acção aos olhos turvos do Romantismo - era esse labrego, que, largando a enxada, embarcava para o Brasil num porão de galera, com um par de tamancos e uma caixa de pinho - e anos depois voltava de lá, na Mala Real, com botas novas de verniz, grisalho e jucundo, a edificar um palacete, a dar jantares de leitão ao abade, a tramar eleições e a ser barão...*<sup>281</sup>

Ou seja, catorze anos depois de publicar *As Farpas*, depois da experiência como cônsul em Havana e em Inglaterra, mas ainda antes da mudança para Paris, o típico brasileiro para Eça já sofreu uma transformação. O brasileiro é agora, sem dúvida, um “torna-viagem”. O “modelo” é o imigrante do norte: “O brasileiro, porém, era só nosso, deste solo que pisamos, castiço e mais originalmente português que a chalaça e a louça das Caldas. Mais que nacional, era local. Era do Minho, como o vinho verde.”<sup>282</sup>

Verifica-se igualmente no discurso queirosiano um elogio ao autor d’*O Brasileiro Soares*:

*Você desbrasileirou o brasileiro, humanizando-o; e como todo aquele que, com um tranquilo desprezo das convenções, faz uma obra de verdade, você elevou-se insensivelmente a esse feito mais raro, e melhor, que se chama uma boa acção.*<sup>283</sup>

Cabe, então, a questão: o que significa, para Eça, humanizar o brasileiro? Seria representar de uma nova forma um tipo social que o Romantismo já retratara.

No entanto, o que pretendemos assinalar é que, em *Uma Campanha Alegre*, quando Eça de Queirós fala do brasileiro, no fundo, ele está a ver a imagem de si próprio: a imagem do português.

---

<sup>281</sup> QUEIRÓS, Eça de. “Carta – Prefácio” *O brasileiro Soares*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1981, (V, XXI), p. VII.

<sup>282</sup> QUEIRÓS, *op cit.*, p. XI.

<sup>283</sup> QUEIRÓS, *op cit.*, p. XXI.

### 3.8 Reescritas na oficina do escritor

Cada estação da vida é uma edição, que corrige a anterior, e que será corrigida também, até a edição definitiva, que o escritor dá de graça aos vermes.<sup>284</sup>

Machado de Assis.

Ao observarmos os manuscritos da obra queirosiana, há uma característica que se destaca: a reescrita do mesmo texto, que normalmente é comandada pela preocupação estilística. Ora, são largamente conhecidas as três versões que Eça imprimiu ao romance *O Crime do Padre Amaro*. Segundo André Crabbé Rocha<sup>285</sup> até mesmo na obra epistolar o artista reformulava e criava novas versões para aprimorar o primeiro jacto de texto.

Luiz Fagundes Duarte, ao procurar compreender os hábitos enunciativos do escritor, realizou um estudo do manuscrito de *A Capital!*, e verificou que por regra Queirós sujeitava cada autógrafo a, no mínimo, três momentos de reescrita ou de correcção:

*Primeiro escrevia o texto - base, depois (mas ainda em curso de redacção) corrigia-o, e em seguida (...), corrigia-o de novo (já numa perspectiva global, abarcando assim as correcções entretanto introduzidas). Este padrão de trabalho repete-se depois de um modo quase indefinido.*<sup>286</sup>

Um outro exemplo paradigmático é o caso do duplo endereçamento de matérias jornalísticas. Em 1888, Eça escrevia para dois periódicos simultaneamente – um de Lisboa, *O Repórter* e o outro do Rio de Janeiro, a *Gazeta de Notícias*. Eça redigia e copiava o seu próprio texto, alterando-o. Em carta de 23 de Maio de 1888, a Oliveira Martins, Eça explicou o seu “plano” para publicar as suas Fradiquices:

*Eu combino as remessas de sorte que cada artigo saia no mesmo dia, ou com pouco mais ou menos, em Lisboa e no Rio de Janeiro. E como quinze dias de mar separam providencialmente essas duas colmeias de Lusitanos segue-se isto: - que quando a Gazeta chegue a Lisboa com artigo meu já*

<sup>284</sup> ASSIS, Machado. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Lisboa: Cotovia, 2007, p. 92.

<sup>285</sup> ROCHA, André Crabbé. *Epistolografia.: Dicionário de Eça de Queiroz*. (org) A. Campos Matos. Lisboa, Caminho, 1988, p. 378.

<sup>286</sup> DUARTE, Luiz Fagundes. *A fábrica dos textos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1993, pp. 85-86.

*esse artigo tem aparecido no Repórter há quinze dias, que é como se disséssemos há quinze anos; e quando o Repórter chegue ao Rio de Janeiro com artigo meu, já esse artigo tem aparecido na Gazeta há quinze dias que é como se disséssemos há quinze séculos – porque lá é tudo em ponto maior.*<sup>287</sup>

O que é interessante ressaltar é que não foram apenas as cartas ficcionais de Fradique Mendes que foram publicadas simultaneamente dos dois lados do Atlântico. O mesmo procedimento aconteceu com o artigo *A Europa*, impresso em Lisboa no dia 20 de Março e no Brasil a 2 de Abril de 1888. Ao comparar os dois textos, fica claro que houve uma reformulação: o próprio autor, ao reencaminhar o texto, elaborou alterações. Assim, mesmo dois artigos iguais acabavam sempre diferentes.

Tais constatações permitem-nos deduzir que, quando Eça de Queirós reescreveu as suas *Farpas* e as transformou n’*Uma Campanha Alegre*, o escritor obedeceu ao mesmo critério de reformulação e de correcções de sempre. Uma outra observação prende-se com o cotejo de textos realizado por Arnaldo Faro<sup>288</sup>, que identifica um facto curioso: dos oitenta e sete artigos que compõe *Uma Campanha Alegre*, nenhum apareceu da mesma forma com que aparecera vinte anos antes em revista.

No nosso entender, todos estes aspectos vêm corroborar a tese de que a reescrita do artigo sobre o brasileiro não foi uma excepção. Trata-se, talvez, de apenas mais uma reformulação que obedece ao processo de correcção estilística (e, em alguma medida, ideológica) que Eça de Queirós sempre utilizou, tanto nos seus romances, como nos textos jornalísticos e até mesmo nas suas cartas pessoais.

Ainda no que respeita à reformulação note-se que esta característica não trava a mudança de opinião. No universo queirosiano, fonte inesgotável de interrogações, a modificação parecer ser uma constante.

---

<sup>287</sup> QUEIROZ, Eça de. *Correspondência*. Volume I. Organização e notas de A. Campos Matos. Lisboa: Caminho, 2008, p. 543.

<sup>288</sup> cf. FARO, Arnaldo. *Eça e o Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p. 86.

## Conclusão

Neste trabalho, entendemos o jornalismo de Eça de Queirós como um meio de infundir no senso comum o moderno espírito crítico, quer pelo sentido da análise quer pelo sentido do *humour*. Mas importou aqui, não o significado do jornalismo de Eça de Queirós no âmbito de sua obra literária, mas especialmente, o significado desse mesmo jornalismo no contexto das relações históricas, políticas e culturais entre Portugal e o Brasil.

Começámos por tentar perceber o significado da imprensa oitocentista tanto em Portugal como no Brasil. A seguir, procurámos delinear um pouco do contributo de Eça de Queirós ao jornalismo do seu tempo, ou seja, caracterizámos o percurso jornalístico do escritor, e identificámos a noção queirosiana de jornalismo, ao mesmo tempo que reconhecemos os principais artigos jornalísticos sobre o Brasil. No segundo capítulo, centralizámos a nossa atenção no vínculo especial existente entre o escritor e o Brasil: desde os fortes laços familiares até à verdadeira obsessão que se verificou, entre os brasileiros, na admiração pela obra queirosiana. Note-se, ainda, que procurámos estabelecer um paralelo de aproximação entre os dois grandes escritores lusófonos: Machado de Assis e Eça de Queirós.

Finalmente, no terceiro capítulo, o foco da investigação foi direccionado para a compreensão d'*As Farpas*, especificamente para a crónica que trata do aproveitamento da figura do Imperador do Brasil, e para as críticas dirigidas aos brasileiros. Tais considerações nos instigaram, em seguida, a outras abordagens: aos episódios antiportugueses ocorridos em Pernambuco e às controvérsias que se verificaram na imprensa dos dois lados do Atlântico.

Parece-nos claro que foi através da sua produção jornalística que o escritor Eça de Queirós começou a ser conhecido no Brasil. Ao levar às bancas de Lisboa *As Farpas* – Crónica Mensal da Política, das Letras e dos Costumes, juntamente com Ramalho Ortigão, Eça de Queirós comunicou ao público, em cores vivas, tanto aos portugueses como aos brasileiros, uma imagem perturbadora do final século XIX: o contraste entre o tradicionalismo e a necessidade de modernização. O facto de seu nome ter despertado o interesse de grande número de leitores brasileiros para o seu primeiro romance, *O Crime do padre Amaro*, pressupõe a famosa polémica gerada pelo registo queirosiano, n'*As*

*Farpas*, da imagem risível do brasileiro em geral, a propósito da presença do Imperador do Brasil, D. Pedro II, em Lisboa, no ano de 1871. Por outro lado, entendemos que todo o alvoroço político provocado pelas *Farpas* junto dos brasileiros só aconteceu devido ao facto de que o Brasil estava a atravessar um momento decisivo em sua história, na segunda metade do século XIX: a consolidação do processo de modernização que culminaria com a abolição do instituto da escravidão, com o fim da monarquia e com a implementação da república. Neste sentido, *As Farpas* de algum modo foram ao encontro das aspirações de mudança no cenário político-cultural brasileiro.

Verificamos que, para Eça de Queirós, o Brasil imperial, cujo monarca era um representante da Casa de Bragança, não era senão uma espécie de cópia desfocada do modelo português. Mas como Eça olhava para Portugal? Naquele momento histórico, tempo de instabilidade, predominava a noção de decadência, e nem os próprios portugueses sentiam orgulho pelo nacional.

Não temos dúvida de que a França representava a própria ideia de modernidade tanto para Portugal como para o Brasil. De facto, Eça de Queirós, enquanto correspondente em França (e também na Inglaterra), acaba por representar uma ponte entre o Brasil e as metrópoles modernas.

É certo que o escritor seleccionou um certo número de características que considerou pertinentes para a sua representação do brasileiro. Para tentar compreender essa escolha, julgamos essencial destacar que na altura os conhecimentos de Eça no que diz respeito ao Brasil eram muito escassos. Assim, os seus pré-juízos delimitaram a sua percepção. E esta é uma maneira de explicar por que Eça de Queirós incorporou ao seu conceito do brasileiro a reputação dos chamados “torna-viagem” em Portugal. Neste sentido, o retrato queirosiano do brasileiro é ambíguo, na medida em que mistura as características do brasileiro nativo com as particularidades do emigrante português regressado à sua pátria. Note-se, no entanto, que, apesar de dirigir as suas críticas ao brasileiro, a apreciação atinge simultaneamente o português. Afinal, Eça não se afastava da ideia fulcral que perseguia nos textos d’*As Farpas*: a intervenção no meio político, social e cultural em que ele mesmo vivia.

Sem dúvida, a influência que o escritor exerceu sobre o meio intelectual brasileiro é vasta e profunda. Em vida, Eça de Queirós tornou-se muito popular no Brasil, a ponto de não encontrarmos actualmente sequer a preocupação de distingui-lo dos autores nacionais. Para nós, a vasta influência que o escritor português passou a desempenhar junto do leitor brasileiro transcende a controvérsia iniciada n’*As Farpas*.



Com uma escrita que representou uma grande renovação linguística, hoje ele deve ser apresentado como um dos maiores criadores de formas novas que o idioma português já revelou. Sua obra representa um verdadeiro marco para a ideia da lusofonia. De facto, a herança da obra queirosiana se encontra viva e, com grande vitalidade, que se manifesta substancialmente: tanto no esforço da recente publicação da Edição Crítica da obra completa de Eça de Queirós; e em obras de reconhecido valor como *Nação crioula*, de José Eduardo Agualusa, ou *Madame*, de Maria Velho da Costa, ou *As batalhas do Caia*, de Mário Cláudio, ou ainda *Os brasileiros*, uma obra organizada por Eduardo Coelho e Zetho Cunha Gonçalves.

Note-se que a presente dissertação está enquadrada no mestrado em Estudos Lusófonos, que apela ao cruzamento de conteúdos culturais interdisciplinares. Assim, pretendemos prestar um desprezioso contributo para um melhor conhecimento das relações luso-brasileiras. Cabe, ainda, mencionar que este estudo não pretende ser mais do que um convite, que propõe uma reflexão acerca da configuração e difusão de clichés recíprocos, e, por vezes, das incompreensão e mal-entendidos que estão presentes nas relações entre Portugal e o Brasil. O foco da investigação está direccionado para uma obra emblemática, *As Farpas*, e para o perfil delineado do Brasil. Julgamos que tal reflexão poderá ajudar a uma tomada de consciência crítica. Afinal, encontramos aqui o estudo do passado para melhor compreender o presente. Tal é a alcance deste convite: empreender um diálogo entre a obra queirosiana e o Brasil, a par de uma leitura interdisciplinar.

## Bibliografia

### 1. Bibliografia queirosiana

#### 1.1 Activa:

EÇA de QUEIRÓS, José Maria. *A Capital!* Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Edição de Luiz Fagundes Duarte. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.

\_\_\_\_\_ *A Correspondência de Fradique Mendes*. Lisboa: Livros do Brasil, Março 2002.

\_\_\_\_\_ *A cidade e as serras*. Lisboa: Livros do Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_ *A ilustre casa de Ramires*. Edição crítica das obras de Eça de Queirós. Edição de Elena Losada Soler. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999.

\_\_\_\_\_ *Alves & C<sup>a</sup>*. Porto: Lello & Irmão, 1945.

\_\_\_\_\_ *A Relíquia*. Porto: Porto Editora, 2007.

\_\_\_\_\_ *A Tragédia da Rua das Flores*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

\_\_\_\_\_ *Cartas inéditas de Fradique Mendes*. Porto: Lello & Irmão Editores, s/d.

\_\_\_\_\_ *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*. Lisboa: Livros do Brasil, Janeiro 2001.

\_\_\_\_\_ *Cartas e outros escritos*. Lisboa: Livros do Brasil, Março de 2001.

\_\_\_\_\_ *Cartas de Paris*. Lisboa: Livros do Brasil, Fevereiro de 2001.

\_\_\_\_\_ *Contos*. Porto: Porto Editora, Janeiro 2004.

\_\_\_\_\_ *Correspondência*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1978.

\_\_\_\_\_ *Correspondência*. Volume I e II. Organização e Notas de A. Campos Matos, Lisboa: Caminho, Outubro 2008.

\_\_\_\_\_ *Da colaboração no "Distrito de Évora" I*. Lisboa: Livros do Brasil, Novembro 2000.

\_\_\_\_\_ *Da colaboração no "Distrito de Évora" II*. Lisboa: Livros do Brasil, Dezembro 2000.

\_\_\_\_\_ *Da colaboração no "Distrito de Évora" III*. Lisboa: Livros do Brasil, Novembro 2000.

\_\_\_\_\_ *Folhas Soltas*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1966.

\_\_\_\_\_ *Lendas de Santos*. Lisboa: Livros do Brasil, Novembro 2000.

- \_\_\_\_\_ *Notas contemporâneas*. Lisboa: Livros do Brasil, Novembro 2000.
- \_\_\_\_\_ *O Conde de Abranhos e A Catástrofe*. Lisboa: Livros do Brasil, Julho 2006.
- \_\_\_\_\_ *O Crime do padre Amaro*. Cenas da vida devota. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.
- \_\_\_\_\_ *O crime do padre Amaro* (2º e 3º. versões), edição de Carlos Reis e Maria do Rosário Cunha. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2000.
- \_\_\_\_\_ *O Egipto*. Lisboa: Livros do Brasil, Fevereiro 2001.
- \_\_\_\_\_ *O Mandarin*. Lisboa: Livros do Brasil, Março 2003.
- \_\_\_\_\_ *O primo Basílio*. Episódio doméstico. Lisboa: Livros do Brasil, Maio 2007.
- \_\_\_\_\_ *Os Maias*. Episódios da vida romântica. Lisboa: Livros do Brasil, Março 2004.
- \_\_\_\_\_ *Prefácio d'O Brasileiro Soares*. Luís de Magalhães. Porto: Lello & Irmão Editores, 1981.
- \_\_\_\_\_ *Prosas bárbaras*. Lisboa: Livros do Brasil, Fevereiro 2001.
- \_\_\_\_\_ *Prosas esquecidas V (Farpas 1871)*, Edição apresentada por Alberto Machado do Rosa. Lisboa: Editorial Presença, 1966.
- \_\_\_\_\_ *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Edição Crítica das obras de Eça de Queirós. Edição de Elza Mine e Neuma Cavalcante. Coordenador Carlos Reis. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002.
- \_\_\_\_\_ *Textos de Imprensa I (da Gazeta de Portugal)*. Edição Crítica das obras de Eça de Queirós. Edição de Carlos Reis e Ana Teresa Peixinho. Coordenador Carlos Reis. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004.
- \_\_\_\_\_ *Textos de Imprensa V (da Revista Moderna)*. Edição Crítica das obras de Eça de Queirós. Edição de Elena Losada Soler. Coordenador Carlos Reis. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.
- \_\_\_\_\_ *Textos de Imprensa VI (da Revista de Portugal)*. Edição Crítica das obras de Eça de Queirós. Edição de Maria Helena Santana. Coordenador Carlos Reis. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1995.
- \_\_\_\_\_ *Últimas páginas dispersas*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.
- \_\_\_\_\_ *Uma campanha alegre*. Lisboa: Livros do Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_ *Uma campanha alegre*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1980.
- ORTIGÃO, Ramalho e QUEIROZ, Eça. *As Farpas: chronica mensal da politica das letras e dos costumes*. Lisboa : Typ. Universal, 1871-1872.
- \_\_\_\_\_ *As Farpas. As Farpas originais de Eça de Queiroz*. Coordenação geral e introdução: Maria Filomena Mónica. São João do Estoril: Principia, 2004.

\_\_\_\_\_ *As Farpas. Volume I.* Seleção e prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos, Março 1943.

\_\_\_\_\_ *Os brasileiros.* Introdução de Zetho Cunha Gonçalves, (org) Eduardo Coelho e Zetho Cunha Gonçalves. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2008.

## 1.2 Passiva:

ARAÚJO, Luís Manuel. *Eça de Queirós e o Egípto faraónico.* Lisboa: Editorial Comunicação, 1987.

BARRETO, Moniz. *Estudos dispersos.* Lisboa: Portugália Editora, 1963.

BERRINI, Beatriz. *Brasil e Portugal: A geração de 70.* Porto: Campo das Letras, 2003.

CABRAL, António. *Eça de Queiroz.* Paris, Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1916.

\_\_\_\_\_ *Camilo e Eça de Queiroz.* Coimbra: Coimbra Editora, 1924.

CAL, Ernesto Guerra da. *Língua e estilo de Eça de Queiroz.* Coimbra: Almedina, 1981.

\_\_\_\_\_ “Testamento de Mecenas”. *Separata da Revista da Universidade de Coimbra.* Volume 37. Coimbra; Imprensa de Coimbra, 1992, (369-387).

CALAFATE, Pedro. “Eça de Queiroz: a redenção pela humilhação”, *Portugal como problema. Volume III.* Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público, 2006.

CAMINHA, Adolfo. *Cartas literárias.* Rio de Janeiro,(s.n) 1895.

CAVALCANTI, Paulo. *Eça de Queiroz agitador no Brasil.* Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

CHAVES, Castelo Branco. *Sobre Eça de Queirós.* Lisboa: Editorial Inquérito, 1939.

CORRÊA, José Pinto. *Os Farpões. Ou os bandarilheiros de Portugal: resposta cabal aos srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz.* Recife: Tipografia Comercial de Geraldo H. de Mira, 1872.

DAVID, Celestino. *Eça de Queiroz em Évora.* Montemor-o-Novo: Empresa Gráfica Lda., 1945.

DUARTE, Luiz Fagundes. *A fábrica dos textos.* Lisboa: Edições Cosmos, 1993.

FARO, Arnaldo. *Eça e o Brasil.* São Paulo: Editora Nacional, 1977.

FILHO, Luís Viana. *A vida de Eça de Queiroz.* Porto: Lello & Irmão Editores, 1983.

JUNIOR, Benjamin Abdala (organizador). *Ecos do Brasil: Eça de Queirós, leituras brasileiras e portuguesas.* São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

LOURENÇO, Eduardo. *As saias de Elvira e outros ensaios.* Lisboa: Gradiva, 2006.

LYRA, Heitor. *O Brasil na vida de Eça de Queirós.* Lisboa: Livros do Brasil, 1965.

- MAGALHÃES, José Calvet de. *Eça de Queiroz. A vida privada*. Lisboa: Editorial Bizâncio, Junho 2000.
- MARTINS, Rocha. *Os românticos antepassados de Eça de Queiroz*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1945.
- MATOS, Campos A. *A guerrilha literária – Eça de Queiroz – Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira Livraria Editores, 2008.
- \_\_\_\_\_ (prefácio, organização e transcrição de manuscritos). *Cartas de Amor de Anna Conover e Mollie Bidwell para José Maria Eça de Queiroz cônsul em Havana (1873-1874)*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1998.
- \_\_\_\_\_ *Eça de Queiroz-Ramalho Ortigão: Retrato da “Ramalhal Figura”*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.
- \_\_\_\_\_ (organização e coordenação) *Dicionário de citações de Eça de Queiroz*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- \_\_\_\_\_ *Sete biografias de Eça de Queiroz*. Lisboa: Livros Horizonte, Maio 2004.
- \_\_\_\_\_ *Sobre Eça de Queiroz*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- \_\_\_\_\_ (organização e coordenação) *Suplemento ao Dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho, 2000.
- MEDINA, João. *Eça de Queirós antibrasileiro?* Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2000.
- \_\_\_\_\_ *Eça de Queiroz e o seu tempo*. Lisboa: Livros Horizonte, Maio 1972.
- \_\_\_\_\_ *Reler Eça de Queiroz. Das Farpas aos Maias*. Lisboa: Livros Horizonte, Setembro 2000.
- MINÉ, Elza. *Eça de Queirós jornalista*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- \_\_\_\_\_ *Páginas flutuantes. Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. Cotia- SP: Ateliê Editorial, 2000.
- MÓNICA, Maria Filomena. *Eça de Queirós*. Lisboa: Quetzal editores, 2001.
- \_\_\_\_\_ *Eça de Queirós jornalista*. Cascais: Principia, 2004.
- \_\_\_\_\_ *Ensaio sobre Eça de Queirós*. Lisboa: Relógio D’Água, 2007.
- MOOG, Viana. *Eça de Queiroz e o século XIX*. (3.<sup>a</sup> edição). Porto Alegre: Edição da livraria do Globo, 1947.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. “Prefácio”, *Livro do Centenário de Eça de Queiroz*. Lisboa/ Rio de Janeiro: Edições Dois Mundos/ Livros do Brasil, 1945.
- PINHEIRO, Monarca J. M. *Évora em Eça*. Évora: casa do Sul Editora, Junho de 2001.

QUEIROZ, Maria de Eça de. *Eça de Queiroz entre os seus. Apresentado por sua filha. Cartas íntimas*. (6.ª edição) Porto: Lello & Irmão Editores, 1987.

REAL, Miguel. *O Último Eça*. Matosinhos: Quidnovi, Novembro 2006.

REIS, Carlos. *Eça de Queirós*. Lisboa: Edições 70, 2009.

REIS, João. *Polémicas de Eça de Queiroz*. Volume II. Odivelas: Europress, 1986.

RITA, Annabela. *Eça de Queirós cronista: do Distrito de Évora (1867) às Farpas (1871-1872)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

ROSA, Alberto Machado da. *Eça, discípulo de Machado? Um estudo sobre Eça de Queirós*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

SACRAMENTO, Mário. *Eça de Queirós uma estética da ironia*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002.

SARAIVA, António José. *As ideias de Eça de Queirós*. Lisboa: Gradiva, 2000.

SERRÃO, Joel. *O primeiro Fradique Mendes*. Lisboa: Livros Horizonte, 1985.

SIMÕES, João Gaspar. *Eça de Queirós. A obra e o homem*. Lisboa: Editora Arcádia, 1961.

## 2. Bibliografia geral:

ALENCAR, José. *Diva*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

ALMEIDA, Fialho. *Os gatos*. Publicação mensal de inquérito à vida portuguesa. I Volume. (3ª Edição). Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1913.

ALVES, Jorge Fernandes. *Brasil, terra de esperanças*. Vila nova de Famalicão: Quasi Edições, 2007.

\_\_\_\_\_ *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficos Reunidos, 1994.

ANTUNES, José Freire. *O Factor africano 1890-1990*. Venda Nova: Bertrand Editora, Setembro 1990.

ASSIS, Machado. *Contos Fluminenses*. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2005.

\_\_\_\_\_ *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: Editora Escala, s/d.

\_\_\_\_\_ *Esau e Jacó*. São Paulo: Editora Ática, 1977.

\_\_\_\_\_ *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Editora Escala, s/d.

\_\_\_\_\_ *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Lisboa: Edições Cotovia, 2007.

\_\_\_\_\_ *O alienista*. Rio de Janeiro: Editora Escala, s/d.

\_\_\_\_\_ *Obra completa*. Volume III. Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 1962.

- BARBOSA, José. *As relações luso-brasileiras (a imigração e a desnacionalização no Brasil)*. Lisboa: Edição de José Barbosa, 1909.
- BARRETO, Tobias. *Ensaio e estudos de filosofia e crítica*. Pernambuco: Edição de José Nogueira de Souza, 1886.
- BAREQUIN, Noëlla e LAFFITTE Jacqueline. *Dicionário de Filósofos*. Tradução Pedro Elói Duarte. Lisboa, edições 70, Setembro 2004.
- BETHENCOURT, Francisco & K. Chaudhuri (dir.) *História da Expansão Portuguesa*. vols. 4 e 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- BELARD, Francisco. “O Regresso ao presente”: *O Estudo da História, Boletim dos Sócios da Associação de Professores de História*, nº 2 (II série), 1986-87.
- BILAC, Olavo. *Crítica e fantasia*, Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1904
- BONIFÁCIO, Maria Fátima. *O século XIX português*. (2.<sup>a</sup> edição). Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- BORGES, Paulo Alexandre. Agostinho da Silva. *Dispersos*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. (3.<sup>a</sup> edição) São Paulo: Cultrix, 1983.
- BRANCO, Camilo Castelo. *Cartas dispersas*. Coligidas e anotadas por Castelo Branco Chaves. Porto: Campo das Letras, Fevereiro 2002.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.
- BRUNO, Sampaio. *A geração nova*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1984
- \_\_\_\_\_ *O Brasil mental*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1997.
- \_\_\_\_\_ *Os modernos publicistas portugueses*. Lello & Irmão Editores, 1987.
- CABRAL, Alexandre. “Brasil”, *Dicionário de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Caminho, 1998.
- CANDIDO, António. “A vida ao rés-do-chão”. *Para gostar de ler: crônicas*. São Paulo: Ática, 1984.
- CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura comparada*. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- CARVALHO, Alfredo de. *Anais da imprensa pernambucana de 1821-1908: dados históricos e bibliográficos*. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1908.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II: ser ou não ser*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- \_\_\_\_\_. “Eduardo Prado e a polémica do iberismo e do americanismo”. *Revista Brasileira*. Nº 53, Rio de Janeiro, Outubro – Novembro - Dezembro 2007, (71-77).
- CERQUEIRA, Luiz Alberto. *Filosofia Brasileira – Ontogênese da consciência de si*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d’aquém e d’além mar. Percursos e géneros do jornalismo português e brasileiro*. Santarém: Edições Jortejo, 1998.
- CIDADE, Hernâni. *Século XIX. A revolução cultural em Portugal e alguns dos seus mestres*. Lisboa: Edições Atica, 1961.
- CLÁUDIO, Mário. *As batalhas do Caia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- COELHO, Trindade. *Gente do século XIX*. (organização, prefácio e notas de Viale Moutinho). Lisboa: Ulmeiro, Janeiro 1987.
- CORRÊA, José Pinto. *Os Farpões. Ou os bandarilheiros de Portugal: resposta cabal aos srs. Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz*. Recife: Tipografia Comercial de Geraldo H. de Mira, 1872.
- COSTA, Hipólito José da. «Introdução». *Correio braziliense ou armazém literário*. Nº 1, Londres: W. Lewis, 1808.
- COSTA, Maria Velho da. *Madame*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Autores /Publicações Dom Quixote, 1999.
- COUTO, Ribeiro. *O sentimento lusitano*. Lisboa: Livros do Brasil, 1963.
- CRATO, Nuno. *Comunicação social. A imprensa. Iniciação ao jornalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.
- CUNHA, Celso e LINDLEY, Cintra. *Nova gramática do português contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1997.
- DERIEUX, Emmanuel. “Agências Noticiosas”, *Guia alfabético das comunicações de massa*. (direcção Jean Cazeneuve), tradução Licínio Martins, Cascais Franco, Orlando Neves e Raquel Silva. Lisboa: Edições 70, 1978.
- DINIZ, Sebastião. *Visões do Brasil na literatura portuguesa*. Ericeira: Mar de Letras, 2007.
- DUARTE, Lélia Parreira. *Ironia e humor na literatura*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; São Paulo: Alameda, 2006.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese em ciências humanas*. (11.ª edição). Prefácio de Hamilton Costa. Tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. Lisboa: Editorial Presença, 2004.



- QUENTAL, Antero de. *Cartas I*, org, introd. e notas de Ana Maria A. Martins, Lisboa: Universidade dos Açores/Ed. Comunicação, 1989.
- REALE, Miguel. In: "Portugal e Brasil mais próximos", entrevista concedida ao *O Dia*, pg. 6. Lisboa, 5 de Julho de 1990.
- REIS, Carlos. *As Conferências do Casino*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- \_\_\_\_\_. *O conhecimento da literatura. Introdução aos estudos literários*. Coimbra: Almedina, 1999.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *A comunicação social - noção, história, linguagem*. Lisboa: Vega, s/d.
- RODRIGUES; Ernesto. *Mágico folhetim. Literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.
- ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Tomo primeiro (1800-1890), Rio de Janeiro: Garnier, 1902.
- SARAIVA, António José. *Iniciação na literatura portuguesa*. Lisboa: Gradiva, 1994.
- \_\_\_\_\_. e LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa* (17.ª edição). Porto: Porto Editora, 2005.
- SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. (5.ª edição). Lisboa: Publicações Europa-América, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Temas de cultura portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Temas Oitocentistas I*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Temas Oitocentistas II*. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.
- SILVA, M. A. "Uma Lenda de Montrose", *Revista Universal Lisbonense*, Tomo I, ano 1841-1842, Lisboa: Imprensa Nacional (pp. 344-346).
- TENGARRINHA, José. *A história da imprensa periódica portuguesa*. (2.ª edição). Lisboa: Caminho, 1989
- VERÍSSIMO, José. *Homens e coisas estrangeiras*. Volume I. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902.
- VIEIRA, Nelson H. *Brasil e Portugal. A imagem recíproca*. Lisboa: Ministério da educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.



### 3. Internet:

Academia Brasileira de Letras, ([www.academia.org.br](http://www.academia.org.br)).

ASSIS, Machado. "Notas Semanais", *Ilustração Brasileira*, 1 de Novembro de 1877, Rio de Janeiro. ( [www.portal.mec.gov.br/machado/arquivos/](http://www.portal.mec.gov.br/machado/arquivos/) ), consulta realizada no dia 25 de Janeiro de 2008.

BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. ([www.dominiopublico.com.br](http://www.dominiopublico.com.br)), consulta realizada no dia 22 de Junho de 2009.

CARVALHAL, Tania. "Eça de Queirós e o Brasil - Leituras da crítica brasileira" in, *Revista Camões* nº9/10, 2000. ([www.instituto-camoes.pt](http://www.instituto-camoes.pt)), consulta realizada no dia 15 de Julho de 2009.

Fundação Eça de Queiroz ([www.feq.pt](http://www.feq.pt)).

MAGALHÃES, Gonçalves. "Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil , Estudo Preliminar", *Niterói, Revista Brasiliense*, Tomo I, nº 1, 1836.

([www.filosofiabrasileiracefib.blogspot.com](http://www.filosofiabrasileiracefib.blogspot.com) ), consulta realizada no dia 20 de Maio de 2009.

ORTIGÃO, Ramalho e QUEIROZ, Eça. *As farpas: chronica mensal da politica das letras e dos costumes*. Lisboa : Typ. Universal, 1871-1872. Biblioteca nacional digital ([www.purl.pt/256/1/](http://www.purl.pt/256/1/)).